

# VIAS REFLEXIVAS



Revista Multidisciplinar  
Faculdade Municipal de Palhoça - FMP  
Edição 21 – Mar. 2026  
ISSN 2176-641X





**REVISTA MULTIDISCIPLINAR DA FACULDADE MUNICIPAL DE  
PALHOÇA**

**VIAS REFLEXIVAS**

**ISSN 2176-641X**

**N. 21, mar. 2026**



**FICHA CATALOGRÁFICA**

**DIAGRAMAÇÃO**

Luzinete Carpin Niedzieluk

**PERIÓDICO DIGITAL**

[www.fmpsc.edu.br](http://www.fmpsc.edu.br)

**ISSN 2176-641X**

Rua José Pereira dos Santos, 99.

Ponte do Imaruim, Palhoça/SC

CEP 88130-475



**VIAS REFLEXIVAS**

**N. 21, mar. 2026**

**ISSN 2176-641X**

**DIRETORA EXECUTIVA DA FMP**

Débora Schutz

**DIRETOR ACADÊMICO**

Jair Joaquim Pereira

**DIRETOR ADMINISTRATIVO**

Alder Dias Velho

**CAPA**

Susana Medeiros Vieira

**DIAGRAMAÇÃO**

Luzinete Carpin Niedzieluk

**EDITORA/COORDENADORA**

Luzinete Carpin Niedzieluk

**CONSELHO EDITORIAL**

Prof. Ivanir Maciel

Profa. Fabiana Witt

Prof. Jair Joaquim Pereira

Profa. Luzinete Carpin Niedzieluk

Prof. Marcelo José Cavalcanti (*ad hoc*)

## **SUMÁRIO**

### **N. 21 (2026)**

#### **APRESENTAÇÃO**

Luzinete Carpin Niedzieluk 05

#### **ARTIGOS**

Revista Vias Reflexivas: Breve Trajetória  
Luzinete Carpin Niedzieluk 08

“A escola dos meus sonhos”: na voz das crianças da brinquedoteca da Faculdade Municipal de Palhoça  
Tatiana Alcântara Ribeiro Fernandes, Juliane Di Paula Queiroz Odino 24

Pensar o currículo sem manual  
Malton de Oliveira Fuckner 37

GEMPA 10 anos: gênero e empoderamento da mulher de Palhoça pesquisa e extensão  
Juliane Di Paula Queiroz Odino 51

Fatores que impactam o aprendizado de matemática financeira em cursos de nível superior em gestão: um estudo a partir da visão dos discentes  
Fabiana Witt 65

Utilização da Blockchain para rastreamento de peças no setor de caminhões e ônibus  
Klebert Soares Ferreira Junior; Simone Regina da Silva 76

Aplicação do método ahp-gaussiano em uma companhia de seguros  
Fábio José de Barros; Simone Regina da Silva 91

## APRESENTAÇÃO

A **Revista Vias Reflexivas** é uma publicação eletrônica, da Faculdade Municipal de Palhoça que iniciou com periodicidade anual e por algumas vezes se consegue publicar semestralmente. Publica artigos, resenhas e entrevistas de áreas diversas. O número 1 foi publicado em meio impresso, em agosto de 2008 sob o ISSN 1983-5515 e, a partir do número 2, a publicação do periódico passou a ser on-line, sob o ISSN 2176-641X, sendo que este número foi publicado em agosto de 2009. Os textos podem ser produzidos por pesquisadores/docentes da FMP, assim como por professores (mestres e/ou doutores) juntamente com discentes e por docentes (mestres e/ou doutores) de outras Instituições de ensino e/ou pesquisa, visando a estreitar os laços entre a extensão, a pesquisa e o ensino. Estes textos são avaliados anonimamente por dois pareceristas do Conselho Editorial. Apenas os trabalhos aprovados pelos dois pareceristas serão encaminhados para publicação, desde que as modificações sugeridas, se houver, forem atendidas pelo(s) autor(es), além de a revisão ser de responsabilidade do autor ou autores dos textos. Assim, ao enviar o material para publicação, o(s) autor(es) está(ão) automaticamente concordando com as diretrizes editoriais da Revista e, além disso, cedendo os direitos autorais relativos aos trabalhos publicados.

Com imensa alegria e satisfação, informamos que na classificação de periódicos quadriênio **2021-2024** da **CAPES**, a **Revista Vias Reflexivas** recebeu **QUALIS B3**, isto demonstra seu compromisso com a ética e a integridade científica, conduzindo seus processos editoriais com responsabilidade, transparência e respeito aos princípios que sustentam a produção acadêmica. A revista possui acesso aberto (*open access*), sustentabilidade editorial na comunicação científica e tem desempenhado papel fundamental na democratização do conhecimento científico. Ao permitir que pesquisas estejam disponíveis sem barreiras de leitura, amplia-se o alcance dos resultados acadêmicos e fortalece-se o impacto social da ciência. No entanto, este modelo exige organização, planejamento e responsabilidade editorial. A gestão do fluxo de submissões, a coordenação da avaliação por pares, a editoração, o registro do ISSN, a preservação digital e a manutenção na plataforma da FMP representam etapas estruturais que demandam recursos significativos.

A avaliação por pares, quando realizada de forma ética e transparente, fortalece a ciência, promove a confiança nos resultados publicados e contribui para o avanço do conhecimento. Por isso, compreender como funciona o processo editorial é fundamental para autores, leitores e pesquisadores.

Cabe ressaltar que o **Qualis Periódicos** é o sistema utilizado pela **CAPES** para classificar a produção intelectual dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Atingir o estrato **B3**, considerado de excelência, em uma única área já representa um desafio considerável para uma revista científica. Alcançar essa classificação simultaneamente em **7 áreas distintas** – abrangendo desde Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, Educação, Ensino, História, Interdisciplinar, Linguística e Literatura e Psicologia é um feito raro que atesta a natureza verdadeiramente interdisciplinar e o rigor metodológico adotado pela **Revista Vias Reflexivas**. A classificação única **B3** foi atribuída à revista, conforme os princípios do Qualis Referência, que preveem um único estrato por periódico, determinado por sua área-mãe (Interdisciplinar) com base em indicadores objetivos.

Embora a lista apresente **07** áreas com classificação **B3**, na leitura completa do extrato oficial do Qualis-Capes se verifica que algumas das listadas agrupam, na verdade, **múltiplas “Áreas de Avaliação” da CAPES em uma única linha descritiva**. Por exemplo, a entrada **“Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e**

**Turismo**” representa, na nomenclatura e estrutura atual da CAPES, **quatro áreas de avaliação distintas** (Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo). Da mesma forma, **“Linguística e Literatura”** agrega duas grandes áreas. Portanto, ao desagregar esses conglomerados e contabilizar cada área de avaliação individual conforme definido pelo sistema CAPES, chega-se ao total de **11 áreas distintas** nas quais a **Revista Vias Reflexivas** obteve o estrato **B3**. Esse número reflete com maior precisão a abrangência interdisciplinar do periódico perante a matriz de avaliação vigente.

Esse resultado foi de grande importância para a consolidação da revista, uma vez que a avaliação da comunidade científica evidenciou a seriedade de nosso periódico. Tal reconhecimento reafirma nosso compromisso com a integridade científica, a transparência editorial e a promoção de conhecimento de qualidade, mantendo processos alinhados às boas práticas acadêmicas e aos princípios éticos que regem a ciência. Cumpre destacar que tal resultado também contribuiu para a legitimação social da Faculdade Municipal da Palhoça (FMP) no contexto regional.

Apresentamos, com muito orgulho, a **Revista Vias Reflexivas** número 21 (vinte e um) que traz estudos de diferentes vertentes teóricas e metodológicas, circunscrevendo importantes investigações nas áreas de Educação, Linguística e Literatura, Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, Ensino, História, Interdisciplinar e Psicologia. Assim, os trabalhos publicados pretendem contribuir para promover um diálogo construtivo entre esses campos do saber. Este número conta com 07 (sete artigos).

O primeiro artigo intitulado “Revista Vias Reflexivas: Breve Trajetória” objetiva narrar à trajetória da **Revista Vias Reflexivas** a partir da perspectiva de sua editora, destacando os desafios, conquistas e transformações ocorridas ao longo de sua consolidação no meio acadêmico. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e histórico, fundamentada na análise documental de edições anteriores, registros institucionais e memórias editoriais, além do relato de experiência da própria editora.

O segundo artigo intitulado “‘A escola dos meus sonhos’: na voz das crianças da brinquedoteca da Faculdade Municipal de Palhoça” constitui-se em uma pesquisa sobre a escola dos sonhos realizada com crianças frequentantes da Brinquedoteca da FMP, com reflexões sobre o exercício de escuta das crianças e de suas perspectivas acerca da escola idealizada por elas. Houve práticas de observação, intervenção e entrevistas com crianças.

O terceiro artigo “Pensar o currículo sem manual” analisa as transformações nas diretrizes curriculares do Ensino Médio em Santa Catarina, no período anterior e posterior à Reforma do Ensino Médio instituída pela Lei nº 13.415/2017, considerando os desdobramentos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as revisões normativas introduzidas pela Lei nº 14.945/2024. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter interpretativo, fundamentada em análise documental comparativa entre o currículo estadual vigente no período pré-reforma e o Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense.

O quarto “GEMPA 10 anos: gênero e empoderamento da mulher de Palhoça pesquisa e extensão” apresenta o Núcleo de Gênero e Empoderamento da Mulher - GEMPA da FMP, destacando suas principais ações de extensão e pesquisa desenvolvidas desde 2015, cujo objetivo consiste em promover a reflexão junto à comunidade acadêmica sobre a atual condição da mulher através do contexto histórico-social, que faz com que as diferenças de gênero e suas interseccionalidades sejam percebidas pelo viés da desigualdade, com significativas desvantagens sociais, profissionais e pessoais para as mulheres.

O quinto “Fatores que impactam o aprendizado de matemática financeira em cursos de nível superior em gestão: um estudo a partir da visão dos discentes” busca identificar os principais fatores que impactam negativamente o aprendizado de Matemática Financeira em cursos superiores de Gestão. Para tanto, realizou-se pesquisa exploratória de abordagem

quali-quantitativa, de natureza bibliográfica e de campo, por meio de questionário aplicado a discentes de cursos de Gestão de uma instituição de ensino superior localizada em Palhoça (SC).

O próximo “Utilização da Blockchain para rastreamento de peças no setor de caminhões e ônibus” propôs-se a criação de processos para apoiar o desenvolvimento de uma plataforma digital integrada à tecnologia blockchain, visando registrar o histórico de manutenção e gerar certificação digital, explorando imutabilidade, transparência e privacidade no setor de caminhões e ônibus. A solução foi modelada com Unified Modeling Language (UML) para integração entre componentes e fluxo de dados, e Business Process Model and Notation (BPMN) para representação dos processos. Contratos inteligentes foram exemplificados em linguagem Go.

O sétimo “Aplicação do método ahp-gaussiano em uma companhia de seguros” objetivo analisar a melhor solução para o problema de falta de capacidade diante do aumento na demanda de regulação de sinistros durante as épocas de alta temporada (1º e 4º trimestres). Para isso, foram identificados os principais indicadores que a companhia gostaria de maximizar ou minimizar em termos de impactos e custos, além de serem levantadas as possíveis soluções para o problema.

Esperamos que os textos apresentados estimulem reflexões críticas e diálogos fecundos, ao mesmo tempo em que agradecemos aos autores pela qualidade intelectual e pelo rigor que qualificam este periódico.

Profa. Dra. Luzinete Carpin Niedzieluk  
Editora/Coordenadora  
Revista Vias Reflexivas

## REVISTA VIAS REFLEXIVAS: BREVE TRAJETÓRIA

Luzinete Carpin NIEDZIELUK (FMP)  
luzinete.carpin@fmpsc.edu.br

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo geral narrar à trajetória da *Revista Vias Reflexivas* a partir da perspectiva de sua editora/coordenadora, destacando os desafios, conquistas e transformações ocorridas ao longo de sua consolidação no meio acadêmico. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e histórico, fundamentada na análise documental de edições anteriores, registros institucionais e memórias editoriais, além do relato de experiência da própria editora. Busca-se evidenciar o papel da revista na promoção da produção científica, sua contribuição para a disseminação do conhecimento e sua relevância no contexto acadêmico. Os resultados apontam para a importância do trabalho editorial como instrumento de fortalecimento da pesquisa e da construção coletiva do saber.

**PALAVRAS-CHAVE:** Editoração Científica; Periódico Acadêmico-Científico; Relato Histórico.

### 1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, enfatizamos que todo Periódico é uma publicação seriada editada em intervalos regulares (semanais, mensais, trimestrais, semestrais ou anuais), destinada à divulgação de informações, pesquisas, estudos e produções científicas ou técnicas. No contexto acadêmico, o periódico científico é um veículo formal de comunicação da produção intelectual, no qual artigos são submetidos à avaliação por pares (*peer review*), garantindo qualidade, rigor metodológico e credibilidade.

Diferentemente de livros ou obras isoladas, os periódicos possuem continuidade editorial, número ISSN (*International Standard Serial Number*) e seguem normas específicas de publicação, contribuindo para a organização e sistematização do conhecimento.

Este texto tem como objetivo geral narrar à trajetória da *Revista Vias Reflexivas* a partir da perspectiva de sua editora/coordenadora, destacando os desafios, conquistas e transformações ocorridas ao longo de sua consolidação no meio acadêmico.

Como objetivos específicos pretendemos: a) Descrever o contexto de criação da revista; b) Identificar os principais desafios enfrentados ao longo de sua trajetória; c) Apresentar as conquistas e avanços editoriais alcançados e e) Analisar a relevância da revista para a comunidade acadêmica.

## **2 A CRIAÇÃO DA REVISTA VIAS REFLEXIVAS**

Em janeiro de 2007, após minha aprovação no primeiro concurso para atuar na recém-inaugurada Faculdade Municipal de Palhoça (FMP), que iniciou na Escola Pública Municipal denominada de CAIC Professor Febrônio Tancredo Oliveira, situada a *Rua Maria Teodora Haeming, 48 Passa Vinte em Palhoça – SC*, fui convidada a assumir um projeto de extensão voltado à criação de uma revista institucional.

Confesso que, inicialmente, senti certo receio diante do desafio. Ainda assim, decidi aceitá-lo. Como primeiro passo, dediquei-me a estudar de forma aprofundada o funcionamento de periódicos científicos, pois, até então, minha experiência restringia-se à submissão de artigos, sem qualquer participação nos processos editoriais.

Paralelamente, busquei orientação com editores de outras instituições, como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), a fim de compreender os trâmites necessários e estruturar adequadamente a operacionalização do periódico.

Com o propósito de garantir um processo democrático, propus aos acadêmicos e à comunidade docente que sugerissem nomes para a revista. Após a coleta das propostas, realizou-se uma votação para a escolha do título, sendo eleito o nome *Revista Vias Reflexivas*.

A partir dessa definição, providenciei toda a documentação necessária para a estruturação do periódico: elaboração do regimento interno, do estatuto, das normas de publicação, do edital de submissão, dos termos de responsabilidade, dos *templates* (artigo, resenha, ensaio e entrevista), bem como dos convites aos pareceristas. Além da divulgação do edital, encaminhei convites por *e-mail* a professores da própria instituição, das escolas da Rede Municipal de Ensino de Palhoça e de outras instituições de ensino superior, ampliando a participação da comunidade acadêmica.

Desde sua concepção, a revista teve como objetivo estreitar os laços entre a comunidade científica e a comunidade escolar, constituindo-se como elo entre a Faculdade Municipal de Palhoça e a Rede Municipal de Ensino. Ademais, a *Revista Vias Reflexivas* foi pensada como um espaço de discussão teórica e aplicada, capaz de suscitar reflexões em diferentes áreas do conhecimento e de garantir a livre afiliação teórica dos autores.

Vale ressaltar que todo esse processo foi desenvolvido somente pela editora/coordenadora e envolveu significativo esforço.

## 2.1 DEMANDA INICIAL

A *Revista Vias Reflexivas* aceita, além de artigos, relatos de experiência, ensaios, resenhas e entrevistas. Quando os primeiros textos começaram a chegar para compor o número inaugural, foi que realmente compreendi a dimensão do trabalho que me aguardava. Cada submissão trazia não apenas uma proposta de conteúdo, mas também a exigência de escolhas, critérios e responsabilidades que ultrapassavam a simples leitura atenta.

Logo percebeu-se a necessidade de um planejamento editorial sólido. Era preciso definir pautas, estabelecer com clareza a linha editorial e delimitar o público-alvo ao qual nos dirigiríamos. Também se impunha a criação de um calendário de publicações que garantisse organização e coerência ao projeto, transformando ideias dispersas em uma edição consistente.

Em seguida, revelou-se o desafio da gestão de conteúdo. Inicialmente se recebe e se confere os textos observando se estão dentro do escopo e das normas da revista, para após, encaminhá-los aos consultores/pareceristas *ad hoc* internos e externos à Instituição (se houver). Estes irão avaliar e selecionar as matérias, além de sugerir ajustes, propor melhorias, aparar excessos, esclarecer argumentos. Garantir a clareza, a coerência e a qualidade das informações em um periódico é uma tarefa complexa. Na sequência, receber os pareceres e encaminhá-los aos autores, quando esses apresentarem sugestões de alterações do trabalho. Em um próximo momento, se recebe os trabalhos corrigidos dos autores e estes são encaminhados, novamente, aos consultores/pareceristas *ad hoc* para análise das alterações realizadas.

Este trabalho de acompanhamento atento do andamento da aprovação destes textos pelos consultores/pareceristas *ad hoc* é um trabalho extensivo de leitura atenta e releitura e, finalmente, dá-se ciência aos autores do aceite ou não de seu trabalho. Neste momento, deve-se fazer cumprir as decisões do Conselho Editorial.

A próxima etapa, a da edição e da revisão também demanda um olhar muito apurado. Editar significava realizar cortes precisos, ajustar o estilo, lapidar títulos e subtítulos, sempre assegurando que cada texto estivesse alinhado ao padrão da revista. Ao final, a revisão minuciosa antecedia a publicação, como um último gesto de cuidado antes de entregar o trabalho ao público leitor.

Para além do texto, havia também as responsabilidades administrativas. Participar de reuniões, discutir estratégias e representar a revista em eventos completava o escopo de

atribuições. Assim, pouco a pouco, compreendi que editar uma revista é muito mais do que organizar conteúdos: é articular pessoas, ideias e propósitos em torno de um projeto comum.

## **2.2 PUBLICAÇÃO**

Cabe ressaltar que o primeiro número publicado foi impresso, a diretoria da FMP à época, conseguiu uma verba para a sua impressão. Foi feita uma parceria com o artista plástico João Dias (Dão), que gentilmente construiu a capa da revista.

Foram impressas cerca de 100 revistas, em agosto de 2008, sob o ISSN 1983-5515, com 06 (seis) artigos, 01 (um) relato de experiência, 01 (uma) resenha e 01 (uma) entrevista.

Os artigos trazem estudos de diferentes vertentes teóricas e metodológicas, circunscrevendo importantes investigações na área de Educação, com temas como a reorientação curricular da educação de jovens e adultos, o ensino fundamental de nove anos, a importância do acampamento do MST na constituição do sujeito sem terra, já na área da Linguística são tratados os gêneros literários como histórias infantis, lendas, apólogos e na área de Administração o planejamento e a organização nos processos de treinamento e a administração na era digital. A temática do relato de experiência foi sobre o Folclore, a resenha sobre a ética em um filme e a entrevista foi com o prefeito a época.

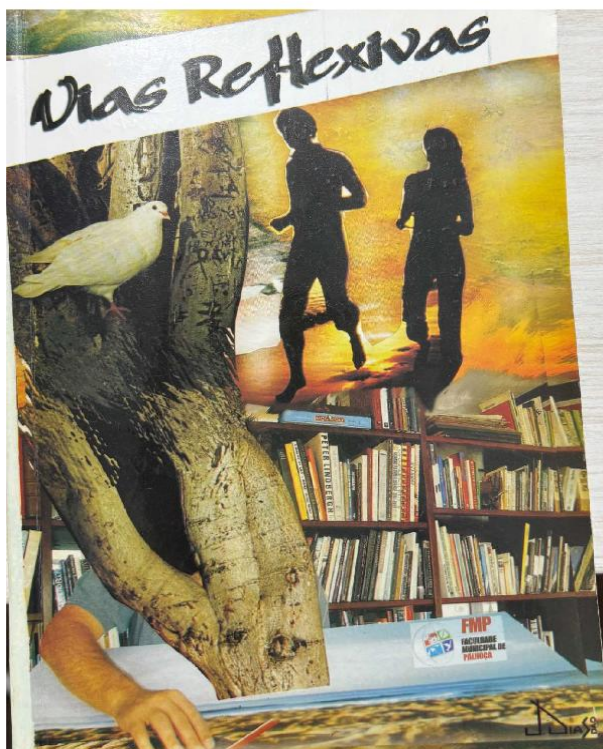
Foi organizado um evento de lançamento da revista, no Clube Recreativo 7 de setembro, no centro de Palhoça, com a participação de toda comunidade acadêmica da Faculdade Municipal de Palhoça (FMP), convidados de outras Instituições de Ensino Superior (IES) e autoridades locais.

O evento foi divulgado pelo jornal local - *Jornal Palavra Palhocense* n. 145 de 28 de agosto de 2008, conforme foto a seguir.



A seguir a foto da capa da revista, conforme já dito anteriormente elaborada pelo artista plástico João Dias (Dão).

Imagem 2 – Foto da capa da *Revista Vias Reflexivas*



Fonte: Arquivo da autora

### 2.3 CONTINUIDADE DO PROJETO

A partir do número 2, em razão da crise socioeconômica, a publicação impressa tornou-se praticamente inviável. Diante desse cenário, optou-se pelo formato *on-line*, que, além de ampliar a divulgação das descobertas científicas, possibilitou o acesso gratuito aos leitores.

O número 2 foi publicado em agosto de 2009, reunindo cinco artigos, duas resenhas e um relato de experiência.

Na sequência, o número 3 foi publicado em junho de 2012, com oito artigos que proporcionam um percurso didático-pedagógico multidisciplinar, evidenciando a compreensão do sujeito como fragmentado, heterogêneo e clivado.

O número 4, publicado em agosto de 2013, contou com seis artigos e uma resenha. Todos os trabalhos dessa edição contribuíram para a promoção da interdisciplinaridade.

Em outubro de 2014, foi publicado o número 5, composto por nove artigos e uma resenha da obra *História da Loucura na Idade Clássica*, de Michel Foucault.

O número 6, publicado em outubro de 2015, apresentou doze artigos com temáticas variadas, entre as quais se destacam: a concepção do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC); alfabetização, letramento e literatura infantil; infância e o brincar como estratégia pedagógica; contribuição do patrimônio cultural material para a qualidade visual do espaço turístico urbano; mapeamento dos egressos do curso de Administração da Faculdade Municipal de Palhoça; turismo no espaço rural e estratégias de desenvolvimento territorial em Portugal e no Brasil; ética das virtudes; práticas culturais e consumo de mídia; fatores motivacionais nas atividades profissionais; e ensino-aprendizagem na Educação a Distância (EaD), entre outros. Observa-se que todas essas temáticas buscam promover um diálogo construtivo entre diferentes áreas do conhecimento.

O número 7, publicado em dezembro de 2016, também reuniu doze artigos com temáticas diversas, alinhadas ao escopo da revista. Nesse período, em decorrência de que sofri um acidente, a responsabilidade pela edição ficou a cargo da professora Miriam Adriana Branco.

O número 8, publicado em julho de 2017, foi igualmente organizado durante meu afastamento. Embora tenha apresentado doze artigos com temáticas relevantes, essa edição se distanciou da identidade visual que vinha sendo mantida pela revista e, em alguns momentos, observam-se inconsistências em relação às normas editoriais.

Por fim, o número 9, publicado em março de 2018, contou com dezessete artigos. Ainda estava afastada da coordenação do periódico, assim a edição ficou a cargo da professora Miriam Adriana Branco. Nessa ocasião, decidiu-se, sob a minha anuência, pela reformulação da identidade visual da revista.

A partir desse número, a capa passou por uma reformulação, sendo elaborada pela professora colaboradora e designer gráfica Susana Medeiros Vieira, conforme a imagem a seguir.

Imagem 3 – Capa atual da *Revista Vias Reflexivas*



Fonte: Arquivo da autora

Com relação ao número 10, publicado em dezembro de 2018, retornei à coordenação da revista ainda no primeiro semestre daquele ano, reassumindo a função de editora. Essa edição contou com 15 (quinze) artigos, 01 (um) relato de experiência e 02 (duas) resenhas. No âmbito da Educação, os artigos abordam temáticas como, por exemplo, formação inicial e continuada de professores, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e relações de consumo no meio digital. No campo do empreendedorismo, discutem-se desde educação empreendedora para mulheres até normas de cerimonial e protocolo em eventos corporativos, turismo de eventos, análise de investimentos e viabilidade financeira. Há, ainda, um artigo na área da Filosofia que problematiza a distinção entre ética e moral. O relato de experiência versa sobre brinquedoteca, e as resenhas contemplam obras das áreas de Educação e Empreendedorismo.

Cabe destacar que, em 2018, foram publicados dois números da revista, consolidando a periodicidade semestral.

O número 11, publicado em novembro de 2019, reuniu 07 (sete) artigos, 02 (dois) relatos de experiência e 01 (uma) resenha. Entre os temas abordados estão: brincadeiras e relações de gênero — entre contradições, permanências e transgressões; a invisibilidade das mulheres na arte renascentista; contribuições bakhtinianas para a leitura de retratos; formação de leitores na infância; alfabetização e letramento; ética na administração e no trânsito. Os relatos de experiência trataram do PIBID como espaço de formação política nos anos iniciais do Ensino Fundamental e da implantação de um jardim sensorial como espaço formativo na Faculdade Municipal de Palhoça. A resenha refere-se à obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, de Mikhail Bakhtin.

Em 2020, ano marcado pela pandemia de COVID-19, houve aumento significativo no número de submissões, mantendo-se a periodicidade semestral, com a publicação dos números 12 e 13.

O número 12, publicado em setembro de 2020, contou com 09 (nove) artigos. As temáticas abrangeram: Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER); sociedade civil organizada e os desafios das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) no Brasil; políticas intervencionistas e impactos econômicos da pandemia; governança da Rede de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual (RAIVS) em Florianópolis (SC); mobilidade urbana e uso da bicicleta em Palhoça; violência estrutural e familiar no âmbito do CREAS; atuação do assistente social na política de saúde; percepção de crianças de 6 a 8 anos sobre

seus direitos e estudos em Semântica Lexical, com ênfase no Léxico Gerativo e no mecanismo de Ligação Seletiva.

O número 13, publicado em novembro de 2020, reuniu 08 (oito) artigos e 01 (um) relato de experiência, este dedicado à escolarização indígena a partir das vivências na Escola Indígena de Ensino Fundamental Itaty, analisando sua inserção na comunidade.

Em setembro de 2021, foi publicado o número 14, com 09 (nove) artigos e 02 (duas) resenhas. Os artigos discutem gestão pública, ensino superior, valorização de auditores e fiscais de tributos, comunicação interna formal, conflitos e relações de trabalho no sistema carcerário, interdisciplinaridade e tecnologias digitais. As resenhas contemplam as obras *Terapia de Atlas: filosofia da educação no contemporâneo*, de Amarildo Luiz Trevisan, e *Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e escrever*, de Magda Soares.

O número 15, publicado em abril de 2022, apresentou 07 (sete) artigos e 01 (uma) resenha da obra *A Arqueologia do Saber*, de Michel Foucault. Entre os temas discutidos estão: relações de emprego em tempos de pandemia e seus impactos na gestão de pessoas; redes sociais e autoaceitação de mulheres *plus size*; responsabilidade socioambiental; precificação de ativos intangíveis por fluxo de caixa descontado; 5G, inteligência artificial e internet; e ética na Educação Infantil.

O número 16, publicado em agosto de 2022, reuniu 07 (sete) artigos organizados em dois blocos temáticos: Educação — com estudos sobre alfabetização e letramento, estágio supervisionado na formação em Pedagogia e desafios da docência na Educação Infantil durante a pandemia — e Gestão — abordando alianças estratégicas, atrativos gastronômicos de Nova Veneza/SC, saúde ocupacional e modelo de mensuração de impacto econômico em rotas turísticas (MIERT).

Em agosto de 2023, foi publicado o número 17, com 09 (nove) artigos que discutem avaliação na Educação Infantil sob a perspectiva da pedagogia Waldorf, pedagogia decolonial, gênero na Educação Infantil, participação digital, avaliação de custos, políticas de ações afirmativas e plano de comunicação.

O número 18, publicado em fevereiro de 2024, trouxe 07 (sete) artigos que abordam: leitura na perspectiva do Círculo de Bakhtin; gênero discursivo “caixa de história infantil” e multiletramentos; oratória como marketing pessoal do profissional de Administração; análise de viabilidade financeira em planos de negócios; técnicas e tecnologias de ensino-aprendizagem no ensino superior; fundamentos da ética profissional; e teoria do valor da infância, discutindo status moral e axiologia.

O número 19, publicado em novembro de 2024, contou com 13 (treze) artigos e 01 (um) ensaio, abrangendo investigações nas áreas de Pedagogia, Educação e Administração. Entre as temáticas estão: gêneros discursivos na formação docente; jogos didático-pedagógicos na Educação Infantil; alfabetização na perspectiva de Montessori em diálogo com a rede municipal de Palhoça/SC; horta escolar; letramento digital; informática na educação; reprovação escolar; práticas docentes sobre povos indígenas; respeito às crianças; estudos históricos sobre a baía sul; e tecnologias emergentes. O ensaio dedica-se à trajetória de Conselheiro Mafra, destacando sua atuação como jurista e político.

Já o número 20, publicado em agosto de 2025, reuniu 08 (oito) artigos que versam sobre: uso de telas na Educação Infantil; geometria de traços aplicada a processos fonológicos na periferia de Florianópolis; sub-representação negra no magistério superior; mídia-educação na escola; avaliações docentes da CPA; QRLIFE; “Talks the Button” — brincar e comunicar — e avaliação institucional.

Por fim, o número 21, publicado em março de 2026 que traz a excelente notícia de que a *Revista Vias Reflexivas* conquistou o **QUALIS CAPES B3**, o que vem demonstrar a consolidação da excelência acadêmica do periódico.

Este número traz oito artigos com temáticas variadas, dentre elas a trajetória da própria *Revista Vias Reflexivas*, a Brinquedoteca da FMP, o Currículo, o Núcleo de Gênero e Empoderamento da Mulher - GEMPA da FMP, a matemática financeira em cursos de nível superior em gestão, a tecnologia *blockchain* e a Aplicação do método *ahp-gaussiano* em uma companhia de seguros.

Ao longo desses números, observa-se a consolidação do caráter interdisciplinar da revista, reafirmando seu compromisso com o diálogo entre Educação, Gestão, Filosofia e áreas afins.

Cabe mencionar que todos estes números estão no site da Faculdade Municipal de Palhoça (FMP) em *Revista Vias Reflexivas* - <https://fmpsc.edu.br>

#### **4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza descritiva e histórica. Utilizou-se como procedimento metodológico a análise documental de edições publicadas, registros institucionais e documentos relacionados à criação e ao desenvolvimento da revista.

Além disso, empregou-se o relato de experiência da editora/coordenadora como fonte primária, permitindo uma abordagem reflexiva e contextualizada dos acontecimentos

narrados. A análise dos dados foi realizada de forma interpretativa, buscando compreender os processos editoriais e sua evolução ao longo do tempo.

## **5 BREVE ANÁLISE E DESAFIOS DO PROCESSO**

Cabe reiterar que a *Revista Vias Reflexivas* foi criada em agosto de 2008, inicialmente em formato impresso, com a proposta de periodicidade anual, objetivo que foi mantido até o ano subsequente à sua criação. Entretanto, por tratar-se de um periódico vinculado a uma instituição municipal que, naquele momento, ofertava apenas dois cursos de graduação — Pedagogia e Administração — e não dispunha de programas de pós-graduação *lato sensu*, enfrentaram-se significativas dificuldades na obtenção de textos para submissão. Mesmo diante de esforços institucionais para ampliar a participação, por meio do envio de convites a pesquisadores de outras instituições de ensino superior, aos docentes da própria instituição e aos professores da rede municipal de ensino, o volume de submissões permaneceu limitado.

Nesse contexto, é importante destacar que, conforme apontam Souza e Albuquerque (2005), a maioria dos periódicos científicos é publicada por universidades, sobretudo no âmbito da pós-graduação, bem como por entidades não governamentais, cuja motivação principal está associada à busca por reconhecimento e prestígio acadêmico, e não a fins lucrativos.

Adicionalmente, a informação científica constitui um insumo fundamental para o desenvolvimento científico e tecnológico de um país. Tal insumo resulta de pesquisas e estudos conduzidos por pesquisadores, os quais, em sua maioria, são financiados pelo setor público. No caso de instituições municipais, entretanto, diversos desafios se impõem, especialmente pela ausência de financiamento específico para pesquisas e pela inexistência de carga horária destinada exclusivamente à produção científica.

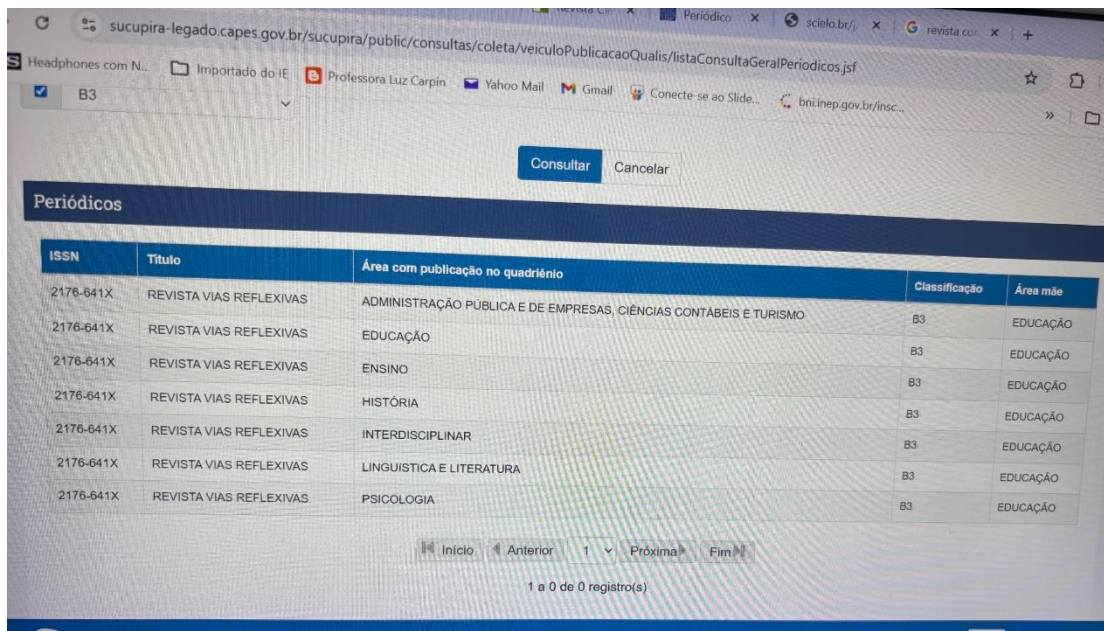
Apesar dessas limitações institucionais, a partir de 2012 a revista conseguiu manter a publicação anual de forma regular. Posteriormente, em 2018, foi possível avançar para a periodicidade semestral, padrão que também se manteve em 2020, mesmo durante o período crítico da pandemia de COVID-19, e novamente em 2024.

Atualmente, a FMP também oferta cursos de especialização, fato que tem contribuído para ampliar o interesse pelo periódico e aumentar a demanda por publicações.

### **5.1 O RECONHECIMENTO E A EXCELÊNCIA ACADÊMICA**

Em 2025, quando a CAPES publicou a classificação de periódicos do quadriênio 2021-2024, recebemos **QUALIS B3**, isto demonstra a consolidação da excelência acadêmica de nosso periódico, conforme imagens 4 e 5 a seguir:

Imagem 4 – Resultado quadriênio CAPES 2021-2024, qualis B3



| ISSN      | Título                  | Área com publicação no quadriênio                                 | Classificação | Área mãe |
|-----------|-------------------------|---|---------------|----------|
| 2176-641X | REVISTA VIAS REFLEXIVAS | ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO | B3            | EDUCAÇÃO |
| 2176-641X | REVISTA VIAS REFLEXIVAS | EDUCAÇÃO  | B3            | EDUCAÇÃO |
| 2176-641X | REVISTA VIAS REFLEXIVAS | ENSINO  | B3            | EDUCAÇÃO |
| 2176-641X | REVISTA VIAS REFLEXIVAS | HISTÓRIA  | B3            | EDUCAÇÃO |
| 2176-641X | REVISTA VIAS REFLEXIVAS | INTERDISCIPLINAR  | B3            | EDUCAÇÃO |
| 2176-641X | REVISTA VIAS REFLEXIVAS | LINGUÍSTICA E LITERATURA  | B3            | EDUCAÇÃO |
| 2176-641X | REVISTA VIAS REFLEXIVAS | PSICOLOGIA  | B3            | EDUCAÇÃO |

Fonte: Arquivo da autora

Imagem 5 - Resultado quadriênio CAPES 2021-2024, qualis B3



Fonte: Arquivo da autora

Este resultado destaca o compromisso da *Revista Vias Reflexivas* com a ética e a integridade científica, conduzindo seus processos editoriais com responsabilidade,

transparência e respeito aos princípios que sustentam a produção acadêmica. A revista possui acesso aberto (*open access*), sustentabilidade editorial na comunicação científica e tem desempenhado papel fundamental na democratização do conhecimento científico, pois ao permitir que pesquisas estejam disponíveis sem barreiras de leitura, amplia-se o alcance dos resultados acadêmicos e fortalece-se o impacto social da ciência. No entanto, este modelo exige organização, planejamento e responsabilidade editorial. A gestão do fluxo de submissões, a coordenação da avaliação por pares, a editoração, o registro do ISSN, a preservação digital e a manutenção na plataforma da FMP representam etapas estruturais que demandam significativo esforço.

A avaliação por pares, quando realizada de forma ética e transparente, fortalece a ciência, promove a confiança nos resultados publicados e contribui para o avanço do conhecimento. Por isso, compreender como funciona o processo editorial é fundamental para autores, leitores e pesquisadores.

O Qualis Periódicos é o sistema utilizado pela CAPES para classificar a produção intelectual dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Atingir o estrato **B3**, considerado de excelência, em uma única área já representa um desafio considerável para uma revista científica. Alcançar essa classificação simultaneamente em **7 áreas distintas** – abrangendo desde Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, Educação, Ensino, História, Interdisciplinar, Linguística e Literatura e Psicologia é um feito raro que atesta a natureza verdadeiramente interdisciplinar e o rigor metodológico adotado pela *Revista Vias Reflexivas*. A classificação única **B3** foi atribuída à revista, conforme os princípios do Qualis Referência, que preveem um único estrato por periódico, determinado por sua área-mãe (Interdisciplinar) com base em indicadores objetivos.

Embora a lista apresente **07** áreas com classificação **B3**, na leitura completa do extrato oficial do Qualis-Capes se verifica que algumas das listadas agrupam, na verdade, **múltiplas “Áreas de Avaliação” da CAPES em uma única linha descritiva**. Por exemplo, a entrada **“ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO”** representa, na nomenclatura e estrutura atual da CAPES, **quatro áreas de avaliação distintas** (Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo). Da mesma forma, **“LINGUÍSTICA E LITERATURA”** agrega duas grandes áreas. Portanto, ao desagregar esses conglomerados e contabilizar cada área de avaliação individual conforme definido pelo sistema CAPES, chega-se ao total de **11 áreas distintas** nas quais a *Revista Vias Reflexivas* obteve o estrato **B3**. Esse número reflete com maior precisão a abrangência interdisciplinar do periódico perante a matriz de avaliação vigente.

É relevante ressaltar que somos uma instituição municipal e atualmente oferecemos cursos de graduação e especialização, assim somos uma instituição *lato sensu* que com muito esforço e empenho conseguiu manter sua revista e torná-la reconhecida dentro dos padrões de classificação CAPES.

A trajetória da *Revista Vias Reflexivas* para este reconhecimento foi construída com perseverança. A revista precisou adaptar seus processos editoriais durante a pandemia, garantindo a continuidade da revisão por pares e a publicação de pesquisas relevantes para aquele momento crítico. O compromisso com a ciência aberta, a agilidade nos processos de submissão e revisão, e a adoção precoce de ferramentas de difusão científica foram fatores-chave para superar as adversidades e conquistar a confiança da comunidade acadêmica de diversas áreas.

Esse reconhecimento ocorre em um momento de profunda reflexão sobre o futuro da avaliação da ciência no Brasil. As **Novas Diretrizes da Avaliação da Pós-Graduação (Ciclo 2025–2028)**, apresentadas pela CAPES, sinalizam uma mudança de paradigma, com menor ênfase na classificação fixa dos periódicos e maior foco na avaliação artigo por artigo.

Para a coordenadora e editora, tal resultado representa um marco significativo. A avaliação positiva da comunidade científica evidencia a seriedade do periódico e reafirma o compromisso com a integridade científica, a transparência editorial e a promoção do conhecimento de qualidade, mantendo processos alinhados às boas práticas acadêmicas e aos princípios éticos que orientam a produção científica.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A revista, desde o seu início, demonstra preocupação com o bem comum, atuando no sentido de ampliar ao máximo o acesso ao conhecimento pelo público em geral, tanto acadêmico quanto não acadêmico. Essa iniciativa contribui, por sua vez, para a própria legitimação social da Faculdade Municipal da Palhoça (FMP) no contexto regional.

A *Revista Vias Reflexivas* busca maximizar a visibilidade das pesquisas científicas produzidas localmente, reduzir a chamada “exclusão cognitiva” na sociedade que é a dificuldade de acesso ao conhecimento científico e, por fim, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais (Kuramoto, 2008, p. 870–871).

Nesse sentido, entende-se que, ao longo de 18 anos consecutivos, a revista vem resistindo e tem contribuído tanto para a divulgação quanto para a disseminação e o desenvolvimento do saber científico.

## **TITLE: VIAS REFLEXIVAS: A BRIEF TRAJECTORY**

**ABSTRACT:** This article aims to narrate the trajectory of the journal *Vias Reflexivas* from the perspective of its editor, highlighting the challenges, achievements, and transformations that occurred throughout its consolidation in the academic environment. The research adopts a qualitative approach, of a descriptive and historical nature, based on the documentary analysis of previous editions, institutional records, and editorial memories, in addition to the editor's own experience report. It seeks to highlight the journal's role in promoting scientific production, its contribution to the dissemination of knowledge, and its relevance in the academic context. The results point to the importance of editorial work as an instrument for strengthening research and the collective construction of knowledge.

**KEYWORDS:** scientific publishing; academic-scientific journal; historical account.

## **REFERÊNCIAS**

ANTAS JUNIOR, R. M. A publicação de periódicos de humanidades e ciências sociais no período técnico-científico informacional. **Geosp**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 1-6, 2022.

BARBOSA, A. G. *et al.* Evolução das funções dos periódicos científicos e suas aplicações no contexto atual. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 1-10, 2013.

CONTEL, F. B. A importância das revistas científicas na comunicação do conhecimento. **Geosp**, v. 28, n. 2, 2024.

KURAMOTO, H. Acesso livre: caminho para maximizar a visibilidade da pesquisa. **RAC**, Curitiba, v. 12, n. 3, p. 861-872, 2008. DOI: <http://doi.org/10.1590/S1415-65552008000300013>.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SOUZA, T. E. R.; ALBUQUERQUE, M. E. B. C. Periódicos científicos em biblioteconomia e Ciência da Informação: consulta por alunos concluintes do curso de biblioteconomia da UFPB. **Biblionline**, João Pessoa, v. 1, n. 2, p. 01-23, jul/dez 2005.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

## **“A ESCOLA DOS MEUS SONHOS”: NA VOZ DAS CRIANÇAS DA BRINQUEDOTECA DA FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA<sup>1</sup>.**

Tatiana Alcântara Ribeiro FERNANDES (FMP)

tatiana.fernandes@aluno.fmpsc.edu.br

Juliane Di Paula Queiroz ODININO (FMP)

juliane.odinino@fmpsc.edu.br

**RESUMO:** Este artigo trata de uma pesquisa sobre a escola dos sonhos realizada com crianças frequentantes da Brinquedoteca da FMP, com reflexões sobre o exercício de escuta das crianças e de suas perspectivas acerca da escola idealizada por elas. Houve práticas de observação, intervenção e entrevistas com crianças. Com inspiração etnográfica, foi problematizado o papel da Educação como encontro geracional de Hannah Arendt em diálogo com a Pedagogia do Silêncio de Celso Ferrarezi Júnior, rumo à problematização da escola libertária de Francisco Ferrer y Guardia. Partiu-se das concepções de crianças como sujeitos de direitos e produtoras de cultura e das infâncias compreendidas em sua multiplicidade. A análise destacou concepções inovadoras e inventivas sobre os tempos e o espaço na escola, recreio, diversidade e a alegria. Notou-se um grande sentimento de coletividade e uma compreensão bastante sensível às questões de inclusão na rotina da escola dos sonhos. Constatou-se que as crianças, quando ouvidas com atenção e respeito, para além do olhar adultocêntrico, consolidam-se como partícipes na construção de uma escola de qualidade, pensada para e com elas, imersa numa realidade pedagógica com a qual se identificam, contribuem e colaboram efetivamente para a promoção de práticas inovadoras com viés democrático, diversificado e inclusivo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação; Infância; Participação da Criança.

### **1 INTRODUÇÃO**

O presente artigo trata da experiência fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso defendido em fins de 2024 o qual procurou evidenciar as expressões das crianças que frequentam a Brinquedoteca da Faculdade Municipal de Palhoça - FMP, acerca de como seria a escola que povoa os sonhos delas. A partir dessa temática veio à tona a ideia de cultura da escassez pelo ponto de vista das crianças, protagonistas e sujeitos da educação e, desse modo, a consequente ação pedagógica que de fato fosse significativa para elas, tornando-as partícipes ativas de seu processo de aprendizagem e desenvolvimento. A análise também dialoga com a Pedagogia do Silêncio que denuncia o autoritarismo e jogo de poder com que os adultos tendem a cercar a expressão das crianças. Foram realizadas observações, intervenções e entrevistas com as crianças, apresentando as percepções e aspirações das mesmas quanto à escola de seus sonhos. O fio condutor da pesquisa foi compreender através

---

<sup>1</sup> Um resumo da pesquisa foi publicado nos Anais do XI Congresso Nacional de Educação - CONEDU 2025.

do exercício da escuta, qual seria a escola que mais correspondesse aos anseios das crianças da brinquedoteca. Como desdobramento buscou-se conceber as crianças como sujeitos de direitos e produtoras de cultura e as infâncias em sua multiplicidade; além de apresentar reflexões sobre o exercício de escuta do sujeito criança bem como analisar suas perspectivas em relação à escola que almejam.

Numa tentativa de respeitar a opinião e valorizar o pensamento na infância, buscou-se identificar quais as principais características das escolas que habitam os sonhos das crianças que se encontram em idade escolar e frequentam a Brinquedoteca da FMP. Uma prática pedagógica significativa precisa estar em diálogo com o educando, com a criança que frequenta o espaço escolar a partir de uma escuta sensível como defendem os autores e autoras da escola democrática. A aprendizagem significativa “[...] deve ser algo significativo, pleno de sentido, experiencial, para a pessoa que aprende. [...]” (Goulart, 2000, p.94). E uma sociedade na qual os sujeitos perpassam por uma educação que os ouve é mais democrática e criticamente construída para um futuro amalgamado na colaboração. Tal tema lança luz acerca das expectativas do sujeito a quem se destina o processo de ensino e aprendizagem, a criança, para que seja possível refletir acerca dos processos escolares, do ambiente da sala de aula, as docências, enfim, nosso dia a dia escolar narrados a partir de suas vivências e aspirações.

A voz das crianças, como fonte de observação e discussão do que nós, adultos, podemos e devemos realizar em nossa prática pedagógica, nos aproxima do pensamento (e expectativa) infantil, tendo em mente a importância da criança na renovação da sociedade, partindo do conceito de educação de Hannah Arendt, de que

(...) a educação é o ponto em que se decide se se ama suficientemente o mundo para assumir responsabilidade por ele e, mais ainda, para o salvar da ruína que seria inevitável sem a renovação, sem a chegada dos novos e dos jovens. A educação é também o lugar em que se decide se se amam suficientemente as nossas crianças para não as expulsar do nosso mundo deixando-as entregues a si próprias, para não lhes retirar a possibilidade de realizar qualquer coisa de novo, qualquer coisa que não tínhamos previsto, para, ao invés, antecipadamente as preparar para a tarefa de renovação de um mundo comum (Arendt, 1972, p.247).

Sendo a escola um espaço de encontro geracional, o debate sobre a forma como adultos e crianças interagem a partir de suas expectativas no contexto do espaço escolar estreita um laço fundamental entre legado de nosso passado e as novas perspectivas que apontam para um futuro ainda a se inventar. Uma escola atenta às expectativas infantis além

de proporcionar um processo de ensino aprendizagem de mais qualidade e significativo para elas, formador de sujeitos integrais, preparados para opinar, serem críticos e construtivos na sociedade, proporciona um espaço real de transformação atento aos complexos desafios da sociedade atual.

Além disso, a prática da escuta garante a concretização dos direitos fundamentais das crianças, principalmente quanto à participação, como elemento fundamental da proteção e provisão, assim elencados por Sarmiento:

A tradicional distinção entre direitos de protecção (do nome, da identidade, da pertença a uma nacionalidade, contra a discriminação, os maus-tratos e a violência dos adultos, etc.), de provisão (de alimento, de habitação, de condições de saúde e assistência, de educação, etc.) e de participação (na decisão relativa à sua própria vida e à direcção das instituições em que actua), constitui uma estimulante operação analítica. Ela permite, quando aplicada à investigação do estado de realização dos direitos, comprovar, por exemplo, que entre os três p, aquele sobre o qual menos progressos se verificaram na construção das políticas e na organização e gestão das instituições para a infância (e, em particular, nas escolas — cf. Jeffs, 1995) é o da participação (Sarmiento, 1997, p.19).

A defesa alinha-se aos Direitos à participação e expressão das crianças, consagrados na Carta Magna de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente traz o Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade, compreendido o aspecto da opinião, expressão e colaboração nas tomadas de decisão e encaminhamentos concretos. Como pano de fundo é possível adotar uma prática escolar de liberdade por ser combatente do adultocentrismo. Assim, alinhada à pedagogia libertária de Francisco Ferrer y Guardia que a define como

Partindo de uma educação para a liberdade, que para os anarquistas é construída coletivamente, também é realizada a desconstrução paulatina da autoridade. Em outras palavras, assim como no meio social, no âmbito escolar o ponto de partida também é a autoridade, que vai sendo diluída conforme a emancipação dos indivíduos acontece. [...]. Uma educação para a liberdade pressupõe a formação de indivíduos que sejam capazes de romper com as estruturas que impedem a construção de uma nova sociedade, desse modo, as contribuições de Francisco Ferrer podem ser de grande relevância para pensar o cenário educacional atual (Oliveira, 2020, p.2-3).

Espera-se assim amplificar a voz das crianças nas pesquisas acadêmicas, na esperança de mais trabalhos científicos sem o olhar, por vezes distorcido, do adulto. Ademais, como vivenciado por Jules Celma<sup>2</sup> “a linguagem não escapa ao controle do poder e existe,

---

<sup>2</sup> O francês Jules Celma traz em seu “Diário de um Educastrador” a experiência como professor substituto nas escolas francesas, nos anos de 1968 e 1969, baseada em quatro pontos: aceitação de todas as manifestações

efetivamente, uma Linguagem Dominante, imagem perfeita das condições de exploração atuais” (Celma, 1971, p.40-41). A questão perscruta-se, pois esperamos das infâncias que essas moldem-se a fim de encaixarem na sociedade vigente. A escola e os ambientes escolarizados talham futuros adultos espelhados nos presentes. Onde, então, encontrar a oportunidade da inovação educacional? Ou da revolução? Comparando à liberdade total na escrita, fruto da prática libertária do autor citado, “os garotos escreviam para *dizer* e não para *aprender*. [...] A imaginação, liberada do quadro estreito da aprendizagem escolar, pode, então, descobrir novos pensamentos, novas formas de comunicação” (Celma, p.41). Pois que, ainda segundo o autor, “os revolucionários serão crianças ou não haverá revolucionários” (Celma, p.197).

## 2 AS VOZES OUVIDAS

Participaram treze crianças interlocutoras frequentadoras da brinquedoteca da FMP, um espaço de acolhida e livre brincar direcionado para crianças de 3 a 11 anos de idade que funciona no período noturno atendendo dependentes de funcionários e estudantes da instituição (FMP, 2022, p.6). A brinquedoteca também se constitui como laboratório do curso de Pedagogia. Vale ressaltar que não há uma assiduidade e regularidade na participação das crianças nesse espaço, entretanto a média é de quinze crianças frequentantes por dia. Os codinomes foram escolhidos pelas próprias crianças, com nomes de animais. A pesquisa foi desenvolvida no espaço de tempo de dois meses, a partir de observação participante na Brinquedoteca e realização de intervenção por meio de proposições e entrevistas acerca da temática. O antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, ao se referir à etnografia destaca três momentos estratégicos: “[...] o Olhar, o Ouvir e o Escrever devem ser sempre tematizados, ou, em outras palavras, questionados enquanto etapas de constituição do conhecimento pela pesquisa empírica” (Oliveira, 1996, p.31). Esses três atos cognitivos do fazer antropológico apontados pelo autor foram utilizados na organização da pesquisa, como instrumental teórico-metodológico parte integrante da análise. Para a pesquisadora, escutar as crianças além de se constituir como um método criterioso, atento e eficaz, com suas ideias, conceitos e percepções de mundo, é um exercício prazeroso. Conforme defende Da Matta ao se referir ao *anthropological blues* “Trata-se de incorporar no campo mesmo das rotinas oficiais, já legitimadas como parte do treinamento do antropólogo, aqueles aspectos extraordinários ou

---

vindas do professor ou dos estudantes; supressão do poder linguístico; supressão do poder dos conhecimentos e, por fim, a maior liberdade possível permitida pela estrutura escolar (Celma, 1971, p. 40-41).

carismáticos, sempre prontos a emergir em todo o relacionamento humano” (Da Matta, p.04, 1978). Um deleite aos ouvidos atentos a esta etapa da vida, quando ainda não temos as amarras da vida adulta, com seus dissabores sociais. É na utopia de se deixar guiar pela poesia das múltiplas linguagens infantis, da tenra idade quando nos permitimos ser quem somos, numa imaginada autêntica expressão humana. A seguir algumas falas que se destacaram das crianças acerca da escola dos sonhos coletadas no decorrer da pesquisa.

Podia na escola ter uma aula de como ser feliz. A professora ia ensinar a fazer as pessoas sorrirem, de vários  
jeitos, dando abraços.

“Borboleta”, 8 anos.

Tem bastante adulto na escola pra fazer comida pra gente, pra não brigar e não chorar.

“Cachorro”, 3 anos.

Educados, gentis, entendem os alunos.

“Tubarão”, respondendo como são os professores, 9 anos.

Tem professora danada na área. Não deixa nem respirar.

“Coala”, 8 anos.

Ela [a professora] tem cabelo preto.

É basicamente bege, não muito branco nem muito preta.

“Gato”, 8 anos.

Meu sonho de escola dos sonhos é as professoras darem dinheiro para as crianças.

“Macaco”, 8 anos.

Uma escola com professoras boazinhas, chocolate, um parque de diversões e uma piscina.

“Gato”, 8 anos.

A gente podia voar pra escola.

“Raposa”, 8 anos.

Seria com uma fonte de chocolate, muita comida, recreio toda hora, podia levar celular pra escola, tinha que estudar um pouquinho e ler.

“Panda”, 8 anos.

Teria uma biblioteca bem silenciosa, toda arrumadinha. Poderia ter muitos livros de Nárnia, Harry Potter, livros infantis, podia ter um monte de nuvem no céu, paisagem bem calma, um monte de pufe, também. Uma pessoa bem legal iria cuidar.

“Borboleta”, 8 anos.

Eu colocaria uma piscina de chocolate.

“Tigre”, 8 anos.

Se eu tivesse uma escola, eu faria um cinema dentro. E a gente poderia se sujar.

“Borboleta”, 8 anos.

Teria um corredor bem grandão e teria o nome de todos os alunos, na parede e no teto.

“Borboleta”, 8 anos.

Tem um parque de diversões.

“Tigre”, 8 anos.

Tem um corredor 3D.

“Tubarão”, 9 anos.

Tem uma sala de flutuar no espaço.

“Coelho”, 7 anos.

Eu colocaria tudo com tecnologia e doce.

“Tigre”, 8 anos.

E tem o toboágua. E aqui é uma piscina que não tem toboágua, assim.

Se quiser vem no toboágua e se quiser vem na piscina.

“Gato”, 8 anos.

Tem luz.

“Cachorro”, 3 anos.

Poderia ter um recreio de 30 minutos. E pra brincar, 25.

“Macaco”, 8 anos.

Pode conversar um pouco, mas não pode conversar muito alto, que é gritaria.

“Gato”, 8 anos.

Mais espaço. Pra fazer qualquer coisa que quiser.

“Coelho”, 7 anos.

Uma leitura toda primeira aula.

“Coelho”, 7 anos.

Uma escola doce, com piscina e crianças do primeiro ao nono ano.

“Leão”, 8 anos.

Brinquedos.

“Abelha”, 4 anos.

Eu faria igual minha escola hoje, de poder ficar todo dia, de algumas crianças conseguirem pagar todo dia e algumas não e bolsistas como eu.

“Borboleta”, 8 anos.

Eu queria que as professoras fossem assim todos os dias, vendo os alunos, porque às vezes os alunos têm caras que a gente não pode entender, porque assim, quando a professora fala, daí ela fica assim, ela não fica com a cara grossa.

“Coala”, 8 anos.

As paredes são de arco-íris e bala.

A gente vai lá e [faz o gesto de lambem com a língua] escondido da Profe.

“Coelho”, 7 anos.

A criança poderia escolher a comida tipo, “ô tio do recreio, você me vê um ‘sanduichinho’ aí? Valeu!”

“Tubarão”, 9 anos.

E se tivesse um dragão na escola?

Ia levar a gente pra voar no céu. Todo mundo. Ia ser o mascote da escola.

“Coelho”, 7 anos.

Pode entrar com o uniforme e o uniforme seca sozinho quando sai da piscina. E camuflagem. Dá pra desaparecer, ficar invisível. Batia palma e daí acaba a coisa. Aparece a pessoa.

“Coelho”, 7 anos.

Faria a escola bem sustentável. Com bastante verde, árvore, umas plantações, uns arbustos, uns cachinhos de uva. Se os alunos estiverem estudando planta, podem ir pra ver como é.

“Tubarão”, 9 anos.

A gente come uma comida diferente como, arroz, feijão, bife e frango. E pra tomar, suco de laranja.

“Macaco”, 8 anos.

Durante uma prova, o professor poderia clicar em um botãozinho na mesa e daí no mesmo segundo sobe uma paredezinha nos dois lados para impedir colar.

“Tubarão”, 9 anos.

Tem uma parede rosa. Não quer dizer menina, tá?!

“Gato”, 8 anos.

Pode vir de fantasia todos os dias.

“Coelho”, 7 anos.

Amor, felicidade.

“Capivara”, 7 anos.

Na escola deveria ter uma plantação de milho.

O milho ia sair voando por causa do vento muito forte.

“Joaninha”, 5 anos.<sup>3</sup>

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa é de caráter exploratório e qualitativa quanto à abordagem, quanto ao método utilizou-se a técnica da entrevista individualizada com auxílio de roteiro, a partir da indagação: “qual a escola dos seus sonhos?” Houve inspiração etnográfica na pesquisa, pois os estudos da infância se dão através das crianças, visto que

Um dos desafios que os estudos sociais da infância colocam aos adultos-pesquisadores interessados em conhecer as crianças como atores sociais que efetivamente têm uma determinada agency é o de porem mãos à obra e tentarem descobrir qual é ela pelo uso da etnografia (James; Prout, 1997; James; Jenks; Prout, 1998; Prout, 2005). A assunção e a importância deste postulado, em que o estatuto das crianças como atores sociais com “voz” própria é reconhecido, não pode ser dissociadas do contexto sócio-histórico de afirmação e ratificação da Declaração dos Direitos das Crianças (1989), nem do marco temporal e epistemológico representado pela emergência e consolidação dos estudos da infância (Ferreira e Nunes, 2014, p.105).

Buscou-se uma metodologia diversificada por intermédio de um real encontro com a criança interlocutora da pesquisa, já que “não basta apenas dizer, é preciso desenvolver de

---

<sup>3</sup> A criança não foi entrevistada, mas participou de uma das intervenções, onde pintou na tela o milho da escola dos seus sonhos. Codinome escolhido pela pesquisadora.

maneira crítica e consciente que a participação das crianças envolve uma mudança na ênfase dos métodos e assuntos de pesquisas” (Martins Filho; Barbosa, 2010, p.14). Comemorou-se aprofundar as conversas durante as entrevistas abrindo-se interessadamente para o pensamento infantil em sua mais sincera expressão, ao modificar a abordagem trazendo elementos criativos e lúdicos pertencentes ao universo imaginário das crianças, alcançando melhor fluência na condução da entrevista: “Coala” de 8 anos, diz que tem um pinguim na casa dela. Pergunto espantada: “de verdade?”. Ela conclui incrédula: “se fosse de verdade eu não estaria aqui agora, mas em casa catando os cocôs dele” (Diário de Campo, 2024).

#### **4 ANÁLISE DE DADOS**

Entre os meses de setembro e outubro do ano de 2024, houve observação participante da rotina da Brinquedoteca, com anotações em diário de campo. Depois, foram feitas duas intervenções com treze crianças (meninas e meninos de 3, 4, 7, 8 e 9 anos de idade), propondo a realização de pintura coletiva com o tema da escola dos sonhos delas. As crianças se revezaram na tela de trinta por quarenta centímetros, adicionando detalhes da escola dos sonhos delas com as tintas guache e pincéis disponibilizados e os quadros prontos foram utilizados para iniciar os três dias de conversas individuais. As crianças pintaram uma escola gigante, com muita luz (representada pelo amarelo), um Shrek no telhado da escola, piscina, plantas, um policial militar, entre outros. Uma das crianças utilizou tinta preta como fundo e depois colou recortes por cima para representar os estudantes flutuando na aula de espaço. Ainda, apareceram aula da bandeira do Brasil, piscinas (internas e externas) com tobogãs, pirulito gigante para lamber coletivamente, primeiro e segundo andares dessa escola construída a muitas mãos. Durante a entrevista individual, iniciadas com a pergunta “qual a escola dos seus sonhos”, alguns pontos foram perpassados, a partir do roteiro planejado, como exemplo o recreio; sala de aula; o que aprende e como; espaço interno e externo; alimentação; tempos e espaços; regras; turmas multisseriadas, dentre outros.

Dentre a riqueza do que foi escutado durante as entrevistas, destaca-se o tom crítico, como na fala de “Tubarão”, 9 anos, quanto às regras escolares: “Ah, a primeira regra que eu iria remover é não poder ter chiclete na sala porque não faz nenhum sentido. Tem professora que fala que tira atenção, só que como se eu estou usando minha boca, não estou usando meu olho” (Diário de Campo, 2024). A escola dos sonhos traz regras de convivência de respeito e valorização das diferenças, a fim de organizar o tempo e espaço escolar, porém sem perder a perspectiva da diversão e primando por períodos de descanso e convivência, inclusive com

conversas bastante entusiasmadas. Uma fala comum é a concepção da escola como um local sobretudo de alegria e “podia na escola ter uma aula de como ser feliz. A professora ia ensinar a fazer as pessoas sorrirem, de vários jeitos, dando abraços (‘Borboleta’, 8 anos, Diário de Campo, 2024)”. Outro aspecto que chamou a atenção foi o de vislumbrar a escola sonhos como essencialmente inclusiva. “Leão”, de 8 anos, explica que “eles [os adultos] iam, se fosse um autista, cuidar do autista enquanto ele está no recreio”. E “Borboleta”, de 8 anos, diz que “não pode gritar no refeitório, porque pode ter muita criança autista, tem sensibilidade” (Diário de Campo, 2024). Seria uma escola onde adultos e crianças se relacionassem com respeito e gentileza; com mobília propensa ao conforto do educando; bibliotecas acessíveis a todo tempo e com livre escolha das obras; parques (terrestres e aquáticos) focados na diversão e prazer dos frequentadores; com currículo atento aos exercícios físicos e conhecimentos gerais, para desestressar corpo e mente, sempre que necessário. Um espaço onde a atenção à coletividade estaria sempre presente ao resolver uma situação, desde montar um cardápio que agrade a todos os paladares ou imaginar soluções para todas as crianças do mundo, como quando “Coala” (8 anos) projeta:

Mas se a criança desse uma opinião assim ó: “ô Profe que tal a gente fizesse um dia, e a gente fizesse no Dia das Crianças, um exemplo, no Dia das Crianças a gente não brincasse. A gente fosse ali, na escola, ali onde tem a rua da calçada da escola. E falar que toda criança tem o direito, porque tem criança que tem trabalho forçado, tem criança que não tem um dia bom para brincar. Às vezes, a gente pode de ser bom o dia muito bom. Tipo assim, fizesse é, bilhete dar para as pessoas que passassem, escrito assim: “toda criança tem o direito de ser feliz. Se você conhece uma criança perto, vá fazer ela feliz”. Porque, tipo, a gente pode ter um dia feliz, mas tem gente que não pode ter (Diário de Campo, 2024).

A análise revela que as crianças apresentam visões e valores marcadamente humanos e responsáveis com o bem estar da coletividade e do mundo. Além disso, foi unânime a crítica ao caráter desnecessariamente sério e entediante da escola, pois a escola na perspectiva delas deveria ser um espaço de alegria. A escuta das crianças nos leva à necessidade de se buscar formas mais efetivas de diálogo e trocas, pois as próprias crianças se mostram entusiastas na colaboração e promoção de uma escola mais atenta aos reais problemas do mundo, para além da lógica utilitarista, de controle, de produtividade e de escassez. Portanto, cabe aos profissionais da educação oportunizar uma maior participação infantil na construção da escola, como forma de garantir um real encontro intergeracional. Logo,

Privilegiar um olhar para uma educação das infâncias, construídas pelas/com as crianças, evoca não apenas reconhecer a diversidade de construções sociais das infâncias, superando as representações (coloniais, patriarcais, adultocêntricas e universalizantes) de uma única ideia de criança. Implica também em problematizarmos o modo que estamos acolhendo as diferentes infâncias e quais direções perseguem as pedagogias que vêm sendo instituídas em diferentes espaços de cuidado e educação nestes territórios periféricos. A invisibilização, o silenciamento das infâncias e a sua condição política desigual memorizam e encobrem a potência dos diferentes saberes das crianças, revelando a face violenta da colonialidade e, por conseguinte, do adultocentrismo. Logo, o reconhecimento das práticas e saberes das crianças podem produzir insubordinação e rebeldia à ordem social imposta (Macedo; Faria, 2022, p.105).

Em destaque, as crianças almejam uma escola que traga para o centro do debate a noção e a vivência da felicidade, pois uma fala comum expressa por elas foi o da alegria em estar mais presente na escola. Por mais que pareça leviano, refletir juntos sobre o seu real significado consistiria numa rica oportunidade de uma construção colaborativa, onde adultos e crianças teriam de fato muito a aprender juntos, à guisa do que propõe a pedagogia dialógica de Paulo Freire que afirma que o adulto aprende enquanto ensina e ensina enquanto aprende: por que não aprender mais sobre a alegria?

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ouvir as crianças trouxe a certeza de que elas são capazes de participar, contribuir e refletir a favor das infâncias, em direção a uma educação mais horizontalizada não alcançada pela sociedade, com respeito e o protagonismo que as crianças merecem. Quiçá são elas as detentoras das verdades sobre as Infâncias. Cabe a nós ouvi-las. Compreendê-las. Com olhar interessado para as infâncias, combatendo o adultocentrismo na escola e praticando uma educação libertária que produz seres desenvolvidos integrais, como há muito se almeja, entretanto pouco se exercita nesse sentido, principalmente quanto à quebra de paradigmas referentes à autoridade.

O próprio espaço da Brinquedoteca nos leva a questionar o porquê não podemos transpor para a sala de aula e a unidade escolar, como um todo, as mesmas características ali contempladas. Características estas que permitem aos sujeitos que estiveram na escola durante o dia (por vezes em dois períodos!), serem tão felizes e propensos a ficar até às dez da noite no recinto. Seria a liberdade de conversar? O brincar à vontade? O espaço pensado só para elas em meio ao mundo dos adultos? O poder desenhar quando dá vontade, bastando pedir à “profe” uma folha e canetinhas? A convivência entre diversas idades? O poder escolher a atividade que prefere em detrimento de seguir, literalmente, o que o mestre

mandar? As atividades estruturadas que ocorrem de vez em quando, por profissionais (os licenciandos) sempre preocupados com metodologias ativas e enriquecedoras do processo de ensino e aprendizagem? Cabe a reflexão.

O rico encontro entre adultos e crianças traz latente nessa convivência (sobretudo no espaço escolar) um potencial transformador da sociedade. Assim, se atentos ao que elas imaginam e expressam, como saberes dignos de serem incorporados nos currículos escolares, alcançaremos uma mudança significativa neste mundo sedento de alternativas para as gerações que chegam e não mais se encaixam em moldes apertados de regras e certezas que não lhe servem e não satisfazem a criticidade da criança e o questionamento permitido pelas legislações que as tornaram sujeitos de direitos. As crianças tensionam esse território engessado ao questionarem e transgredirem o *status quo* educacional tanto no currículo deslocado, na autoridade adultocêntrica e na estrutura engessada, quanto no calar de vozes ávidas por se expressarem. São elas os agentes principais de uma transformação profunda na educação e o farão como partícipes, através da cocriação de um futuro mais democrático e crítico. Findada a pesquisa, a sensação é de que se pode ir mais à fundo nesses questionamentos e no ouvir, como forma de explorar mais a fundo suas percepções acerca de um outro espaço de encontro geracional possível. Em busca por práticas com significado para aqueles a quem temos total foco e a quem devemos consultar em busca de novas perguntas e soluções para os complexos desafios atuais: a criança. Que haja mais escuta de suas vozes que ecoam em um coral imaginativo e sábio, a partir do qual é possível vislumbrar uma educação verdadeiramente inovadora que merece e acolhe as infâncias reais na direção do novo e da transformação. São as crianças os agentes principais dessa transformação profunda na educação e elas o farão como partícipes, através da cocriação de um futuro mais democrático, inclusivo e crítico.

**TITLE:** "THE SCHOOL OF MY DREAMS": IN THE VOICES OF CHILDREN FROM THE PLAYROOM OF THE MUNICIPAL UNIVERSITY OF PALHOÇA.

**ABSTRACT:** This article presents a study conducted with children who attend the Playroom of the FMP, and explore how these children imagine their "school of dreams". Drawing inspiration from ethnographic approaches found in the works of Manuela Ferreira and Ângela Nunes, the study also engaged with Hannah Arendt's understanding of Education as a generational encounter; highlighted Francisco Ferrer y Guardia's libertarian school, experienced and interpreted by Jules Celma; and entered into dialogue with Celso Ferrarezi Júnior's Pedagogy of Silence. As a further development, the study sought to: conceptualise children as rights-bearing subjects and producers of culture; recognise the multiplicity of childhoods; present reflections on the practice of listening to children; and emphasise their

perspectives regarding the school they envision. Rejecting an adult-centred lens and respecting children as deserving of a liberatory education, one capable of transforming society through meaningful coexistence between adults and children, the research aimed to give voice to their imagination and creativity. The study yielded innovative and inventive ideas about school time, playtime, the physical environment, diversity in school, the role of adults, and other dimensions of school life. Overall, the findings reveal a heightened sense of collective awareness among the children, as well as a clear understanding of the importance of inclusion within their dream school. It became evident that children, when listened to with care and respect, play a vital role in shaping a high-quality educational environment, designed both for them and with them, grounded in pedagogical practices in which they can recognise themselves, participate actively, and contribute to rethinking truly innovative approaches.

**KEYWORDS:** Education; Childhood; Child Participation.

## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **A crise na educação**. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 221-247. 1a edição (Between past and future): 1961. Disponível em: [https://profesor.ufop.br/sites/default/files/glicia/files/arendtcriseeduc\\_0.pdf](https://profesor.ufop.br/sites/default/files/glicia/files/arendtcriseeduc_0.pdf) Acesso em: 16 out. 2024.
- CELMA, Jules. **Diário de um Educastrador**. Paris, 1971. Tradução: Elizabeth M. Sawaya Kaphan. São Paulo: Summus, 1979.
- DA MATTA, Roberto. **O ofício do etnólogo: ou como ter anthropological blues**. Revista Nova Série: Rio de Janeiro. Número 27, maio de 1978.
- FERREIRA, Manoela; NUNES, Ângela. Estudos da infância, antropologia e etnografia: potencialidades, limites e desafios. **Linhas Críticas**. Brasília: DF, v. 20, n. 41, p. 103-123, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/lc/v20n41/v20n41a07.pdf> Acesso em: 27 out. 2024.
- FMP. **Resolução 015/2022**. Regulamenta o funcionamento e o uso da Brinquedoteca da Faculdade Municipal de Palhoça. Palhoça: 2022. 8p.
- GOULART, Iris B. **Psicologia da Educação**: Fundamentos teóricos. Aplicações à prática pedagógica. 7ª edição. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.
- MACEDO, Nayara Alves; FARIA, Pablo Luiz de. Virando de ponta a cabeça: inspirações decoloniais para uma pedagogia com as infâncias. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Por uma pedagogia macunaímica: infâncias, estudos decoloniais e resistências plurais na contemporaneidade. Rio de Janeiro, v.8, n.1, p. 96-110, jan-maio, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/riae.2022.65288> Acesso em: 07 nov. 2024.

MARTINS FILHO, Altino José; BARBOSA, Maria Carmem Silveira. Metodologias de Pesquisas com crianças. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.18, n2, p.08-28, jul./dez. 2010. Disponível em:

<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/1496> Acesso em: 27 out. 2023.

OLIVEIRA, Andressa Lopes de. **A Escola Moderna de Francisco Ferrer y Guardia como uma experiência de Educação Libertária**. XVII Encontro Regional de História da ANPUH-PR. Maringá: UFPR, 2020. Disponível em:

[https://www.encontro2020.pr.anpuh.org/resources/anais/24/anpuh-pr-erh2020/1611975237\\_ARQUIVO\\_60bb2a407df75e6eeae4f626071642bc.pdf](https://www.encontro2020.pr.anpuh.org/resources/anais/24/anpuh-pr-erh2020/1611975237_ARQUIVO_60bb2a407df75e6eeae4f626071642bc.pdf) Acesso em: 27 out. 2023.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever.

**Revista de Antropologia**, v.39, n.1, p. 13-37. 1996. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41616179?seq=2> Acesso em: 07 nov. 2024.

SARMENTO, M. J. As crianças e a infância: definindo conceitos delimitando o campo. In

PINTO, M.; SARMENTO, M.J.(coords.) **As crianças: contextos e identidades**. Braga: Universidade do Minho, 1997.

SILVA, Rafael Furtado da. O conceito arendtiano de educação. **Pensar-Revista**

FAJE,[Belo Horizonte], v.9, n.2, p. 303-311, fev. 2019. Disponível em:

[https://www.faje.edu.br/periodico\\_s/index.php/pensar/issue/view/561](https://www.faje.edu.br/periodico_s/index.php/pensar/issue/view/561) Acesso em: 24 out. 2024.

## **PENSAR O CURRÍCULO SEM MANUAL**

Malton de Oliveira FUCKNER (FMP/SC)  
malton\_oliveira@hotmail.com

**RESUMO:** Este artigo analisa as transformações nas diretrizes curriculares do Ensino Médio em Santa Catarina, no período anterior e posterior à Reforma do Ensino Médio instituída pela Lei nº 13.415/2017, considerando os desdobramentos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as revisões normativas introduzidas pela Lei nº 14.945/2024. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter interpretativo, fundamentada em análise documental comparativa entre o currículo estadual vigente no período pré-reforma e o Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense. O referencial teórico articula contribuições do campo crítico do currículo, que compreendem o currículo como construção política e histórica, com a perspectiva do currículo enquanto tradição intelectual e herança cultural. Os resultados evidenciam descontinuidades pedagógicas, estruturais e normativas associadas à flexibilização curricular, à introdução dos itinerários formativos e à instabilidade das

políticas educacionais, com impactos diretos sobre o trabalho docente e a formação de professores. Argumenta-se que a instabilidade normativa compromete não apenas a equidade educacional, mas também a continuidade do conhecimento escolar, indicando a necessidade de maior estabilidade curricular e de políticas públicas consistentes de formação docente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Currículo; Ensino Médio; Formação Docente.

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a educação brasileira tem sido marcada por sucessivas reformas curriculares, particularmente no âmbito do Ensino Médio, etapa historicamente tensionada entre diferentes projetos formativos. A promulgação da Lei nº 13.415/2017 instituiu uma reconfiguração profunda dessa etapa, ao introduzir a flexibilização curricular, os itinerários formativos e uma reorganização da carga horária, alterando significativamente o desenho tradicional do currículo escolar (BRASIL, 2017).

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Médio, homologada em 2018, reforçou esse movimento ao estabelecer competências e habilidades comuns a serem desenvolvidas em todo o território nacional, redefinindo o papel dos currículos estaduais (BRASIL, 2018). No entanto, a transposição dessas diretrizes nacionais para os contextos locais revelou tensões entre padronização e diversidade regional, especialmente em estados com realidades socioeconômicas heterogêneas, como Santa Catarina.

Mais recentemente, a promulgação da Lei nº 14.945/2024, que institui a Política Nacional de Ensino Médio, introduziu ajustes relevantes na reforma original, reconhecendo fragilidades em sua implementação e recompondo a centralidade da Formação Geral Básica. Esse cenário evidencia que o Ensino Médio brasileiro se encontra em um processo contínuo de revisão normativa, o que intensifica a instabilidade curricular e desafia a consolidação de projetos pedagógicos consistentes.

Embora grande parte da literatura crítica interprete essas reformas prioritariamente à luz da racionalidade neoliberal e de seus efeitos sobre a justiça social, este artigo sustenta que tal abordagem, embora necessária, é insuficiente para compreender plenamente as discontinuidades curriculares observadas. Parte-se do pressuposto de que o currículo não pode ser reduzido a um instrumento de dominação ideológica ou de adequação ao mercado, devendo também ser compreendido como tradição intelectual e herança cultural, conforme a perspectiva de Michael Oakeshott.

Diante desse contexto, o artigo investiga as seguintes questões: quais são as principais descontinuidades presentes nas diretrizes curriculares do Ensino Médio em Santa Catarina no período pré e pós-Reforma do Ensino Médio, e em que medida, tais descontinuidades comprometem não apenas a equidade educacional, mas também a continuidade do patrimônio intelectual da escola pública? O objetivo central é analisar comparativamente os documentos curriculares estaduais, identificando transformações, tensões e rupturas que impactam a coerência das políticas educacionais, articulando a crítica às reformas neoliberais com uma concepção de currículo como tradição intelectual.

Como diferencial analítico, o presente artigo propõe uma chave interpretativa que articula a crítica à racionalidade neoliberal das reformas educacionais com a compreensão do currículo enquanto tradição intelectual e herança cultural, conforme a perspectiva de Michael Oakeshott. Ao aplicar essa abordagem ao caso do Ensino Médio em Santa Catarina, busca-se ampliar o debate para além da denúncia das desigualdades estruturais, evidenciando que a instabilidade normativa compromete não apenas a equidade educacional, mas também a continuidade do patrimônio intelectual historicamente atribuído à escola pública.

## **2 METODOLOGIA**

A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter interpretativo, estruturada como estudo de caso, com base em análise documental. Essa opção metodológica permite compreender as reformas curriculares não apenas como mudanças técnicas, mas como processos políticos e históricos permeados por disputas conceituais e institucionais.

O corpus documental é composto pelo Currículo do Ensino Médio de Santa Catarina vigente no período anterior à reforma; pelo Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense (CBTCEM), implementado a partir de 2021; pela Lei nº 13.415/2017; pela BNCC do Ensino Médio; e pela Lei nº 14.945/2024. A análise orientou-se por procedimento comparativo, organizado em três eixos analíticos: (a) diretrizes pedagógicas e concepções de currículo; (b) estrutura curricular e organização da carga horária; e (c) descontinuidades, tensões e desafios de implementação.

A incorporação da Lei nº 14.945/2024 ao corpus analítico permitiu compreender a reforma do Ensino Médio como processo dinâmico e instável, marcado por revisões sucessivas que impactam diretamente o trabalho docente e as políticas de formação de professores.

### **3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

#### **3.1 Currículo como construção política e histórica**

A compreensão do currículo adotada neste artigo parte do pressuposto de que ele não se reduz a um instrumento técnico de organização do ensino, mas constitui-se como uma construção social, histórica e política, permeada por disputas de sentidos, projetos societários e concepções de formação humana. Nessa perspectiva, o currículo expressa relações de poder, definindo quais conhecimentos são legitimados, quais saberes são marginalizados e quais sujeitos são priorizados no processo educativo (APPLE, 2006; YOUNG, 2011).

Michael Young (2011) argumenta que o currículo escolar deve garantir o acesso dos estudantes ao chamado “conhecimento poderoso”, entendido como aquele que permite compreender o mundo para além da experiência cotidiana imediata. Como afirma o autor, trata-se de um conhecimento que “vai além da experiência pessoal dos alunos e lhes fornece meios confiáveis para explicar e interpretar o mundo” (YOUNG, 2011, p. 12). A fragilização dessa dimensão, em nome de currículos excessivamente flexíveis ou orientados por competências genéricas, tende a comprometer o papel emancipador da escola, especialmente para estudantes das camadas populares.

Stephen Ball (2012) contribui para essa análise ao compreender as políticas curriculares como textos e discursos que circulam em múltiplos contextos, sendo reinterpretados e ressignificados na prática. Assim, reformas educacionais não se materializam de forma linear, mas produzem efeitos diversos conforme as condições institucionais, culturais e profissionais das redes de ensino.

#### **3.2 Reforma do ensino médio, neoliberalismo e racionalidade gerencial**

Diversos autores situam a reforma do Ensino Médio no interior de uma racionalidade neoliberal mais ampla, marcada pela centralidade da eficiência, da flexibilização e da adequação da educação às demandas do mercado de trabalho (FRIGOTTO, 2017; SAVIANI, 2018). Nesse contexto, o currículo passa a ser orientado por princípios gerenciais, deslocando o foco da formação humana integral para a mensuração de resultados e o desenvolvimento de competências instrumentais.

Dermeval Saviani (2018) sustenta que a flexibilização curricular proposta pela reforma tende a aprofundar a dualidade estrutural da educação brasileira, ao diferenciar percursos formativos conforme as condições materiais dos estudantes e das escolas. Segundo

o autor, “a flexibilização curricular, longe de assegurar autonomia formativa, opera como mecanismo de ajustamento da educação às exigências do mercado, aprofundando desigualdades historicamente constituídas” (SAVIANI, 2018, p. 45). Para o autor, a promessa de escolha esconde a reprodução de desigualdades históricas, uma vez que, nem todas as redes possuem condições objetivas de ofertar itinerários diversificados e de qualidade.

Gaudêncio Frigotto (2017) reforça essa crítica ao afirmar que o Novo Ensino Médio subordina a educação a uma lógica de empregabilidade precária, esvaziando a dimensão crítica do currículo e fragilizando a articulação entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia, elementos centrais da concepção de formação integrada.

### **3.3 Internacionalização curricular e instabilidade das políticas educacionais**

A reforma do Ensino Médio também pode ser compreendida à luz dos processos de internacionalização das políticas educacionais, nos quais organismos multilaterais e agendas globais passam a influenciar fortemente os sistemas nacionais de ensino. Thiesen (2019; 2020) argumenta que essa dinâmica contribui para a intensificação da instabilidade curricular, uma vez que reformas são implementadas sem o devido enraizamento nos contextos locais.

Nesse sentido, a sucessão de marcos normativos — Lei nº 13.415/2017, BNCC e Lei nº 14.945/2024 — evidencia que o Ensino Médio brasileiro tem sido tratado como campo de experimentação permanente, dificultando a consolidação de projetos pedagógicos de longo prazo. Essa instabilidade impacta diretamente o trabalho docente e a identidade profissional dos professores, chamados a se adaptar continuamente a novos modelos curriculares.

### **3.4 Formação de professores, crenças docentes e mediação curricular**

A literatura educacional é consensual ao apontar que a efetividade das políticas curriculares depende, em grande medida, da mediação realizada pelos professores. Bernstein (1996) destaca que o currículo se concretiza na prática pedagógica por meio de processos de recontextualização, nos quais os docentes interpretam, selecionam e reorganizam os discursos oficiais. Conforme o autor, o discurso pedagógico resulta de um processo no qual “o conhecimento é retirado de seu contexto de produção e relocado em um contexto de reprodução, onde é seletivamente transformado” (BERNSTEIN, 1996, p. 47).

No contexto do Novo Ensino Médio, pesquisas como de Ana Paula Grimes de Souza (2024) indicam que a ausência de políticas consistentes de formação inicial e continuada

compromete a implementação das reformas. A tese de Souza (2024), intitulada - Crenças docentes e reforma curricular do Novo Ensino Médio em Santa Catarina - analisa as crenças de professores formadores em Santa Catarina, evidenciando que reformas curriculares impostas de forma verticalizada tendem a gerar resistências, apropriações parciais e práticas fragmentadas.

Esses achados tensionam leituras que atribuem às políticas curriculares um poder quase determinístico sobre a prática escolar. Ao contrário, a mediação docente revela que o currículo não se impõe de forma mecânica, mas é permanentemente reinterpretado à luz das trajetórias formativas, das tradições profissionais e das culturas escolares.

Assim, a formação docente deve ser compreendida como elemento estruturante das políticas curriculares, capaz de promover não apenas a reflexão crítica, mas também a apropriação intelectual do currículo enquanto tradição de conhecimento escolar e não mero dispositivo técnico ou ideológico.

### **3.5 Contra a pedagogia da urgência**

Embora, as abordagens críticas do currículo, representadas por autores como Apple (2006), Saviani (2018) e Frigotto (2017), ofereçam instrumentos analíticos fundamentais para a compreensão das relações entre educação, poder e desigualdade social, este artigo sustenta que tais perspectivas apresentam limites quando operam com uma concepção excessivamente redutora do currículo, compreendido prioritariamente como mecanismo de reprodução ideológica ou como expressão direta da racionalidade neoliberal. Apple reconhece que o currículo é sempre um campo de disputas, no qual “certas formas de conhecimento são consideradas legítimas enquanto outras são sistematicamente excluídas” (APPLE, 2006, p. 82), mas essa ênfase estrutural tende a obscurecer o papel do conhecimento enquanto bem intelectual em si mesmo.

A partir do eixo teórico desenvolvido na tese de doutorado em curso, da qual este artigo constitui um desdobramento, propõe-se compreender o currículo como tradição histórica e intelectual, conforme a perspectiva de Michael Oakeshott (1991), em diálogo com autores contemporâneos que recuperam o papel formativo da tradição no pensamento educacional, como Steve Turley, entre outros.

Nessa abordagem, a educação é entendida como o processo de inserção dos estudantes em uma herança intelectual compartilhada, uma vez que, para Oakeshott, “aprender é ser iniciado em uma conversação que a humanidade vem conduzindo consigo mesma ao longo do tempo” (OAKESHOTT, 1991, p. 15). Assim, os conhecimentos escolares

não se justificam apenas por critérios de funcionalidade imediata ou por demandas socioeconômicas conjunturais, mas por seu valor formativo intrínseco, ou seja, os conhecimentos educam sobretudo por aquilo que são, e não apenas pelo que servem externamente. Em outras palavras: aprende-se não apenas para fazer algo, mas para tornar-se alguém intelectualmente formado.

Essa concepção permite problematizar leituras da pedagogia crítica que, ao enfatizarem quase exclusivamente as dimensões estruturais de dominação, tendem a subestimar o papel formativo do conhecimento disciplinar e das tradições intelectuais que sustentam a escola moderna. Nesse sentido, o risco do reducionismo crítico reside em substituir uma racionalidade instrumental de mercado por uma racionalidade igualmente instrumental de denúncia, na qual o currículo é analisado apenas pelo que representa politicamente, e não pelo que oferece intelectualmente aos estudantes.

O contraponto oakeshottiano não nega a existência de disputas políticas no currículo, mas desloca o foco de análise para a importância da continuidade intelectual, da herança cultural e da formação do juízo. Tal perspectiva é particularmente relevante no contexto do Ensino Médio, etapa em que o acesso a formas sistematizadas de conhecimento constitui condição para a ampliação da autonomia intelectual dos jovens.

Nesse sentido, a racionalidade neoliberal identificada nas reformas do Ensino Médio não esgota a compreensão do currículo catarinense. As evidências indicam que, mesmo em contextos de forte prescrição normativa, persistem margens de agência pedagógica nas quais professores reinterpretam o currículo como prática intelectual e não apenas como cumprimento de competências ou resultados mensuráveis.

Ao articular a crítica às políticas neoliberais com a concepção de currículo como tradição intelectual, o artigo propõe uma leitura mais complexa das discontinuidades curriculares, evidenciando que a instabilidade normativa não apenas fragiliza a justiça social, como também compromete a continuidade do patrimônio intelectual que a escola pública é chamada a preservar e transmitir.

Tal abordagem permite superar leituras dicotômicas que opõem, de forma simplificada, currículo crítico e currículo tradicional, apontando para a necessidade de uma síntese teórica que reconheça simultaneamente as dimensões políticas e intelectuais da educação escolar.

## **4 DISCUSSÃO**

### **4.1 Diretrizes pedagógicas**

O currículo do Ensino Médio em Santa Catarina, no período pré-reforma, caracterizava-se por uma organização disciplinar rígida, centrada na transmissão de conteúdos e na compartimentalização do conhecimento. As diretrizes pedagógicas priorizavam a estrutura clássica das disciplinas escolares, com pouca ênfase em práticas interdisciplinares ou em competências transversais (SANTA CATARINA, 2015).

As Diretrizes Curriculares explicitavam esse modelo ao afirmar que cada componente curricular possui organização própria, com conteúdos específicos a serem desenvolvidos ao longo do ano letivo, respeitando a sequência estabelecida:

A Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC) compreende que ‘a divisão disciplinar do conhecimento é incapaz de dar conta da problemática social e do cotidiano da sala de aula’. Nessa lógica, entende-se que preservar a identidade das disciplinas escolares é válido, porém na nova proposta curricular escolheu-se ‘pensá-las agrupadas em áreas do conhecimento como um exercício inicial para caminharmos na compreensão de uma formação integral num percurso formativo menos fragmentado’ (SANTA CATARINA, 2014, p. 93).

Com a implementação da BNCC e da Reforma do Ensino Médio, observa-se uma inflexão discursiva em direção ao desenvolvimento de competências e habilidades, à valorização de dimensões socioemocionais e à aproximação com demandas do mundo do trabalho (BRASIL, 2018).

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2018, p. 9).

Conforme Moreira (2010), a flexibilização curricular pode contribuir para o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes, desde que não comprometa a formação integral. Contudo, a análise dos documentos catarinenses evidencia dificuldades na tradução dessas diretrizes em orientações pedagógicas coerentes e exequíveis.

### **4.2 Estrutura curricular: tradição disciplinar, flexibilização e eficácia formativa**

A introdução dos itinerários formativos constitui a principal ruptura estrutural entre os currículos do Ensino Médio anteriores à reforma e o modelo instituído a partir da Lei nº

13.415/2017. No período pré-reforma, a organização curricular baseava-se em uma matriz disciplinar comum, com cargas horárias definidas, progressão seriada e relativa estabilidade normativa. Embora frequentemente criticado por sua rigidez, esse modelo assegurava um núcleo formativo compartilhado, favorecendo a continuidade pedagógica, a previsibilidade do trabalho docente e certa homogeneidade formativa — elementos historicamente associados à eficácia escolar.

Com o Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense (CBTCEM), a estrutura curricular passa a organizar-se em duas grandes dimensões: a Formação Geral Básica e os itinerários formativos, concebidos como percursos eletivos vinculados às áreas do conhecimento ou à formação técnica e profissional. Em termos discursivos, essa reorganização se ancora na promessa de flexibilização curricular e ampliação da autonomia discente, deslocando parte significativa da carga horária obrigatória para escolhas individuais orientadas por projetos de vida.

Entretanto, no contexto catarinense — assim como em outras redes públicas — essa flexibilização revela limites concretos que comprometem sua eficácia formativa. Dados empíricos oriundos da Consulta Pública Nacional sobre o Novo Ensino Médio evidenciam fragilidades estruturais relevantes na implementação dos itinerários formativos. Segundo relatório do Ministério da Educação, 51,5% dos professores declararam não ter recebido formação continuada adequada para atuar no novo modelo; 40,8% dos estudantes afirmaram que seus professores não dominam plenamente os conteúdos dos itinerários; 87,5% dos gestores relataram a atuação de docentes ministrando itinerários fora de sua área de formação inicial; e 28,4% dos gestores indicaram a insuficiência de formação continuada como o principal fator de dificuldade na implementação da política (BRASIL, 2024).

Esses dados indicam que, na prática, a escolha dos estudantes é fortemente condicionada pelas possibilidades materiais da rede e das unidades escolares. A oferta efetiva de itinerários depende da disponibilidade de professores habilitados, de infraestrutura adequada e de condições organizacionais mínimas, o que transforma a escolha discente, muitas vezes, em uma opção meramente formal. Em vez de ampliar oportunidades formativas, a flexibilização curricular tende a produzir fragmentação, trajetórias desiguais e enfraquecimento do núcleo comum de conhecimentos.

Nesse sentido, a ruptura com a tradição disciplinar não se converte automaticamente em maior eficácia educacional. Ao contrário, quando implementada de forma desarticulada das condições reais de funcionamento das escolas, a flexibilização curricular contribui para

a instabilidade do currículo e para a ampliação das desigualdades educacionais, tensionando a relação entre inovação normativa, tradição pedagógica e qualidade formativa.

### **4.3 Descontinuidades, tensões e desafios de implementação**

A análise comparativa evidencia que a transição entre o currículo disciplinar tradicional e o Novo Ensino Médio não ocorreu de forma gradual ou orgânica, mas por meio de rupturas normativas sucessivas que intensificaram a instabilidade curricular. Diferentemente do período pré-reforma, caracterizado por maior continuidade institucional, o cenário posterior é marcado por revisões legais frequentes, ajustes emergenciais e redefinições conceituais constantes.

Essa instabilidade afeta diretamente a eficácia das políticas curriculares, pois compromete a consolidação de práticas pedagógicas consistentes e de projetos formativos de longo prazo. Professores e gestores são continuamente convocados a reorganizar currículos, avaliações e planejamentos, o que dificulta a apropriação conceitual da proposta e fragiliza a cultura pedagógica das escolas.

Sob a perspectiva teórica, tal cenário confirma a compreensão de que políticas curriculares não operam como instrumentos técnicos neutros, mas como campos de disputa simbólica e ideológica (THIESEN, 2019). As reformas educacionais produzem textos normativos abertos, sujeitos a múltiplas interpretações e recontextualizações na prática escolar. No caso catarinense, a instabilidade curricular expressa tensões não resolvidas entre diferentes racionalidades: a tradição da formação geral, a lógica da empregabilidade e a adoção de modelos gerencialistas orientados por resultados.

Assim, a descontinuidade curricular não constitui apenas um problema administrativo, mas um fator estruturante de fragilização da eficácia educacional, ao romper a coerência entre currículo prescrito, currículo praticado e objetivos formativos socialmente compartilhados.

Dito de outra forma, a própria concepção do currículo do Ensino Médio evidencia uma tendência estrutural à descontinuidade, na medida em que se constitui a partir da sobreposição de objetivos formativos socialmente heterogêneos e, por vezes, contraditórios, que atravessam a educação contemporânea. A ausência de um projeto formativo unificado e duradouro contribui para a fragmentação das diretrizes curriculares, enfraquecendo a coerência entre finalidades educacionais, organização pedagógica e práticas escolares.

#### **4.4 Críticas teóricas ao novo ensino médio: tradição, formação humana e instabilidade estrutural**

As críticas teóricas ao Novo Ensino Médio convergem ao apontar que a reforma aprofunda a dualidade estrutural da educação brasileira e tensiona concepções historicamente vinculadas à formação humana integral. Autores críticos argumentam que a reorganização curricular baseada em itinerários formativos tende a segmentar trajetórias educacionais, subordinando parte significativa da escolarização às demandas imediatas do mercado de trabalho (FRIGOTTO, 2017; SAVIANI, 2018; KUENZER, 2017).

No contexto catarinense, tal deslocamento entra em conflito com uma tradição pedagógica que, ao menos no plano normativo, defendia a articulação entre ciência, cultura e trabalho como fundamento da formação integral (SANTA CATARINA, 2014).

À luz da perspectiva de Michael Oakeshott, essa tradição pode ser compreendida como expressão de uma tradição intelectual escolar, na qual o currículo se configura como meio de inserção dos estudantes em uma herança de conhecimentos sistematizados e historicamente compartilhados. A inflexão utilitarista que orienta a flexibilização curricular rompe com essa lógica de continuidade, deslocando o currículo de um espaço de iniciação intelectual para um dispositivo instrumental, comprometendo a coerência formativa e o sentido público da educação escolar. As revisões introduzidas pela Lei nº 14.945/2024 reforçam essas críticas ao reconhecer, ainda que de forma indireta, as fragilidades da formulação original da reforma. Longe de estabilizar o modelo, tais ajustes evidenciam a ausência de planejamento sistêmico e de debate público consistente, perpetuando a instabilidade curricular. Em vez de recompor a coerência entre tradição e inovação, o processo reformista mantém um estado permanente de transição, no qual a eficácia educacional é comprometida pela incerteza normativa e pela fragmentação das experiências formativas.

Desse modo, o Novo Ensino Médio, tal como implementado, revela uma tensão estrutural entre ruptura e continuidade: rompe com a tradição disciplinar sem assegurar um novo paradigma estável e eficaz, produzindo um currículo marcado pela instabilidade, pela desigualdade de ofertas e pela fragilização do projeto formativo comum.

#### **4.5 A sala de aula como lugar de tradução**

A formação de professores emerge como categoria central para a compreensão das discontinuidades curriculares. Evidências empíricas, como as apresentadas por Souza (2024), indicam que as crenças docentes, a formação inicial e as políticas de formação

continuada são determinantes para a efetividade das reformas curriculares. A ampliação da carga horária e a exigência de práticas integradas intensificam as demandas sobre o trabalho docente, sem que haja políticas formativas proporcionais.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise desenvolvida neste artigo evidencia que o currículo do Ensino Médio em Santa Catarina tem sido atravessado por um processo contínuo de instabilidade normativa e descontinuidade pedagógica, intensificado pelas reformas introduzidas a partir da Lei nº 13.415/2017, pela implementação da Base Nacional Comum Curricular e, mais recentemente, pelas revisões promovidas pela Lei nº 14.945/2024. Longe de se configurarem como ajustes pontuais, tais mudanças expressam disputas mais amplas em torno do papel do Ensino Médio, da concepção de formação juvenil e das finalidades da escola pública.

Os resultados da análise comparativa indicam que a flexibilização curricular e a introdução dos itinerários formativos, embora apresentadas como estratégias de ampliação de escolhas e personalização dos percursos escolares, têm produzido efeitos desiguais no contexto catarinense. A limitada capacidade infraestrutural de parte significativa das escolas, aliada à ausência de políticas robustas de formação docente, compromete a efetividade das diretrizes propostas e tende a aprofundar desigualdades educacionais já existentes.

Do ponto de vista das políticas públicas, os achados do estudo apontam para a necessidade de superar a lógica de reformas sucessivas e descontínuas, substituindo-a por uma política de Estado para o Ensino Médio, baseada em maior estabilidade normativa, planejamento de longo prazo e participação efetiva dos profissionais da educação. A consolidação de um currículo coerente exige que as diretrizes nacionais sejam articuladas às realidades locais, respeitando as condições objetivas das redes de ensino e evitando a imposição de modelos padronizados descolados do contexto escolar.

Nesse sentido, destaca-se como implicação central para as políticas públicas a urgência de investir de forma sistemática na formação inicial e continuada de professores. A formação docente deve ser compreendida como eixo estruturante das políticas curriculares, e não como ação complementar ou posterior à implementação das reformas. Programas de formação precisam contemplar o aprofundamento teórico sobre currículo, integração curricular, avaliação e práticas interdisciplinares, além de criar espaços institucionais de reflexão coletiva sobre o trabalho pedagógico.

Por fim, conclui-se que o enfrentamento da descontinuidade curricular no Ensino Médio em Santa Catarina demanda uma revisão crítica do modelo de reforma adotado no

país. A principal contribuição deste artigo reside em propor uma chave interpretativa que articula a crítica à racionalidade neoliberal com a concepção de currículo como tradição intelectual, ampliando o debate para além da denúncia das desigualdades e incorporando a defesa da continuidade do conhecimento escolar como elemento constitutivo da formação humana. Mais do que ajustes normativos, é necessária a construção de um projeto educacional consistente, comprometido com a formação humana integral, a redução das desigualdades e o fortalecimento da escola pública. Estudos futuros podem aprofundar a análise dos impactos dessas reformas na trajetória escolar dos estudantes e nas práticas docentes, contribuindo para o aprimoramento das políticas educacionais em nível estadual e nacional.

Do ponto de vista educacional, os achados do estudo indicam que a consolidação de um currículo para o Ensino Médio não depende apenas de ajustes normativos ou de rearranjos estruturais, mas da preservação de uma continuidade intelectual que permita à escola cumprir sua função formativa. Nesse sentido, pensar o currículo como tradição implica reconhecer o valor do conhecimento escolar para além de sua utilidade imediata, recolocando a formação humana no centro do debate curricular.

**TITLE:** THINKING THE CURRICULUM WITHOUT A MANUAL

**ABSTRACT:** This article analyzes the transformations in the upper secondary education curriculum guidelines in the state of Santa Catarina, Brazil, before and after the implementation of the Upper Secondary Education Reform established by Law No. 13,415/2017, considering the developments of the National Common Core Curriculum (BNCC) and the normative revisions introduced by Law No. 14,945/2024. The study adopts a qualitative and interpretative approach, based on a comparative documentary analysis between the state curriculum in force prior to the reform and the Curriculum Framework for Upper Secondary Education of Santa Catarina. The theoretical framework combines critical curriculum studies, which conceive curriculum as a political and historical construction, with the perspective of curriculum as an intellectual tradition and cultural heritage. The findings reveal pedagogical, structural, and normative discontinuities associated with curricular flexibilization, the introduction of learning pathways, and policy instability, with direct impacts on teachers' work and professional development. It is argued that normative instability undermines not only educational equity but also the continuity of school knowledge, pointing to the need for greater curricular stability and robust public policies for teacher education.

**KEYWORDS:** Curriculum; Upper Secondary Education; Teacher Education.

## REFERÊNCIAS

- APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BALL, Stephen J. **Políticas educacionais e discursos globalizantes**. Porto Alegre: Penso, 2012.
- BERNSTEIN, Basil. **A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394/1996, nº 11.494/2007 e nº 11.494/2007. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm). Acesso em: 30 jan. 2026.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/educacao-basica/bncc>. Acesso em: 30 jan. 2026.
- BRASIL. **Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 ago. 2024. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/L14945.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14945.htm). Acesso em: 30 jan. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório da consulta pública sobre o Novo Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/consulta-publica-novo-ensino-medio>. Acesso em: 30 jan. 2026.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A reforma do ensino médio e o direito à educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 27–44, 2017.
- KUENZER, Acácia Zeneida. Trabalho e escola: a aprendizagem flexibilizada. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 331–346, 2017.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Currículo, identidade e globalização**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- OAKESHOTT, Michael. **The voice of liberal learning**. New Haven: Yale University Press, 1991.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2014. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/2005-PROPOSTA-CURRICULAR-2005.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2026.

SANTA CATARINA. **Lei n.º 16.794, de 2015**. Aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) para o decênio 2015–2024 e dá outras providências. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 2015. Disponível em: <https://www2.sed.sc.gov.br/principais-consultas/legislacao> (Legislação Estadual). Acesso em: 01/02/2026

SANTA CATARINA. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense – Caderno 1: Disposições Gerais**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2021. Disponível em: <https://www.cee.sc.gov.br/index.php/curriculo-base-do-territorio-catarinense>. Acesso em: 30 jan. 2026.

SANTA CATARINA. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense – Caderno 3**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2021. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/Caderno-3--Curriculo-Base-do-Ensino-Medio-de-Santa-Catarina.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2026.

SAVIANI, Dermeval. A reforma do ensino médio e a educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, e230027, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Política educacional e crise do ensino médio**. Campinas: Autores Associados, 2023.

SOUZA, Ana Paula Grimes de. **Crenças docentes e reforma curricular do Novo Ensino Médio em Santa Catarina**. 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

THIESEN, Juarez da Silva. **Internacionalização dos currículos na educação básica**. Florianópolis: Pimenta Cultural, 2019.

THIESEN, Juarez da Silva. Currículo e instabilidade nas políticas educacionais. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 25, e250089, 2020.

YOUNG, Michael. **Conhecimento e controle: novas direções para a sociologia da educação**. Petrópolis: Vozes, 2011.

## **GEMPA 10 ANOS: GÊNERO E EMPODERAMENTO DA MULHER DE PALHOÇA PESQUISA E EXTENSÃO**

Juliane Di Paula Queiroz Odino (FMP)  
juliane.odino@fmpsc.edu.br

**RESUMO:** Este artigo apresenta o Núcleo de Gênero e Empoderamento da Mulher - GEMPA da FMP, destacando suas principais ações de extensão e pesquisa desenvolvidas

desde 2015. O objetivo do GEMPA consiste em promover a reflexão junto à comunidade acadêmica sobre a atual condição da mulher através do contexto histórico-social, que faz com que as diferenças de gênero e suas interseccionalidades sejam percebidas pelo viés da desigualdade, com significativas desvantagens sociais, profissionais e pessoais para as mulheres. O núcleo só foi viabilizado através da realização de parcerias interinstitucionais e de movimentos sociais ao longo de sua trajetória com profícuo diálogo com a comunidade. Vem fazendo uso de diversas linguagens como o teatro, o cinema, rodas de conversa, capacitação, realização de grupos de estudos entre outros cujas ações ultrapassam os muros da instituição. Como resultado destacam-se: realização de filme de longa metragem; duas esquetes de teatro; cinedebates; grupos de estudos e rodas de conversa; colaboração na escrita da Base Comum Curricular do Município de Palhoça; oferecimento de oficinas de geração de renda para mulheres em situação de vulnerabilidade social bem como a colaboração na organização do curso das Promotoras Legais Populares em Palhoça.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero; Empoderamento; Extensão.

## 1 INTRODUÇÃO

O GEMPA é uma abreviação de Gênero e Empoderamento da Mulher de Palhoça, uma iniciativa que surgiu em 2015 com a participação das ações de extensão da FMP - Faculdade Municipal de Palhoça cujo objetivo desde então tem se guiado para a conscientização de mulheres cis e transgênero sobre sua condição histórico-social, seus direitos e a importância da luta pela igualdade e combate ao sexismo no contexto de uma sociedade marcadamente machista e patriarcal. Suas atividades iniciaram com a oferta de formação para a comunidade e lideranças comunitárias no formato de extensão na própria FMP, vinculada ao setor de extensão da instituição, a COPER - Coordenação de Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social, por meio de um convênio interinstitucional entre diversas entidades governamentais. No decorrer dos anos, o GEMPA foi incorporando, além da extensão, a pesquisa através do oferecimento de grupos de estudos, em especial voltados às temáticas de combate à violência contra a mulher, os quais culminaram desde a produção de audiovisuais a inúmeros trabalhos de conclusão de curso. Dada a necessidade de dar maior visibilidade ao debate, tanto o teatro como o cinema foram utilizados como possibilidade de levar a mensagem para além dos muros da instituição, através da esquete “Teatro da mãe oprimida” (exibida de 2016 a 2019) e da realização de um filme de longa metragem intitulado “Matripotência: a revolução do cuidado” (2022). Além disso, foram oferecidos cursos de capacitação para mulheres voltados para a geração de renda, com o projeto Pufes do Bem em parceria com a comunidade do Brejaru, desde 2017. No decorrer da pandemia, o núcleo manteve suas atividades por meio do grupo de estudos com o Ciclo Maria Maria, que depois foi intitulado Ciclo Miriam Maria, em homenagem à professora da FMP Miriam Branco que teve a vida ceifada em decorrência da pandemia. Na sequência, as atividades continuaram

por meio de realização de rodas de conversa no horário da pré-aula, contribuindo também com disciplinas da graduação e da Faculdade da Maturidade. O GEMPA nunca encerrou suas atividades desde então, entre suas últimas ações está a realização de oficinas de teatro comunitário com as mulheres do Projeto Mulheres em Ação, de uma região de grande vulnerabilidade social em 2025, cuja parceria já se dava desde sua criação com o projeto Pufes do Bem. O GEMPA também neste último ano participou da organização do curso das Promotoras Legais Populares, uma iniciativa nacional e interinstitucional que visa formar mulheres lideranças de suas comunidades para luta e reivindicação de seus direitos com conscientização, auxílio, orientação e mobilização social. Por gênero se tratar de uma temática interdisciplinar e se constituir como uma categoria relacional, as ações deste núcleo dialogam com todos os grupos e núcleos da faculdade, com quem tem mantido ao longo de sua trajetória um diálogo profícuo, bem como constituindo-se como tema transversal dos cursos de graduação e da pós oferecidos pela faculdade. Como atividade de extensão tem mobilizado estudantes e comunidade na realização de ações e na promoção de reflexão acerca da discrepante desigualdade entre homens e mulheres que assola nossa sociedade. Como pesquisa busca subsidiar as produções dos Trabalhos de Conclusão de Curso dos cursos oferecidos pela instituição. O presente artigo traça um panorama da história do núcleo ao longo destes dez anos, com destaque às suas principais ações no campo da pesquisa e extensão, além de apresentar as bases teóricas que sustentam e direcionam suas práticas e reflexões.

## **2 TRAJETÓRIA**

No final de 2014 diversas entidades governamentais do município de Palhoça diretamente ligadas a questões envolvendo a condição da mulher perceberam a fragilidade de conhecimento específico sobre o assunto na região, o que não colaborava para uma atuação em prol da mudança da condição de dependência e vulnerabilidade social de muitas mulheres.

De 2015 a 2016, por meio de uma ação de extensão, a Faculdade Municipal de Palhoça, juntamente com outras entidades governamentais do município ofereceram cursos e palestras de formação para a comunidade conforme demanda do ICESPE – Instituto Catarinense de Estudos Sociais Políticos e Econômicos, com o objetivo de apresentar conceitos e despertar o empoderamento da mulher, oriundo da temática: “Sem as mulheres, os direitos não são humanos”. Foram atingidas nesta etapa, oferecida em três módulos, cerca de 150 pessoas. Estas ações visaram promover o debate sobre a situação das mulheres,

encorajar a formação de coletivos e desenvolver ações que buscassem atingir tais objetivos na região. Surgiu enquanto curso semestral em julho de 2015, oferecido em módulos com o intuito de apresentar conceitos e oferecer formação, orientação, atualização e ampliação do conhecimento acerca da abordagem de gênero e do reconhecimento do papel e da participação da mulher na sociedade e na região. O curso continuou a ser oferecido em demais módulos no decorrer do ano de 2016, aos sábados, aberto à comunidade e também voltado aos alunos e às alunas das graduações da instituição. Com certificação de 60 horas, o curso foi dividido em módulos ministrados por professoras/es convidados da área de Gênero, Educação, Direito e Saúde da Mulher sendo oferecidos quinzenalmente aos sábados nas dependências da FMP. Esta primeira edição contou com a participação de cerca de 50 mulheres de diversos setores sociais. Devido à grande procura foi lançada uma segunda versão em 2016, no mesmo formato e com mesmo alcance de público. Foram ao todo três módulos desde 2015, um por semestre. Desta experiência muitas mulheres se tornaram lideranças em suas comunidades, tendo maior participação política em suas áreas de atuação, passando a integrar coletivos e a se organizarem em iniciativas comunitárias, partidos políticos e movimentos sociais, a exemplo do Mulheres em Ação.

A partir desta iniciativa surgiram outras frentes de ação. Coletivos foram sendo constituídos, como o COMDIM - Conselho Municipal da Mulher do Município de Palhoça, criado em 2016 com atuação até a presente data. E o grupo de mulheres da comunidade do Frei Damião e Brejaru, de baixo IDH cuja principal fonte de renda dos moradores é a reciclagem, o “Mulheres em Ação”. Este último projeto passou a produzir pufes com garrafa PETs para ampliação da renda das mulheres a partir de suas realidades. Para tanto foi oferecida uma formação pela FMP com seus colaboradores, além da realização de debates acerca das questões feministas e de raça. Nesse mesmo período, a FMP auxiliou com a solicitação da cessão de um terreno da prefeitura nas proximidades da sede do projeto para a consolidação de uma horta comunitária, em funcionamento até os dias atuais.

No final de 2016, o coletivo percebeu a necessidade de constituição de um grupo de multiplicadoras que pudesse, preferencialmente por meio da linguagem artística, levar e sensibilizar outros públicos e ampliar territórios de discussões de gênero e de combate às discriminações e violência contra a mulher. Assim, como desdobramento, o Curso Gênero e Empoderamento da Mulher passou a se denominar GEMPA - Gênero e Empoderamento da Mulher de Palhoça se consolidando como uma atividade de ensino, pesquisa e extensão da FMP, atuando com a comunidade acadêmica e seu entorno. Assim, no segundo semestre de 2016, o curso focou na formação de multiplicadoras que já tinham atuado nas versões

anteriores, contando com a participação de quatro professoras do quadro docente da faculdade e uma parceria com a Companhia de Teatro Bruxos da Corte e as Madalenas/Es.Te.Pô de Florianópolis. Buscou-se nessa ocasião, através do rico processo de debate e estudo acerca da condição da mulher, construir uma esquete a partir das realidades das participantes, a qual se pautou em questões acerca da violência cotidiana sofrida pelas mesmas. Por meio da linguagem teatral, no ano seguinte foi possível realizar apresentações nos mais diferentes espaços, com o objetivo de conscientizar o máximo de pessoas possível, seguido da promoção de rodas de conversa com a população, a partir dos temas apresentados.

No decorrer de 2016 a 2019, o GEMPA manteve o grupo bastante atuante junto à comunidade de Palhoça, com apresentações e aprofundamento de seus estudos acerca das múltiplas violências sofridas pelas mulheres. O grupo também se aprofundou nos estudos do Teatro do Oprimido, método criado por Augusto Boal, utilizado para a construção da esquete teatral e para a promoção do diálogo com o público. O teatro político como ferramenta de transformação ensaiava possibilidades de combate deste cenário de violência e opressão. Paralelamente, ocorria desde então a ação de assessoramento e oferecimento de oficinas junto à comunidade do Frei do Damião, por meio do já referenciado projeto Pufes do Bem (confecção de pufes com garrafas pets que eram comercializados em feiras e em diferentes espaços) e das rodas de conversa que visavam tanto tratar de questões teóricas acerca dos estudos feministas como ser um espaço de troca e escuta das realidades das envolvidas sobre sua condição social enquanto mulher entre outros marcadores sociais. Além da participação em feiras e eventos como o Fazendo Gênero 11 e 13o. Mundo das Mulheres, ambos realizados na UFSC em 2017, houve a participação em diversas mostras culturais com o *Teatro da Mãe Oprimida* e exposição na feira dos movimentos sociais do projeto das Mulheres em Ação com os Pufes do Bem.

Em 2018, além dos encontros presenciais ocorridos com professores convidados/as, o GEMPA participou no dia 8 de março deste ano do evento organizado pela ONG Anitas Libertas que ocorreu no Centro de Florianópolis, no TCE (Tribunal de Contas de Santa Catarina) que teve como intuito premiar Mulheres que faziam a diferença na sociedade. O GEMPA foi convidado a participar por conta do reconhecimento do impacto social do Projeto de confecção de Pufes do Bem. O GEMPA também esteve presente neste mesmo ano na *1a Semana da Diversidade: a educação transforma por uma escola sem LGBTfobia*, promovida pela Escola Básica Estadual Irmã Maria Tereza, com uma roda de conversa sobre Teoria Queer para mais de quinhentos estudantes do Ensino Médio.

Nos idos de 2020 e 2021, com o cenário da pandemia, o GEMPA passou a realizar encontros online, com o Ciclo de Estudos Feministas Maria Maria. O grupo se organizou em três Ciclos de estudos desde abril de 2020 inicialmente promovido na modalidade à distância, por conta do contexto pandêmico, com encontros quinzenais via Meet, voltados à comunidade acadêmica em geral, cujo objetivo sempre fora aprofundar os estudos acerca dos feminismos negros e decoloniais. Grande parte destes encontros foi desde então gravadas e disponibilizadas no canal da Faculdade Municipal de Palhoça do Youtube. Tratava-se de uma iniciativa interinstitucional estabelecida inicialmente entre UDESC e FMP, entre os grupos de pesquisa e extensão NEABI/Faculdade Municipal de Palhoça e NEAB/Universidade do Estado de Santa Catarina, Laborei/Universidade do Estado de Santa Catarina, Literalise/Universidade Federal de Santa Catarina além da parceria com a Companhia de Teatro Os Bruxos da Corte de Palhoça/SC e a Produtora Cinematográfica Werk Filmes. Os encontros do Ciclo buscaram num primeiro momento aprofundar os estudos da coleção Feminismos Plurais organizados por Djamila Ribeiro (2019), passando pela obra de Grada Kilomba (2019) até culminar na obra de Oyèrónké (2021), com foco na crítica ao racismo heteropatriarcal e da afirmação da diversidade decorrentes “[...] de perspectivas que atravessam a reflexão, a ação política e cultural de mulheres negras, indígenas e homens negros que trazem em comum a insurgência desses grupos subalternizados frente aos modos de subjetivação consagrados pelo racismo, sexismo e o desafio de construção de novos imaginários reconstituidores da plena humanidade.” (Carneiro apud Ribeiro, 2019, p. 23). Constituindo-se como grupo de estudos aberto a toda comunidade, incorporando além dos núcleos e laboratórios das principais universidades públicas da região outros grupos com representantes de movimentos sociais, como Unegro/SC e o coletivo 8M (O oito de março, que agrega inúmeros movimentos em prol da luta feminista) passaram a compor o grupo de estudos. Nos últimos tempos, o Ciclo Mirian Maria Maria passou a incorporar o nome Mirian devido a perda de uma das colegas idealizadoras do projeto, professora doutora Mirian Branco, acometida pela COVID 19, na época coordenadora do NEABI - Núcleo de Estudos Afro Brasileiro e Indígena da FMP. Entre as principais autoras abordadas destacam-se Carla Akotirene, Grada Kilomba, bell hooks, Beatriz Nascimento, Djamila Ribeiro, Joyce Berth entre outras.

Assim, as reflexões culminaram no desejo de uma produção audiovisual que pudesse garantir ampla difusão das reflexões decorrentes do grupo de estudo ao retratar experiências práticas concretas entre diferentes saberes ancestrais para públicos cada vez mais diversificados. O Ciclo Maria Maria continuou com suas atividades de forma ativa e

persistente até 2022, porém por mais que fosse aberto à comunidade em geral, devido à complexidade teórico-conceitual das referidas obras, acabava atingindo em sua maioria pessoas interessadas ligadas ao ensino superior. O intuito de realização do documentário vinha no sentido de oportunizar maior difusão e visibilidade desses outros saberes e formas de sociabilidade, promovendo reflexões acerca de uma afirmativa e inovadora maneira de compreender o papel social da mulher partindo do conceito africano de matripotência, da cultura iorubá. A obra "A invenção das mulheres" da nigeriana Oyeronké Oyewumí (2021) posteriormente se tornou um filme documentário produzido pelo GEMPA por meio de recursos do edital de cultura da UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina. A produção deste documentário realizado com mulheres lideranças da região, concebidas como matripotentes por se destacarem em suas comunidades pela exaltação da dimensão do cuidado e da responsabilidade social em suas práticas comunitárias. O documentário audiovisual com duração de cerca de 50 minutos tratou sobre as experiências de quatro lideranças negras e/ou indígenas femininas da região da grande Florianópolis que vinham atuando ativamente em suas comunidades nas áreas da cultura, da religiosidade e da luta por direitos. Tal documentário buscou dar visibilidade a mulheres cujas trajetórias têm sido ao longo da história pouco reconhecidas e valorizadas e, ao mesmo tempo, difundir inovadoras sociabilidades através de suas experiências de vida que vão na contramão do modelo hegemônico da noção de liderança, reconhecimento e prestígio, característicos de uma sociedade constituída por um grupo privilegiado reconhecido como branco, eurocentrado, consumista, urbano, desenvolvimentista, cristão, machista e patriarcal. Em linhas gerais, o documentário versa sobre os cotidianos de mulheres lideranças enredadas nas complexas relações tecidas nos seus territórios, cujo cuidado mútuo as fazem desfrutar dessa posição de destaque e reconhecimento comunitário. Foram realizadas muitas exposições desde sua estreia no Museu da Escola Catarinense, passando pelo CEU das Artes de Palhoça, na própria FMP além de ampla divulgação, pois o vídeo encontra-se disponível gratuitamente no canal do youtube da Werk Filmes.

Na sequência, o grupo de estudo se manteve pós pandemia ao longo dos anos acontecendo presencialmente no horário da pré-aula, aberto a toda comunidade nas dependências da FMP. Por se tratar de um tema interdisciplinar foi ampliando sua rede incorporando novas frentes e parcerias. Foi iniciada a produção de um vídeo junto à comunidade acadêmica sobre violência doméstica, cujas imagens e dados vem sendo coletados desde 2017 a partir de depoimentos reais, em parceria com a produtora Werk Filmes. Além das discussões das obras, o Ciclo Mirian Maria produziu um curta para

participar do festival do minuto, intitulado *Xeque Mate da Rainha* em parceria com a companhia Bruxos da Corte com a temática da violência doméstica, também disponível no canal da produtora parceira.

Em 2023, o GEMPA continuou suas ações com a segunda edição do video documentário *Matripotência: a Revolução do Cuidado* em parceria com o Programa de Pós-Graduação em História da UDESC com edital de cultura contemplado. A partir de uma necessidade de aprofundamento pelo viés da pesquisa e da possibilidade de criação de narrativas audiovisuais, neste referido período o projeto foi novamente submetido e aprovado, dessa vez com o intuito de produzir uma websérie fazendo uso de conceitos decoloniais e dos estudos do feminismo negro, do Brasil e do mundo. O aprofundamento nesta etapa mirava às reflexões acerca das múltiplas possibilidades de configurações de corpo, gênero e suas múltiplas percepções de mundo. As ações iniciaram com o grupo com a exibição e debate do video documentário *Matripotência: A revolução do cuidado*. A websérie iria contemplar a participação de diferentes lideranças em seus territórios com seus corpos dissidentes e resistentes, porém devido a problemas no acesso ao recurso as atividades tiveram que ser interrompidas.

Em 2024, o documentário foi exibido na Mostra Audiovisual do Fazendo Gênero 13, evento feminista internacional que acontece na UFSC. Já em 2025, o GEMPA retomou suas atividades artísticas com o teatro comunitário na comunidade do Brejaru, com as Mulheres em Ação, em parceria com o [Es.Te.Pô](#) - Escola de Teatro Político de Florianópolis que por meio do Teatro do Oprimido promove conscientização e transformação social através da contestação das injustiças sociais. Tais ações também participaram do *II Simpósio Regenerar Mundos: Práticas Artístico-pedagógicas de Pesquisa-Extensão no Capitaloceno* no eixo Práticas cênicas no nexa entre o sócio-histórico e o cosmológico.

Nessa ocasião surgiu o núcleo Es.Te.Pô surgiu através do GEMPA como uma ampliação das ações da rede de Escolas de Teatro Político de Florianópolis, com o intuito de debater e produzir teatro de caráter crítico. Tal atividade de caráter extensionista busca consolidar um coletivo de teatro político inicialmente com mulheres periféricas ligadas ao Projeto Mulheres em Ação, situado no bairro Brejaru, em Palhoça. Por meio da formação crítica, da valorização de suas trajetórias em saberes e culturas locais, emancipatória em relação ao combate às violências e opressões sofridas pelas mulheres, em sua maioria, negras, mães, imigrantes, faz-se uso do teatro-fórum do Teatro das Oprimidas com o objetivo de levar reflexões sócio-históricas e ambientais para diferentes espaços educativos, culturais e de movimento social como possibilidade de transformação social por meio do corpo político.

Além dessa ação, no decorrer deste último ano, o GEMPA participou ativamente da organização do curso das Promotoras Legais Populares do município de Palhoça. Este último compõe um grande projeto mobilizado por várias frentes institucionais, da sociedade civil e dos movimentos sociais que busca formar mulheres lideranças com o objetivo de contribuir ativamente em suas comunidades na luta e na garantia de seus direitos fundamentais, como moradia, saúde, igualdade salarial, promoção da soberania alimentar, ações sustentáveis, combate às violências e discriminações de gênero, raça e classe social. Os encontros aconteceram no CEU das Artes em Palhoça, quinzenalmente aos sábados de abril a dezembro de 2025, com alguns desses momentos em ocupações, comunidade indígena, projetos sociais, além da realização de visitas a órgãos públicos. O curso formou cerca de cinquenta mulheres e pretende dar continuidade no ano seguinte.

As ações do grupo desde então vem atingindo direta e indiretamente um público de mais mil pessoas, tem contribuído para formar lideranças contando com o apoio de uma rede de coletivos feministas como 8M/SC, Marcha Mundial das Mulheres garantindo um constante diálogo com as principais lideranças comunitárias da região. Assim, desde seu nascimento o núcleo almeja também continuar desenvolvendo as ações de extensão, pesquisa e aprofundamento através dos grupos de estudos presenciais no horário da pré-aula e também online. A ideia é que tais ações possam subsidiar as pesquisas seja nos trabalhos de conclusão de curso de Pedagogia e Administração que a faculdade oferece à noite, seja na pós-graduação. O grupo de estudo online criado na pandemia intitulado Ciclo Miriam Maria encontra-se atualmente em vias de ser retomado com o fortalecimento das redes e consolidação de parcerias interinstitucionais.

### **3 DEBATE TEÓRICO**

Desde o início, a discussão sobre o papel da mulher na sociedade e a discussão sobre o empoderamento feminino têm sido temas centrais na atuação do GEMPA. Na primeira versão da proposta, o objetivo do projeto consistia em “Desenvolver e despertar o Empoderamento da mulher, oferecendo formação, orientação, ampliação e atualização sobre a sua atuação e sua importância no contexto social, cultural, econômico e político em nível municipal, estadual, nacional e internacional.” (Relatório de Extensão, 2015). Com a participação de professores colaboradores da instituição desde seu início foram abordados temas como saúde da mulher, combate à violência contra as mulheres, a representação das mulheres nas mídias, gênero e raça, direitos das mulheres entre outros. Com a ampliação e

diversificação de suas ações, houve a necessidade de definir com maior precisão teórica alguns dos principais conceitos que o subsidiariam em seus princípios norteadores. Tornou-se necessário primeiramente partir de uma definição comum sobre os conceitos de gênero e empoderamento presentes no título do núcleo. Gênero enquanto categoria analítica então é compreendida pela sua dimensão científica e relacional, daí a necessidade de ser tomada a partir dos jogos de poder atravessados pelos intrincados marcadores sociais. Em linhas gerais, gênero refere-se às relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres, os quais são resultantes de construções sociais dadas a partir das diferenças sexuais. De acordo com Leite (2011, p. 15), “[...] O conceito foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social”, ou seja, padrões histórico-culturais atribuídos a homens e mulheres. Portanto, a identidade de gênero relaciona-se com o modo como determinado sujeito se identifica na sociedade. Os estudos de gênero contemplam uma abordagem complexa onde combinam-se aspectos biológicos, sociais, culturais e psíquicos. Tal definição também foi utilizada para difundir o conceito na escrita da Base Curricular do Município de Palhoça (2019), cujo texto inicial deste documento se apresenta sob o título: “Educação para a diversidade de gênero”, no capítulo sobre “Diversidade e Inclusão”. Vale destacar que o GEMPA teve uma participação crucial para a escrita deste documento, considerado um marco para introduzir essa discussão nos currículos escolares.

Já o termo Empoderamento vem pautando-se nas ideias de teóricas do empoderamento que o compreendem como a união entre conscientizar-se criticamente e transformar na prática, ou seja, algo em si contestador e revolucionário na sua definição. Com o aprofundamento deste conceito, outros temas também passaram a fazer parte das discussões do nosso grupo de estudos como interseccionalidade, racismo estrutural, branquitude, masculinidades, lesbiandades, mulheres indígenas e ribeirinhas, afetividade e sexualidade. O grupo de estudos pôde aprofundar especificamente esse conceito através do Ciclo Miriam Maria pela leitura e discussão da obra de Berth (2019) que o define como “Empoderar (...) é, antes de tudo, pensar em caminhos de reconstrução das bases sociopolíticas, rompendo com o que está posto, entendendo ser esta a formação de todas as vertentes opressoras.” (Berth, 2019, p. 19).

Foi justamente no decorrer dos grupos de estudos que o Núcleo passou a promover leituras e debates de autoras feministas exaltando a dimensão da interseccionalidade. Devido ao caráter político, social e identitário, compreender os múltiplos e intrincados atravessamentos que caracterizam os sujeitos e suas posições sociais, tem sido colocado como aspecto central para compreender a condição social do que convencionou-se

denominar culturalmente como “mulher”. Esta representação é oriunda de uma concepção promovida por sujeitos históricos, reais e concretos ao invés de figuras abstratas, universais que teriam supostamente alguma “essência”. Ainda no contexto dos grupos de estudos, Akotirene (2019) contribuiu muito para o debate através da compreensão de que “A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado produtores de avenidas identitárias.” (2019, p. 14). Neste sentido, as mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe. Esta compreensão é de suma importância para a constatação das múltiplas identidades que povoam os sentidos do que é ser mulher em nossa sociedade.

No decorrer dos estudos do Ciclo Mirian Maria, as discussões sobre o feminismo negro ampliaram ainda mais os horizontes de nossas reflexões. Os estudos sobre a obra “A invenção das mulheres” de Oyewùmí (2021) permitiram lançar luz sobre o conceito iorubá de Matripotência. As práticas retratadas no documentário produzido sobre este tema são compreendidas pela dimensão ética do cuidado coletivo, interpelados pelas reflexões da socióloga nigeriana em sua tese de doutorado de que trata sua obra. Trata-se de uma poética da resistência, pois tal cosmopercepção, noção que a autora nigeriana defende, de reprodução da vida se contrapõe à lógica dominante patriarcal. Foi decorrer do processo de pesquisa que se buscou ouvir os saberes de mulheres líderes de suas comunidades e abriu para o grupo outras referências de estudos que dessem conta da complexidade simbólica, das performances a suas poéticas do corpo. Desse modo, tais dimensões foram sendo incorporadas nos estudos, como a complexidade das corporeidades, bem como a dimensão de amefricanidade defendida por Lélia Gonzalez (2018), até a busca por compreender as marcas da colonialidade, como as flechas do tempo (Simas; Rufino, 2019) que inscrevem nos corpos e nas cidades, poéticas da resistência encantadas nas culturas populares. O conceito de matripotência refrata o olhar acerca das relações por meio dos múltiplos sentidos sensoriais para além da ênfase na visão, se opondo sobretudo às pré-noções dos papéis sociais de gênero - especialmente em relação a maternidade, paternidade. Deste modo, tem proporcionado outros e inovadores modelos concretos de organização social, de resistência às estruturas opressoras, exploradoras e violentas decorrentes do patriarcado pós-neoliberal e cisheteronormativo que estabelece perversamente os locais e hierarquias de poder social, econômico e político. Tal conceito vem cada vez mais ganhando notoriedade nos estudos e no contexto dos movimentos negro, feminista e decolonial, por exaltar à ideia da maternidade negra na tradição filosófica e ancestral, pela qual a sociedade se organiza para além da lógica

hegemônica vigente. Pela cosmopercepção iorubá, o sentido da matripotência surge no momento do nascimento, pelo qual nascem as duas entidades que a compõem: o bebê e a Íya. Assim, aquela que é lançada à condição de Iyá possui destaque e reverência em sua comunidade sendo dotada de poder de decisão e prestígio na ocupação dos espaços públicos e privados, ao exaltar valores de equidade e justiça social. Na cultura africana, a prole não é somente da mãe de sangue, mas de toda a comunidade, assim matripotência relaciona-se a esta dimensão da coparticipação do coletivo nas práticas de cuidado mútuo e comunitário.

Para finalizar, tão fundamental para as ações de difusão artística e política do GEMPA foi a realização de um teatro comunitário desenvolvido num primeiro momento com a comunidade acadêmica (de 2016 a 2019) e mais recentemente (2025) com o coletivo de mulheres periféricas do projeto Mulheres em Ação. A técnica utilizada foi o do Teatro do Oprimido/Teatro das Oprimidas. O Teatro do Oprimido (TO), criado por Augusto Boal (1975), é um método teatral que transforma o espectador passivo em "espect-ator" ativo, usando o teatro como ferramenta para discutir, ensaiar e agir na transformação da realidade social, democratizando a produção teatral e dando voz aos oprimidos para que eles próprios busquem soluções para seus problemas. Possui uma vertente que é o Teatro das Oprimidas que foi sistematizado por Bárbara Santos (2019), uma discípula de Boal, que passou a compreender o processo como uma variação do Teatro do Oprimido, mas com ênfase nas questões sociais enfrentadas pelas mulheres, a partir de suas especificidades que até então ficavam ofuscadas no contexto dos grupos mistos. Por meio da formação crítica, de valorização de suas trajetórias em saberes e culturas locais, e emancipatória em relação ao combate às violências e opressões sofridas pelas mulheres das comunidades, em sua maioria, negras, mães, atuantes na informalidade, imigrantes e de grande vulnerabilidade social, o Teatro da Oprimida (Santos, 2019) problematiza e escancara tais contradições. Em linhas gerais, o Teatro das Oprimidas aprofunda de forma teórica e prática a partir das vivências corporais as questões de gênero e outros marcadores sociais da diferença. Traz um debate interseccional para a cena teatral, questionando lógicas sexistas, machistas, racistas, heteronormativas, entre outras pautas opressivas. O teatro político assim fundamentado buscou dar visibilidade para as vivências e identidades culturais das mulheres. Para que pudessem ocupar através da arte um lugar de destaque para a resistência e saída criativa, inovadora e atenta às suas realidades culturais através dos modos de fazer diversos proporcionados pelos jogos teatrais, ao mesmo tempo que busca instrumentalizá-las para a mudança social a partir de suas realidades concretas. O Teatro das Oprimidas historicamente desde a década de 1990 se consolidou como uma grande rede internacional e na experiência

do GEMPA se vinculou ao grupo Es.Te.Pô - Escola de Teatro Político de Florianópolis, constituindo-se como um braço deste coletivo em Palhoça.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O grupo de estudos vem ao longo desses últimos dez anos realizando ações bastante significativas do ponto de vista da reflexão e da conscientização acerca da condição da mulher, com atenção especial à nossa região. De uma necessidade local de proporcionar vivências e oportunidades para o público feminino da região de Palhoça, o GEMPA por meio de parcerias interinstitucionais vem somando e se fortalecendo com suas redes de apoio bastante atuantes com os movimentos das mulheres entre outros coletivos e grupos de estudos das principais universidades da região da grande Florianópolis. Desde então, vem cumprindo sua função de extensão ao romper os muros da faculdade e oportunizar o protagonismo de suas acadêmicas, fazendo uso de diferentes linguagens como a artística e a intelectual em busca de compreender as dinâmicas sociais que envolvem gênero entre outras categorias que definem e classificam os sujeitos em nossa cultura. Neste sentido, vem incentivando a produção acadêmica por meio de pesquisas que culminam com a publicação de artigos científicos e produção de trabalhos de conclusão de curso com o objetivo de compreender de perto e com a participação da comunidade nossas realidades sociais, no combate às inúmeras opressões e violências tanto concretas como simbólicas e na promoção da equidade, da inclusão e da justiça social. Sendo a FMP uma faculdade pública e gratuita cuja mantenedora é a prefeitura de Palhoça, o impacto social na comunidade é a melhor forma de devolutiva para o município ao proporcionar melhores condições de vida por meio da conscientização das mulheres e promoção de sua autonomia e empoderamento, tanto as da comunidade acadêmica como da região, sobretudo as de maior vulnerabilidade social, como as mulheres da comunidade do Frei Damião. Além é claro da contribuição na escrita de documentos norteadores como a Base do Município de Palhoça, uma importante conquista para este campo. Compreendendo-se no campo da resistência, primeiro passo para a mudança social, suas ações vêm na esteira da luta pelo fortalecimento e incentivo da produção intelectual acadêmica e como parte das ações de extensão, em defesa da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e que essas possam daqui para frente contar cada vez mais com o apoio institucional da faculdade.

**TITLE: GEMPA 10 YEARS: GENDER AND WOMEN'S EMPOWERMENT IN PALHOÇA RESEARCH AND OUTREACH**

**ABSTRACT:** This article presents the Center for Gender and Women's Empowerment - GEMPA at FMP, highlighting its main extension and research activities developed since 2015. GEMPA's objective is to promote reflection within the academic community on the current condition of women through the historical-social context, which causes gender differences and their intersectionalities to be perceived through the lens of inequality, with significant social, professional, and personal disadvantages for women. The research group was only made possible through inter-institutional partnerships and social movements throughout its history, fostering fruitful dialogue with the community. It utilizes diverse languages such as theater, film, discussion groups, training, study groups, and other activities whose actions extend beyond the institution's walls. Key results include: the production of a feature film; two theatrical sketches; film screenings followed by discussions; study groups and discussion circles; collaboration in writing the Common Curricular Base of the Municipality of Palhoça; offering income-generating workshops for women in situations of social vulnerability; and collaboration in organizing the Popular Legal Promoters course in Palhoça.

**KEYWORDS:** Gender; Empowerment; Extension.

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018

BASE CURRICULAR do Município de Palhoça. Palhoça: Editora FMP, 2019

BERTH, Joice. **Empoderamento.** São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Pólen, 2019.

BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras:** Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação:** Episódios de Racismo Cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEITE, A. M. P. **Educação, gênero e sexualidade:** entreolhares e problematizações. In: LEITE, A. M. P.; ROSA, R. M. (org.). **Educação, escola e violências.** Florianópolis: UFSC, 2011.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras:** relações raciais, quilombos e movimentos. Organização e introdução de Alex Ratts. São Paulo: Zahar, 2021

OYEWUMI, Oyèrónké. **A invenção das mulheres:** Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

Santos, B. (2019). **Teatro das Oprimidas: estéticas feministas para poéticas políticas**. Casa Philos

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

## **FATORES QUE IMPACTAM O APRENDIZADO DE MATEMÁTICA FINANCEIRA EM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR EM GESTÃO: UM ESTUDO A PARTIR DA VISÃO DOS DISCENTES**

Fabiana WITT (FMP)  
fabiana.witt@fmpsc.edu.br

**RESUMO:** A Matemática Financeira é componente curricular essencial na formação de profissionais de Gestão, pois sustenta decisões financeiras estratégicas. Contudo, a aprendizagem da disciplina pode se revelar complexa para os discentes, comprometendo o desenvolvimento de competências exigidas no mercado de trabalho. O presente estudo teve como objetivo identificar os principais fatores que impactam negativamente o aprendizado de Matemática Financeira em cursos superiores de Gestão. Para tanto, realizou-se pesquisa exploratória de abordagem quali-quantitativa, de natureza bibliográfica e de campo, por meio de questionário aplicado a discentes de cursos de Gestão de uma instituição de ensino superior localizada em Palhoça (SC). Os resultados indicam que as principais barreiras estão associadas a lacunas em matemática básica e à limitação de tempo para dedicação ao estudo da disciplina. A partir desses achados, destaca-se a necessidade de estratégias pedagógicas que favoreçam o nivelamento de conhecimentos e a articulação entre teoria e prática, contribuindo para uma formação profissional mais consistente e alinhada às demandas do contexto organizacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Matemática Financeira. Gestão. Aprendizagem.

### **1 INTRODUÇÃO**

No contexto da formação em Administração e em cursos superiores correlatos da área de Gestão, a Matemática Financeira constitui um instrumento essencial para o aprofundamento em Finanças, ao fornecer suporte à tomada de decisões estratégicas e à alocação eficiente de recursos em empresas e organizações.

Conforme destaca Damodaran (2012), esse campo do conhecimento fundamenta grande parte das decisões financeiras corporativas, abrangendo desde a avaliação de projetos de investimento até a definição da estrutura de capital.

Apesar de sua relevância, a aprendizagem da Matemática Financeira frequentemente impõe desafios aos discentes, os quais podem comprometer o desenvolvimento das competências exigidas para a atuação profissional. Nesse cenário, torna-se pertinente

investigar os fatores que interferem no aprendizado dessa disciplina em cursos de nível superior na área de Gestão, considerando a percepção dos estudantes.

Diante disso, o presente estudo objetiva analisar os fatores que condicionam o aprendizado da Matemática Financeira em cursos superiores de Administração e áreas afins. Ao examinar os entraves à assimilação de seus conceitos e instrumentos, a pesquisa busca contribuir para uma compreensão mais sistematizada do processo de ensino-aprendizagem no âmbito da formação em Gestão. Parte-se do pressuposto de que a identificação desses condicionantes pode orientar a formulação de estratégias pedagógicas mais eficazes, fortalecendo a formação profissional dos futuros gestores.

Para alcançar tais objetivos, o artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente, apresenta-se uma discussão sobre a Matemática Financeira e sua relevância para a área de Gestão; em seguida, descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados, bem como a análise e a discussão dos resultados; por fim, expõem-se as considerações finais, acompanhadas de sugestões para pesquisas futuras.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

No âmbito da Gestão Empresarial, a Matemática Financeira assume papel central ao fornecer instrumentos analíticos que sustentam decisões economicamente consistentes, orientam a alocação racional de recursos e contribuem para a avaliação e mitigação de riscos inerentes às atividades organizacionais. Ao permitir a análise do valor do dinheiro no tempo, dos fluxos de caixa e das condições de financiamento e investimento, essa área do conhecimento amplia a capacidade do gestor de interpretar cenários, comparar alternativas e antecipar impactos financeiros decorrentes de suas escolhas.

Nesta seção, conceitua-se Matemática Financeira e disserta-se sobre a sua importância para a área.

### **2.1 MATEMÁTICA FINANCEIRA**

A Matemática Financeira pode ser definida como o ramo da Matemática aplicado à análise e à resolução de problemas financeiros relacionados, entre outros aspectos, às decisões de investimento e financiamento (Damodaran, 2012). De forma complementar, autores como Gitman (2002) e Brigham e Ehrhardt (2006) a concebem como a aplicação sistemática de princípios matemáticos à interpretação das decisões financeiras enfrentadas por empresas e indivíduos.

Nessa perspectiva, a Matemática Financeira pode ser compreendida como uma linguagem analítica voltada à mensuração do valor do dinheiro ao longo do tempo, incorporando variáveis como taxas de juros, inflação e risco (Assaf Neto, 2000). Essa abordagem possibilita a avaliação comparativa de alternativas financeiras, bem como a análise de seus impactos econômicos em diferentes horizontes temporais.

Ao oferecer instrumentos para a avaliação de investimentos, a análise de financiamentos, a gestão do capital de giro e o planejamento financeiro, a Matemática Financeira amplia a capacidade decisória do gestor, fornecendo subsídios para escolhas mais consistentes tanto na aplicação quanto na captação de recursos (Gitman, 2002). Tais análises fundamentam-se na compreensão das dinâmicas que afetam o valor do dinheiro no tempo, especialmente aquelas relacionadas às taxas de juros e à inflação.

No âmbito da formação em Gestão, os principais conteúdos abordados na disciplina incluem os sistemas de capitalização - juros simples e compostos -, os mecanismos de desconto, as séries de pagamentos, os sistemas de amortização e os métodos de análise de investimentos, os quais constituem a base técnica para o suporte às decisões financeiras estratégicas nas organizações.

## 2.2 MATEMÁTICA FINANCEIRA NOS CURSOS SUPERIORES DE GESTÃO

Os cursos superiores de Gestão visam preparar futuros gestores para gerenciar negócios e/ou empreender. Eles têm por objetivo formar profissionais competentes, críticos e reflexivos, aptos a atuar em diferentes áreas da gestão empresarial, como as áreas de Finanças (gestão dos recursos financeiros da empresa, incluindo planejamento orçamentário, controle de custos e investimentos), Marketing (desenvolvimento e implementação de estratégias de marketing para promover os produtos ou serviços da empresa), Recursos Humanos (recrutamento, seleção, treinamento e desenvolvimento de pessoas), além de Logística e Operações (gestão da cadeia de suprimentos, desde a aquisição de matérias-primas até a entrega do produto final ao cliente, e gestão dos processos produtivos da empresa) (Sobral; Peci, 2013).

A relevância dos Cursos Superiores em Gestão reside na demanda crescente por profissionais qualificados para atuar em cargos de gestão em empresas de todos os portes e setores de atividade. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em 2023, a área de Gestão figurou entre as que mais geraram vagas de trabalho no Brasil, com um crescimento de 12,4% em relação ao ano anterior (Gomes *et al.*, 2024),

constituindo-se, portanto, em uma das áreas mais promissoras do mercado de trabalho brasileiro, com alta taxa de empregabilidade e salários atrativos.

Além disso, os Cursos Superiores em Gestão oferecem aos alunos uma formação ampla e abrangente, que os prepara para lidar com os diversos desafios da gestão empresarial moderna. Os alunos desenvolvem habilidades essenciais como liderança, comunicação, tomada de decisão, resolução de problemas, negociação, visão estratégica, entre outros (Chiavenato, 2003; Drucker, 2009).

Os profissionais graduados nesses cursos podem atuar em diversas áreas da gestão empresarial, em empresas de todos os portes e setores de atividade. Algumas das principais oportunidades de trabalho para esses profissionais são como gerente geral ou de algum departamento específico (finanças, *marketing*, recursos humanos, operações ou projetos), analista de negócios, consultor de gestão, e, claro, empreendedores.

Para Drucker (2009), considerado o pai da administração moderna, a gestão é a mais importante função em qualquer organização. Já Mintzberg (2008) destaca que os gerentes são o coração e a alma de qualquer organização.

Nestes cursos, a Matemática Financeira se constitui enquanto ferramenta elementar que tem por função guiar os futuros gestores em suas jornadas profissionais. Mais do que simples cálculos de juros simples e compostos, a Matemática Financeira oferece uma linguagem única e universal, que permite auxiliar os gestores no processo de tomada de decisão, focando na otimização de recursos financeiros de empresas e organizações.

Ainda que reconhecida como fundamental, a Matemática Financeira pode e apresentar como um verdadeiro obstáculo para alguns estudantes de Gestão. Zentgraf (2003) identifica alguns dos principais desafios, como a abstração dos conceitos, a falta de familiaridade com a linguagem matemática e a aplicação prática dos conhecimentos em situações reais.

Pereira (2016) corrobora essa visão, ressaltando a necessidade de metodologias de ensino inovadoras e contextualizadas que facilitem a assimilação dos conteúdos e a sua conexão com a prática profissional.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para o desenvolvimento do presente trabalho, utilizou-se de uma abordagem qualitativa e exploratória, além de pesquisa bibliográfica e de campo.

Através de uma pesquisa bibliográfica foi possível construir um aporte teórico visando explorar a Matemática Financeira, seu campo de estudo e sua importância para os Cursos Superiores de Gestão.

Posteriormente, procedeu-se à aplicação de um questionário com os discentes de dois cursos de graduação em Gestão em uma faculdade localizada em Palhoça, Santa Catarina, quais sejam: bacharelado em Administração e tecnólogo em Processos Gerenciais.

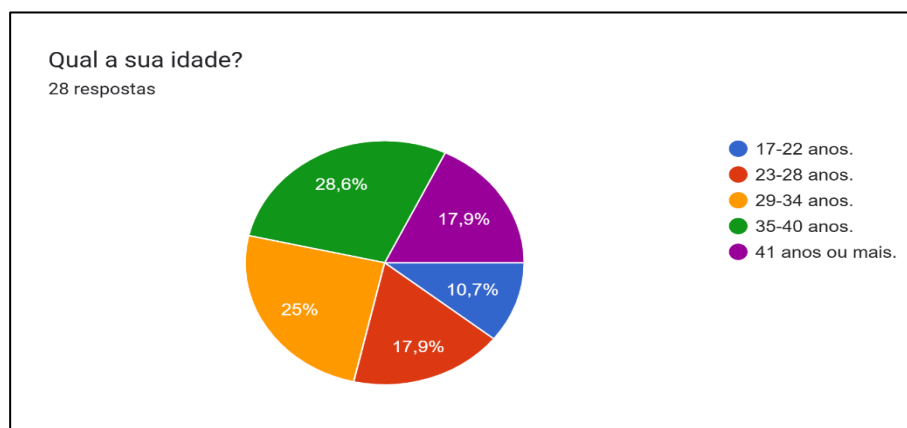
Foram analisadas as respostas de 28 discentes, cuja coleta de dados ocorreu em junho de 2024, e cujos resultados são apresentados no tópico seguinte.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada com 28 discentes, sendo 42,9% do curso de tecnólogo em Processos Gerenciais (TPG) e 57,1% do curso de bacharelado em Administração. A maioria dos respondentes está cursando a 1ª. fase (46,4%) e 2ª. fase (28,6%) de seus cursos, que são as fases em que a disciplina de Matemática Financeira é ofertada aos alunos (1ª. fase no curso de TPG e 2ª. fase no curso de Administração).

Cerca de 28,6% dos respondentes possuem de 35 a 40 anos, e 25% possuem entre 29 a 34 anos (ver Figura 1).

Figura 1 – Respondentes por Faixa Etária



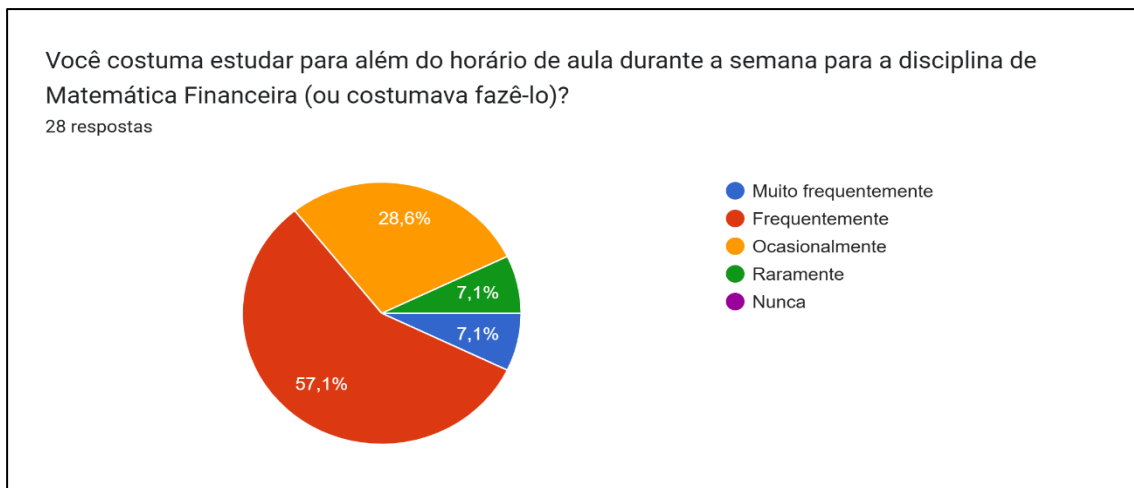
Fonte: Dados primários, 2024.

O perfil sociodemográfico da amostra revela predominância feminina (75%) e origem do ensino médio em instituições públicas (92,9%).

Ao serem indagados sobre a importância da Matemática Financeira para a formação em Gestão, 82,1% atribuem o grau máximo de relevância (nota 5 em uma escala de 1 a 5), o que evidencia a percepção dos discentes quanto ao papel estratégico da disciplina.

Em relação aos hábitos de estudo, 57,1% afirmaram dedicar-se frequentemente a estudos além do horário de aula (Figura 2), o que indica esforço suplementar para o acompanhamento do conteúdo.

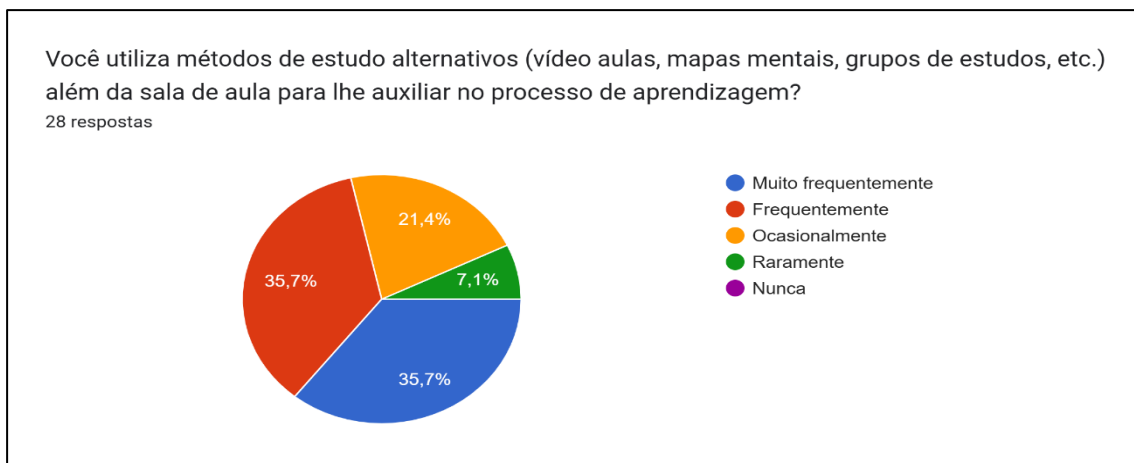
Figura 2 – Frequência de estudo



Fonte: Dados primários, 2024.

A análise também apontou que mais da metade dos estudantes utilizam métodos de estudo alternativos, com 35,7% relatando uso “muito frequente” e 35,7% “frequente” (Figura 3), o que sugere busca por recursos complementares para superar dificuldades.

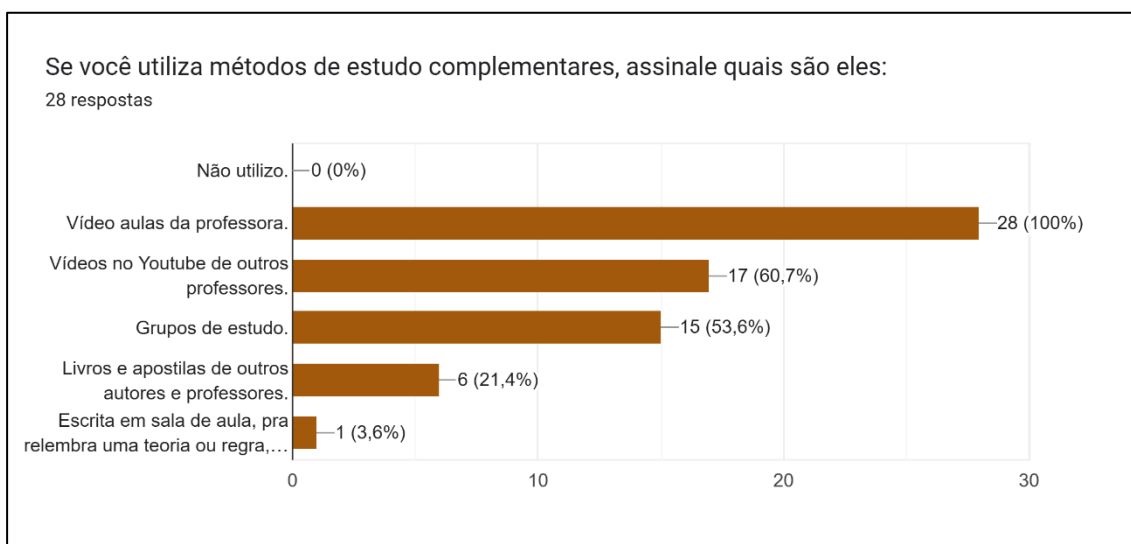
Figura 3 – Utilização de métodos de estudo alternativos



Fonte: Dados primários, 2024.

Entre os recursos alternativos adotados, destacaram-se as vídeo-aulas disponibilizadas pela docente da disciplina (100%) e conteúdos em vídeo no YouTube produzidos por outros professores (60,7%) (Figura 4), indicando forte dependência de materiais audiovisuais como suporte ao aprendizado.

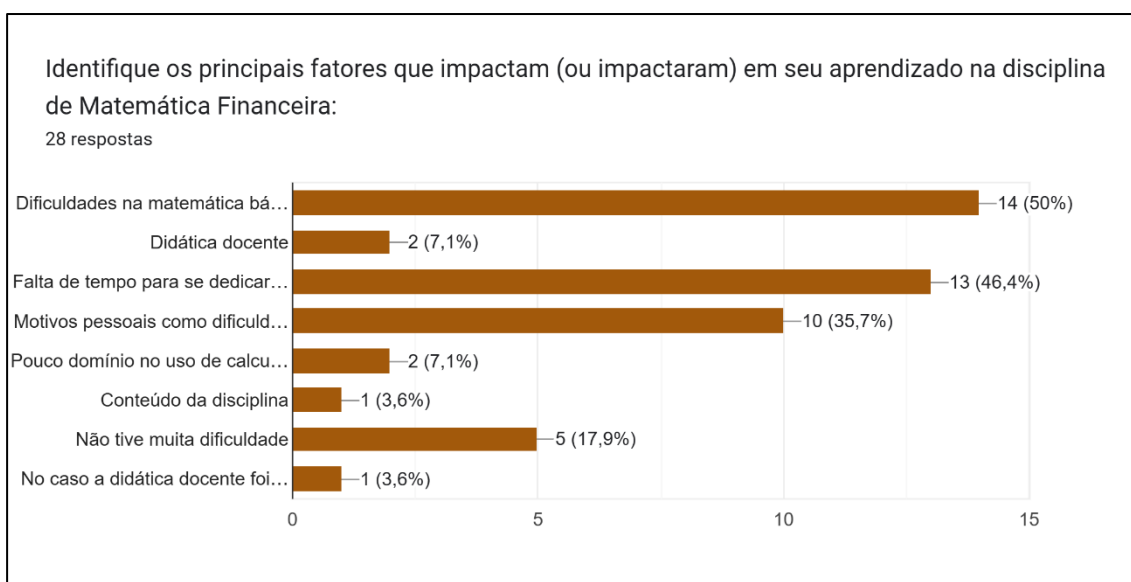
Figura 4 – Métodos de estudo alternativos utilizados



Fonte: Dados primários, 2024.

Ao serem questionados sobre os principais fatores que impactam seu aprendizado na disciplina, metade dos discentes apontou dificuldades em matemática básica, seguida pela falta de tempo para estudo (46,4%) (Figura 5). Esses resultados corroboram a literatura que associa o desempenho em Matemática Financeira à solidez da base matemática e à disponibilidade temporal para a realização de práticas e exercícios.

Figura 5 – Principais fatores que impactam o aprendizado na disciplina



Fonte: Dados primários, 2024.

No espaço reservado para sugestões de melhoria, os estudantes destacaram a necessidade de contextualização do conteúdo por meio de situações pessoais e profissionais, formação de grupos de estudo (até três pessoas), atividades colaborativas, ampliação da carga horária para maior prática e oferta de aulas de reforço. Essas propostas reforçam a importância de estratégias pedagógicas mais práticas, participativas e voltadas ao fortalecimento das competências matemáticas e financeiras.

Os dados da pesquisa permitem inferir que a Matemática Financeira é amplamente reconhecida como base para a tomada de decisões corporativas, sustentando análises de investimento, financiamento, estrutura de capital e planejamento financeiro (Damodaran, 2012). Assim, sua presença no currículo de cursos de Gestão é justificada pela necessidade de formar profissionais capazes de interpretar cenários econômicos complexos e operar com conceitos como valor do dinheiro no tempo, taxas de juros e fluxos de caixa (Assaf Neto, 2000; Gitman, 2002; Brigham & Ehrhardt, 2006).

A valorização da disciplina pelos discentes, evidenciada pela alta atribuição de importância, contrasta com as dificuldades apontadas, especialmente em relação à matemática básica. Isso confirma a ideia, defendida por Assaf Neto (2000) e Gitman (2002), de que a disciplina exige competências matemáticas e raciocínio lógico que, quando fragilizados, comprometem a apropriação dos conceitos financeiros. A matemática básica, portanto, não se configura como conteúdo prévio opcional, mas como condição necessária para o avanço no aprendizado.

Além disso, o perfil dos estudantes, com grande presença de egressos de ensino público e com idade superior a 29 anos, indica um contexto de alunos que frequentemente conciliam estudos com trabalho e outras responsabilidades. Esse cenário reforça a necessidade de práticas pedagógicas adaptadas às condições de aprendizagem desses grupos, conforme discutido na literatura sobre ensino superior (Freitas; Ferreira, 2017; Moran, 2015). A falta de tempo para estudo, apontada por 46,4% dos participantes, evidencia que as dificuldades vão além do conteúdo e se relacionam às condições estruturais do processo educativo.

A recorrência ao uso de recursos audiovisuais e ao estudo fora da sala de aula pode ser interpretada como tentativa de compensar lacunas no ensino tradicional. Em muitos casos, a exposição teórica e a resolução mecânica de exercícios não promovem a contextualização necessária para compreender fenômenos financeiros, o que contribui para a percepção de complexidade da disciplina (Mayer, 2009). A preferência por vídeos também sinaliza a necessidade de incorporar tecnologias educacionais de forma pedagógica, estimulando a autonomia e a construção ativa do conhecimento (Keller, 2010).

Por fim, as sugestões dos estudantes — uso de situações reais, atividades em grupo, maior carga horária e aulas de reforço — apontam para a urgência de metodologias mais ativas e aplicadas. Conforme defendido por Brigham e Ehrhardt (2006), o ensino de finanças deve privilegiar a aplicação em cenários reais, pois a compreensão de conceitos abstratos depende de sua contextualização e significado prático. Dessa forma, os achados indicam que a Matemática Financeira deve ser tratada não apenas como disciplina técnica, mas como elemento integrador da formação do gestor, exigindo práticas didáticas que articulem conhecimento matemático e tomada de decisão financeira.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os cursos superiores na área de Gestão desempenham papel relevante na formação de profissionais aptos a enfrentar os desafios do mercado contemporâneo, ao oferecerem base teórica e instrumental para a tomada de decisões organizacionais. Contudo, o percurso formativo desses cursos nem sempre é linear, sobretudo quando envolve disciplinas que exigem competências lógico-matemáticas consolidadas, como é o caso da Matemática Financeira.

O presente estudo investigou, a partir da perspectiva discente, os principais entraves ao aprendizado da Matemática Financeira em cursos superiores de Gestão. Os resultados indicam que as dificuldades são predominantemente associadas a lacunas em matemática

básica e à restrição de tempo para estudo, em razão das múltiplas responsabilidades profissionais e pessoais que caracterizam o perfil dos estudantes analisados neste estudo. Esses fatores configuram barreiras relevantes à apropriação de conceitos e ferramentas financeiras, comprometendo o desenvolvimento das competências necessárias à atuação eficaz dos futuros gestores.

A identificação desses obstáculos reforça a necessidade de repensar o desenho curricular e as práticas pedagógicas adotadas no ensino da disciplina, uma vez que os achados apontam para intervenções capazes de fortalecer a base matemática e promover a contextualização prática dos conteúdos, conforme enfatizado pela literatura sobre ensino de finanças e aprendizagem no ensino superior.

Nesse sentido, a melhoria do processo de aprendizagem passa pela implementação de ações que reforcem os fundamentos matemáticos necessários à compreensão da disciplina, por meio de cursos de nivelamento ou atividades de reforço direcionadas às lacunas identificadas. Além disso, a diversificação dos recursos didáticos, com a oferta de materiais complementares — como videoaulas, simuladores e outras ferramentas digitais — pode ampliar as possibilidades de acesso e aprofundamento do conteúdo, especialmente para estudantes que enfrentam restrições de tempo.

Por fim, a adoção de metodologias ativas, como debates, projetos colaborativos e problematizações, pode estimular o engajamento, a autonomia e o desenvolvimento do raciocínio financeiro, contribuindo para uma aprendizagem mais significativa e alinhada às exigências da prática profissional.

Ao adotar tais medidas, as instituições de ensino podem favorecer uma aprendizagem mais significativa e consistente da Matemática Financeira, contribuindo para a formação de gestores mais críticos e preparados para lidar com decisões financeiras em contextos reais. Por fim, recomenda-se que pesquisas futuras ampliem a análise para outras instituições e contextos educacionais, bem como avaliem a eficácia das estratégias pedagógicas sugeridas, de modo a consolidar práticas inovadoras e efetivas no ensino de Matemática Financeira em cursos de Gestão.

**TITLE:** FACTORS THAT IMPACT THE LEARNING OF FINANCIAL MATHEMATICS IN UNDERGRADUATE MANAGEMENT PROGRAMS: A STUDY FROM STUDENTS' PERSPECTIVE

**ABSTRACT:** Financial Mathematics is an essential curricular component in the training of management professionals, as it underpins strategic financial decision-making. However,

learning this discipline can be challenging for students, potentially hindering the development of competencies required in the labor market. This study aimed to identify the main factors that negatively impact the learning of Financial Mathematics in undergraduate management programs. To this end, an exploratory quali-quantitative study was conducted, comprising bibliographic and field research, using a questionnaire administered to students enrolled in management courses at a higher education institution located in Palhoça (SC), Brazil. The results indicate that the primary barriers are associated with gaps in basic mathematics and limited time available for studying the discipline. Based on these findings, the study highlights the need for pedagogical strategies that promote knowledge leveling and the integration of theory and practice, thereby contributing to a more consistent professional training aligned with the demands of organizational contexts.

**KEYWORDS:** Financial Mathematics. Management. Learning.

## REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, A. **Matemática Financeira e suas Aplicações**. São Paulo: Atlas, 2000.
- BRIGHAM, E. F.; EHRHARDT, M. C. **Administração Financeira: teoria e prática**. São Paulo: Cengage Learning, 2006.
- CHIAVENATO, I. **Administração Geral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- DAMODARAN, A. **Valuation: Como Avaliar Empresas e Escolher as Melhores Ações**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- DRUCKER, P. F. **A administração do futuro**. São Paulo: Pioneira, 2009.
- FREITAS, H.; FERREIRA, L. **Ensino superior e aprendizagem: desafios contemporâneos**, 2017.
- GITMAN, L. J. **Princípios Administração Financeira**. São Paulo: Harbra, 2002.
- GOMES, E. L. *et al.* **Mercado de trabalho no Brasil em 2023**. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), 2024.
- KELLER, J. M. **Motivational Design for Learning and Performance: The ARCS Model Approach**. New York: Springer, 2010.
- MAYER, R. E. **Multimedia Learning**. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- MINTZBERG, H. **Mintzberg sobre gestão**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- MORAN, J. M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papyrus, 2015.
- PEREIRA, A. C. A Importância da Inovação no Ensino de Gestão Empresarial. In: **Congresso Brasileiro de Administração**, Curitiba, 2016.
- SOBRAL, F.; PECCI, A. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro**. 2.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2013.
- ZENTGRAF, R. **Matemática Financeira**. 4.ed. Rio de Janeiro: ZTG, 2003.

# UTILIZAÇÃO DA BLOCKCHAIN PARA RASTREAMENTO DE PEÇAS NO SETOR DE CAMINHÕES E ÔNIBUS

Klebert Soares FERREIRA JUNIOR(FMP)

klebert.soares@gmail.com

Simone Regina da SILVA(FMP)

simone.silva@fmpsc.edu.br

**RESUMO:** Com uma frota de milhões de caminhões, o mercado de usados apresenta resultados robustos, acompanhados pelo setor de autopeças, cujo volume de reposição representa parcela significativa da produção. O histórico de manutenção, aliado ao uso de peças originais, contribui para a valorização do veículo e assegura conformidade com padrões de segurança e qualidade. Neste estudo, rastreabilidade é definida como a capacidade de traçar o histórico de movimentação de um componente, desde a substituição da peça original até sua reposição. Por meio de pesquisa aplicada e estudo de caso intrínseco, propôs-se a criação de processos para apoiar o desenvolvimento de uma plataforma digital integrada à tecnologia blockchain, visando registrar o histórico de manutenção e gerar certificação digital, explorando imutabilidade, transparência e privacidade. A solução foi modelada com Unified Modeling Language (UML) para integração entre componentes e fluxo de dados, e Business Process Model and Notation (BPMN) para representação dos processos. Contratos inteligentes foram exemplificados em linguagem Go. Os resultados validaram a viabilidade da blockchain como ferramenta para gestão do registro de manutenção de veículos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Blockchain; Rastreabilidade; Contratos Inteligentes

## 1. INTRODUÇÃO

O transporte rodoviário de cargas no Brasil é essencial para a economia, operando em uma malha de cerca de 1,7 milhão de quilômetros, dos quais apenas 213,5 mil são pavimentados (CNT, 2023). A frota nacional inclui mais de 2,9 milhões de caminhões e 672 mil ônibus (CNT, 2022), com mercado de usados robusto: em 2022 foram vendidos 340.844 caminhões e 46.324 ônibus (FENABRAVE, 2023). A idade média dos veículos varia: transportadores autônomos utilizam veículos com 22,83 anos, empresas com 9,63 anos e cooperativas com 14,61 anos (ANTT, 2024). Em 2022, a indústria de autopeças faturou mais de R\$ 233 bilhões, sendo 19% no mercado de reposição (SINDIPEÇAS, 2023). As peças automotivas incluem categorias como originais, reposição original, pós-venda, remanufaturadas, recondicionadas e recuperadas (ABNT, 2005). O histórico de manutenção e peças influencia a precificação de veículos usados. Durante a garantia contratual (1 a 2 anos), as manutenções ocorrem em concessionárias com peças originais; após esse período, predominam redes independentes, cabendo ao proprietário decidir sobre peças originais. A

rastreabilidade, definida como a capacidade de acompanhar o histórico de um produto ao longo da produção, transporte e distribuição, é fundamental (Moe, 1998).

Este estudo de caso propôs processos para apoiar o desenvolvimento de uma plataforma digital voltada ao registro de peças originais utilizadas na manutenção, com emissão de certificados digitais para comprovar autenticidade, validando a viabilidade do uso da tecnologia blockchain. Embora mais conhecida por aplicações em criptomoedas e NFTs, a blockchain pode garantir imutabilidade, transparência, resiliência e privacidade em registros corporativos. A solução sugerida baseia-se em blockchain privada.

Tecnicamente, blockchain é um livro-razão distribuído ponto a ponto, que utiliza criptografia para assegurar integridade, permitindo apenas anexações e atualizações mediante consenso (Bashir, 2023). Trata-se de um conjunto de tecnologias que cria um sistema robusto para gestão de dados (Drescher, 2018). As regras de negócio, interface e base de dados foram especificadas dentro de uma plataforma digital, entendida como modelo que conecta pessoas, organizações e recursos, criando valor em ecossistemas digitais (Parker et al., 2019). O padrão de projeto adotado foi Model-View-Controller (MVC), com modelagem em UML, processos representados em BPMN e implementação em linguagem Go.

## **2. MATERIAL E MÉTODOS**

Os passos seguidos para o desenvolvimento deste trabalho foram: 1 – verificação da aderência da solução dentro do modelo comercial de uma empresa montadora de caminhões e ônibus; 2 – identificação do estudo de caso do ponto de vista empresarial; 3 – estabelecimento de limitações dos processos a serem criados dentro do modelo de negócio da empresa; 4 – identificação dos processos envolvidos no fluxo de trabalho de registro de peças; 5 – desenho dos processos; 6 – validação dos processos junto às áreas operacionais e negócio da empresa.

Existem blockchains públicas e privadas. As públicas são abertas, permitindo participação sem identidade conhecida. Já as privadas exigem membros identificados e autorização de uma organização ou consórcio, que define permissões e modelo de consenso (Andreoli et al., 2018). Embora a transparência seja característica da blockchain (Drescher, 2018), em alguns casos deve ser restrita a participantes específicos. No estudo proposto, as informações são sensíveis, como dados de produção e atividades comerciais, exigindo privacidade. Por isso, optou-se pelo Hyperledger Fabric, sistema modular e extensível para operar blockchains privadas.

A tabela 1 compara os aspectos de transparência entre blockchains públicas e privadas. Percebe-se que os dois tipos de blockchain são distintos com relação à forma na qual a transparência é tratada. Na rede pública utilizada como referência (Ethereum), as informações circulam abertamente independente de qualquer tipo de governança; já na rede Hyperledger, as informações são submetidas à governança de um grupo de participantes. Esse critério foi primordial na escolha do tipo de blockchain que foi utilizada no presente estudo, pois tratando-se de informações comerciais e identificação do veículo, julgou-se necessário manter o controle de acesso através do consórcio de participantes da rede.

**Tabela 1:** Aspectos de transparência entre blockchains

| Aspecto                | Ethereum (pública)                              | Hyperledger (privada)                                     |
|------------------------|---|---|
| Acesso                 | Aberto a qualquer pessoa                        | Restrito a participantes aprovados                        |
| Transparência          | Completa, todas as transações são públicas      | Condicional, apenas para membros autorizados              |
| Controle               | Descentralizado, sem autoridade central         | Centralizado, governado por um consórcio                  |
| Visibilidade dos dados | Total, qualquer um pode ver todas as transações | Restrita, visível apenas para participantes autorizados   |
| Privacidade            | Baixa, devido à natureza pública dos dados      | Alta, com suporte a transações e canais privados          |
| Imutabilidade          | Alta, uma vez gravado não pode ser alterado     | Alta, mas com governança que pode adicionar flexibilidade |

**Fonte:** Dados originais da pesquisa

Ethereum é uma infraestrutura computacional de código aberto, globalmente descentralizada, que executa contratos inteligentes, e usa a blockchain para sincronizar e armazenar o estado do sistema (Antonopoulos e Wood, 2018).

Para ilustrar o desenvolvimento da plataforma, a linguagem utilizada foi Go. Go é uma linguagem amplamente utilizada para desenvolvimento de processos internos de software, e é uma das linguagens indicadas pela Hyperledger Project (assim como node.js e Java) para desenvolvimento na “chaincode” da Hyperledger Fabric.

A blockchain Hyperledger Fabric permite “chaincodes” serem desenvolvidos utilizando a linguagem Go. Chaincodes implementam a lógica da aplicação e são executados

durante a fase de execução. São parte central de uma aplicação distribuída e são executados no nível de usuário separadamente do “peer” dentro de um container, que dessa forma, isola um “chaincode” dos outros (Androulaki et al., 2018). A figura 1 representa um “chaincode” que executa o registro de uma transação em um canal.

**Figura 1:** Código escrito na linguagem Go ilustrando o registro de uma transação

```
package main

import (
    "encoding/json"
    "fmt"

    "github.com/hyperledger/fabric-contract-api-go/contractapi"
)

// Estrutura da transação
type Transaction struct {
    ID      string `json:"id"`
    Amount  float64 `json:"amount"`
    Timestamp string `json:"timestamp"`
}

// SmartContract define o chaincode
type SmartContract struct {
    contractapi.Contract
}

// Função para registrar uma transação
func (s *SmartContract) RegisterTransaction(ctx contractapi.TransactionContextInterface, id string, amount float64, timestamp string) error {
    tx := Transaction{
        ID:      id,
        Amount:  amount,
        Timestamp: timestamp,
    }

    txJSON, err := json.Marshal(tx)
    if err != nil {
        return fmt.Errorf("erro ao converter transação para JSON: %v", err)
    }

    // Salva no ledger
    return ctx.GetStub().PutState(id, txJSON)
}

// Função para consultar uma transação
func (s *SmartContract) QueryTransaction(ctx contractapi.TransactionContextInterface, id string) (*Transaction, error) {
    txJSON, err := ctx.GetStub().GetState(id)
    if err != nil {
        return nil, fmt.Errorf("erro ao buscar transação: %v", err)
    }

    if txJSON == nil {
        return nil, fmt.Errorf("transação %s não encontrada", id)
    }

    var tx Transaction
    err = json.Unmarshal(txJSON, &tx)
    if err != nil {
        return nil, fmt.Errorf("erro ao converter JSON para transação: %v", err)
    }

    return &tx, nil
}

func main() {
    chaincode, err := contractapi.NewChaincode(new(SmartContract))
    if err != nil {
        fmt.Printf("Erro ao criar chaincode: %v", err)
        return
    }

    if err := chaincode.Start(); err != nil {
        fmt.Printf("Erro ao iniciar chaincode: %v", err)
    }
}
```

**Fonte:** Resultados originais da pesquisa

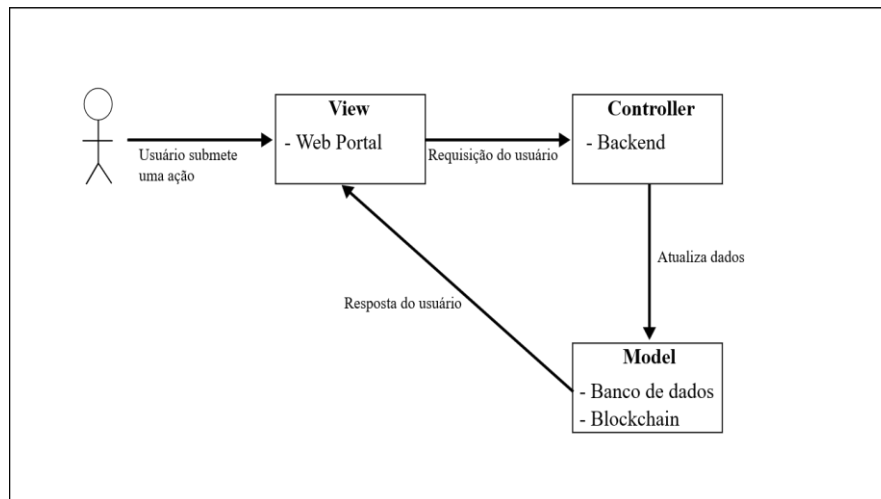
A funcionalidade básica de um contrato de token compreende na escrituração de participação, transferência da propriedade de acordo com o “livro de registros” e emissão de eventos para registrar a transferência através de logs (Di Angelo e Salzer, 2020).

O padrão de arquitetura de software escolhido para o projeto foi MVC. Este padrão de arquitetura separa a aplicação em três componentes lógicos: o componente “model”, responsável pelos dados da plataforma; o componente “view”, responsável pela recepção e apresentação dos dados; e o componente “controller”, responsável pelo processamento da lógica do sistema (Leff e Rayfield, 2001).

Para atender ao padrão de arquitetura proposto e simplificar para o leitor o entendimento da arquitetura da solução, os componentes foram agrupados da seguinte forma:

“Portal Web”, “Backend” e “Banco de Dados e Blockchain”. O conjunto dos componentes descritos foi chamado de “Plataforma”, onde “Portal Web” é a interface com a qual o usuário final tem contato, inserindo e exibindo dados. O componente “Backend” agrupa todas as regras de negócio e Application Programming Interface [API], orquestrando a integração entre todos os componentes. O “Model” é o componente responsável por armazenar logicamente os dados da plataforma e distribuir essas informações para os outros componentes (Leff e Rayfield, 2001). A blockchain (ledger) e os bancos de dados da plataforma estão contidos nesta camada. A proposta para este projeto foi ilustrada na figura 2.

**Figura 2:** Padrão de projeto MVC aplicado na plataforma digital



**Fonte:** Dados originais da pesquisa

Linguagens de modelagem reduzem a complexidade do desenvolvimento, isolando componentes e representando-os por diagramas, sem restringir a linguagem de programação. UML é uma linguagem visual para especificar, visualizar e documentar sistemas, capturando estruturas estáticas e comportamentos dinâmicos (Rumbaugh et al., 1999). Não é linguagem de programação, embora algumas ferramentas gerem código a partir de diagramas. Neste trabalho, foram usados diagramas de caso de uso e de estado para representar interações e comportamento da blockchain. Para processos de negócio, utilizou-se BPMN, notação padrão compreensível por áreas técnicas e de negócio (OMG, 2014). Diagramas foram criados com Astah UML 9.2.0 e draw.io 24.7.17.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo de caso propõe o registro das peças utilizadas na manutenção de veículos. Esse registro inclui: cadastro das peças originais pela montadora, registro das peças aplicadas pelo estabelecimento autorizado e emissão de um laudo vinculado ao número do chassi. Em caso de transferência de propriedade, o vendedor pode solicitar a migração do histórico para o novo dono. Todas as transações são registradas na blockchain por meio de tokens, garantindo imutabilidade e permitindo auditorias. A partir desses dados, é possível gerar certificados digitais de origem das peças. Trata-se de pesquisa aplicada, com objetivo de apresentar processos para desenvolvimento futuro de software.

A rastreabilidade é entendida como documentação sistemática que registra origem e histórico de componentes e subconjuntos, essencial para garantir qualidade e conformidade regulatória. Informações como número de série, lote, fabricante e data de produção podem compor esse rastreamento. Para assegurar credibilidade, optou-se pelo uso da blockchain, que difere de bases centralizadas por permitir apenas gravações, sem administrador com poder de alteração. Essa característica assegura segurança, identidade e privacidade, por meio de um livro-razão digital imutável e transparente. Além disso, a tecnologia permite contratos inteligentes, programas que executam automaticamente quando condições pré-definidas são atendidas, armazenados na própria blockchain.

Neste trabalho, ativos físicos foram representados virtualmente por tokens. Tokens são ativos digitais que representam um bem físico e permitem transferência de posse entre participantes da rede. É importante diferenciar tokenização de digitalização: digitalizar é converter informações analógicas em digitais, como inserir dados de um caderno em um banco de dados. Tokenizar é converter direitos sobre um ativo em um token (Cunha, 2024). Uma vez criado, o token pode ter sua titularidade transferida entre os membros da rede. A plataforma proposta contempla casos de uso e atores, ilustrando interações para garantir rastreabilidade e transparência.

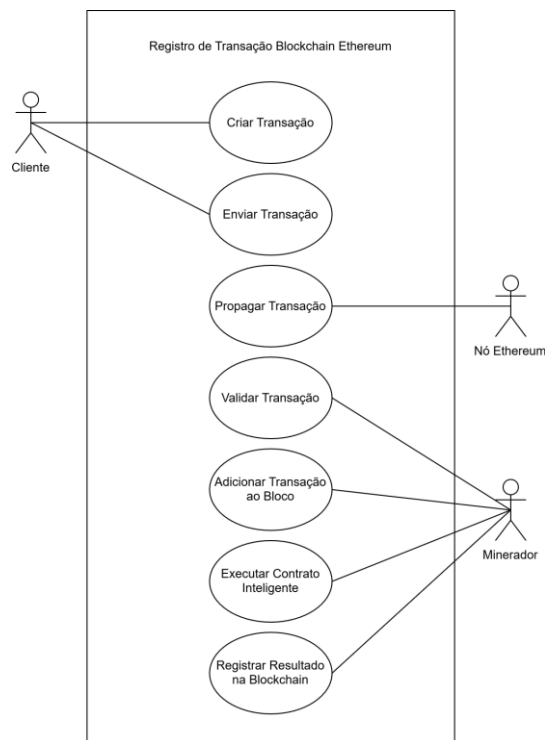
**Figura 3:** Atores e casos de usos da plataforma digital



**Fonte:** Resultados originais da pesquisa

A figura 4, detalha a interação entre atores envolvidos no registro de uma transação. É possível observar comparando as figuras 4 e 5, que a blockchain privada possui entidades diferentes de uma blockchain pública como a Ethereum.

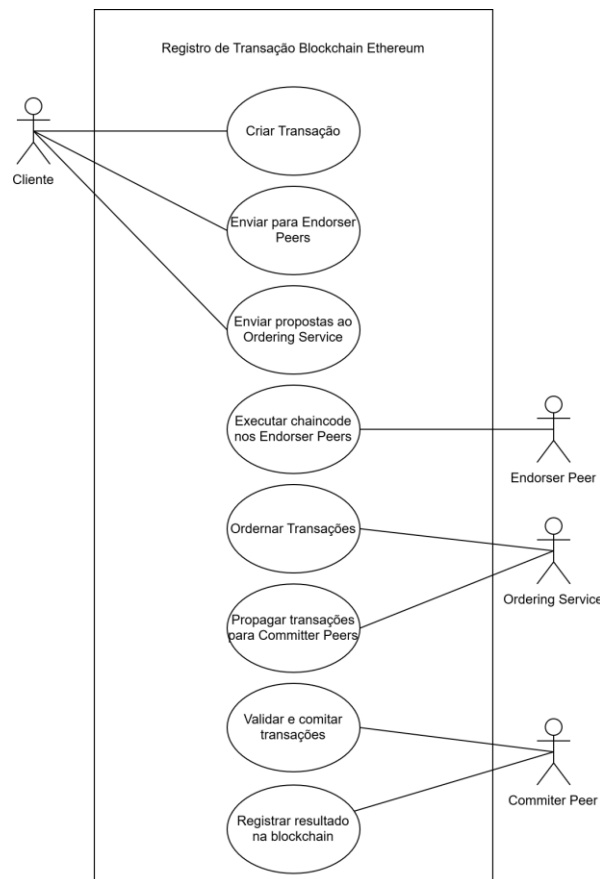
**Figura 4:** Registro de Transação na Blockchain Ethereum



**Fonte:** Resultados originais da pesquisa

Neste contexto, entende-se por transação, metadados registrados na blockchain, assinados pela conta originária, visando um determinado endereço. Estes metadados podem conter por exemplo, número do bloco, método (transferir, aprovar, cancelar), quantidade de tokens e tempo de vida do bloco (Antonopoulos e Wood, 2018).

**Figura 5:** Registro de Transação na Blockchain Hyperledger Fabric



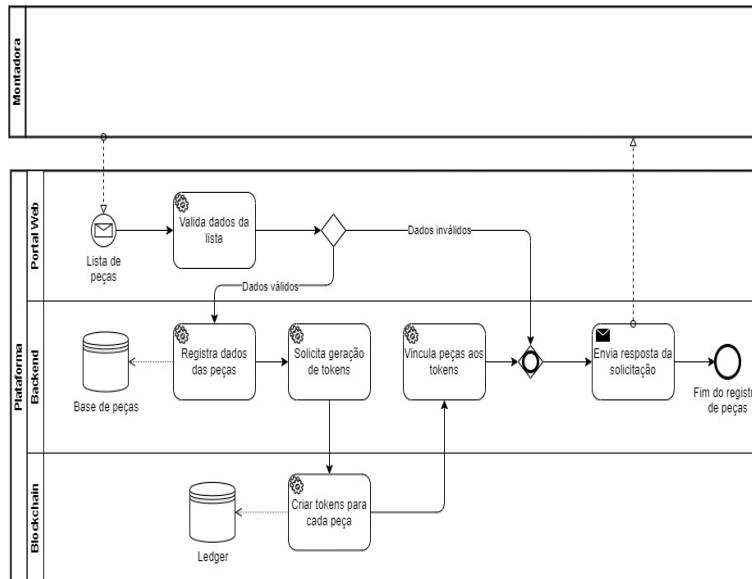
**Fonte:** Resultados originais da pesquisa

Todas as regras de negócio da plataforma estão registradas na blockchain dentro de contratos inteligentes. Contratos inteligentes são programas que são executados dentro da blockchain (Antonopoulos e Wood, 2018). No caso da Hyperledger Fabric, estes contratos inteligentes são chamados de “chaincode”. Os “chaincodes” são executados na “ledger” e seguem o fluxo desde a execução até o registro.

Na figura 6 demonstra-se o fluxo de registro de peças e a geração dos respectivos tokens. A montadora de veículos envia através do portal web o arquivo contendo a lista de peças a serem “tokenizadas”, o serviço de backend registra as peças na base de dados e solicita a geração dos respectivos tokens ao serviço na chaincode. Os tokens são

referenciados na base de dados do backend e a solicitação de registro de peças é respondida ao usuário pela montadora de veículos através do portal web.

**Figura 6:** Fluxo de negócio para registro de peças e geração de tokens

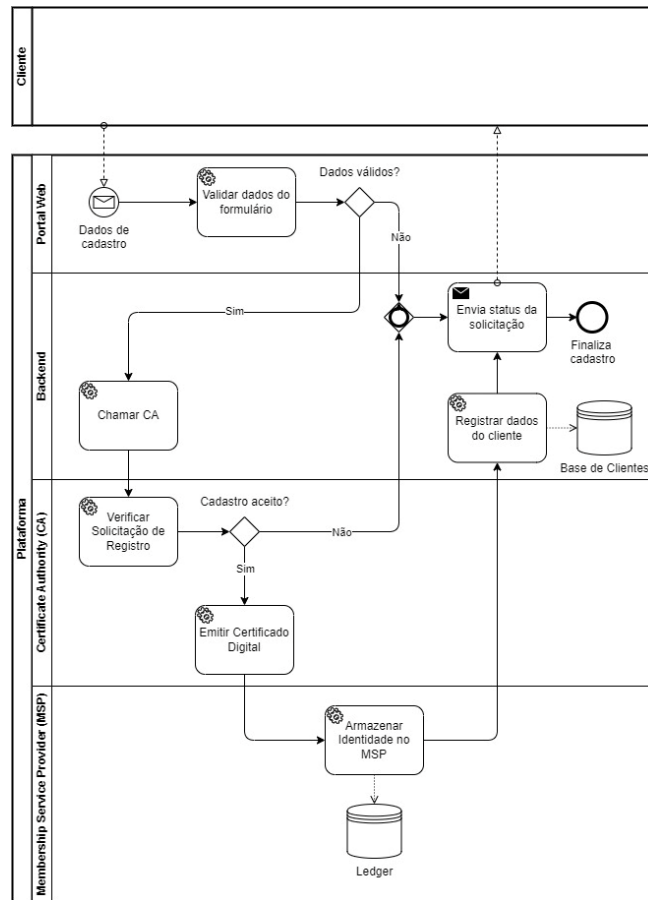


**Fonte:** Resultados originais da pesquisa

Os tokens são vinculados a um participante da rede que teve uma identidade atribuída pelo Membership Service Provider [MSP]. O MSP utiliza uma Certificate Authority [CA] para autorizar novos participantes da rede. Isso se deve ao fato de que a Hyperledger Fabric é uma blockchain onde é exigido autorização para se ingressar na rede, diferente das blockchains públicas onde qualquer pessoa pode ingressar sem se identificar diretamente.

A figura 7 representa o fluxo de cadastro em alto nível de um novo cliente via Portal Web. Após o usuário inserir os dados de cadastro no formulário, estes dados são validados e enviados para o backend para então a CA emitir o certificado digital para este usuário. A Hyperledger Fabric por ser uma solução modular, permite que sejam configuradas fontes externas de CA. As informações sobre o novo usuário são registradas pelo MSP e o certificado é enviado ao usuário através do portal web.

**Figura 7:** Fluxo de negócio para cadastro de novo cliente

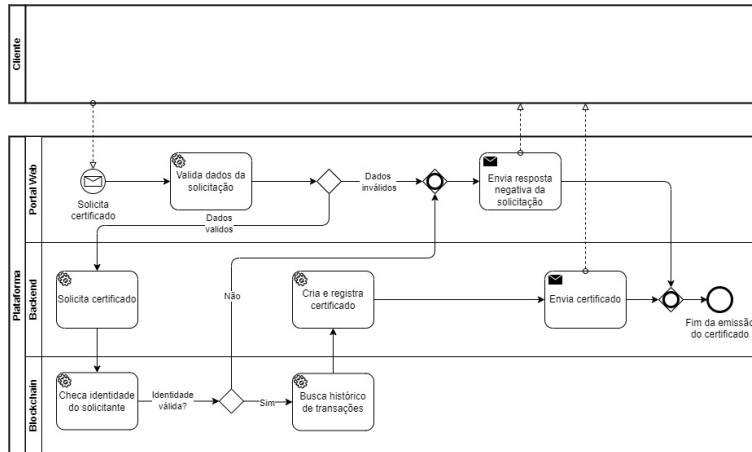


**Fonte:** Resultados originais da pesquisa

O fluxo de negócio da emissão do certificado de autenticidade das peças é demonstrado na figura 8. O cliente solicita a emissão do certificado via portal web, o backend verifica a autenticidade do cliente fazendo uma chamada na blockchain. Após a confirmação da autenticidade é feita uma nova chamada na blockchain na chaincode de busca de histórico de transações.

O backend recebe a lista de transações, cria e registra o certificado, dando sequência no fluxo, enviando o certificado para o cliente.

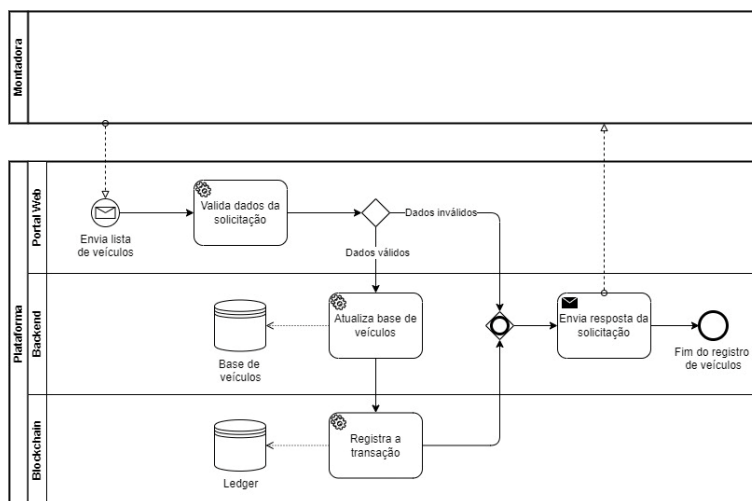
**Figura 8:** Fluxo de negócio para geração de certificado de peças



**Fonte:** Resultados originais da pesquisa

A responsabilidade pelo registro inicial dos veículos é da montadora. A montadora envia uma lista com os veículos a serem registrados e a plataforma faz o registro na base de dados e registra a transação na ledger. A figura 9 representa este fluxo.

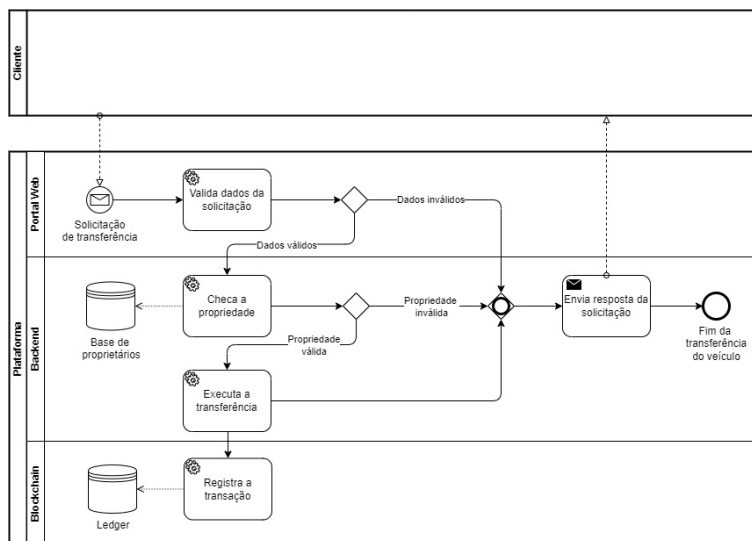
**Figura 9:** Fluxo de negócio para registro de veículos



**Fonte:** Resultados originais da pesquisa

Durante o ciclo de vida do veículo, existe a possibilidade de a propriedade do veículo ser transferida para outro proprietário. Utilizando como base a arquitetura MVC, a validação dos dados do cliente ocorre na camada “View”, as informações são processadas na camada “Controller” e os dados são registrados na camada “Model”. Este fluxo é demonstrado na figura 10.

**Figura 10:** Fluxo de negócio para transferência da propriedade

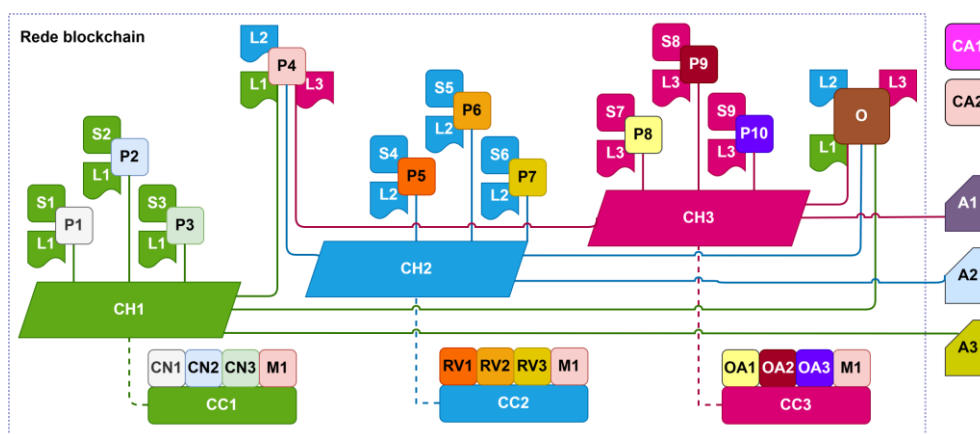


**Fonte:** Resultados originais da pesquisa

Como forma de manter as informações compartilhadas somente com determinados participantes definidos pelo consórcio, a Hyperledger Fabric utiliza canais para segregar os nós. Canais, são partições agnósticas derivadas de uma rede principal, autonomamente gerenciadas por determinados nós (os quais continuam fazendo parte da rede principal), e que são opcionalmente ocultadas da rede principal. Os canais também podem se comunicar entre eles e atribuir suas próprias autoridades certificadoras (Androulaki et al., 2018). Dessa forma, é possível agrupar os participantes em grupos com interesses similares e circular as transações específicas para este grupo. Na figura 11, propõe-se a organização de nós por canais (CHn), agrupando-se concessionárias (CNn), revendedoras (RVn) e oficinas autorizadas (OAn). No consórcio 1 (CC1), estão as concessionárias de veículos, no consórcio 2 (CC2), estão as revendedoras e no consórcio 3 (CC3) estão as oficinas autorizadas; a montadora (M1) participa de todos os consórcios; cada nó (Pn) representa uma entidade como uma concessionária, revendedora ou oficina autorizada executando uma cópia da “ledger” (Ln) que é uma representação do estado atual da blockchain com as respectivas transações; cada entidade deve ter um ou mais nós na blockchain; as aplicações (An) são sistemas externos que não estão dentro da blockchain mas estão autorizadas a consultar e registrar transações através de um Software Development Kit [SDK] da Hyperledger Fabric que contém os métodos necessários para isso; os contratos inteligentes (chamados aqui “chaincodes”) (Sn) estão fisicamente armazenados no nó, mas logicamente armazenado no

canal; as autoridades certificadoras (CA) podem tanto ser internas da rede, quanto externas; a Hyperledger Fabric permite a utilização de várias entidades certificadoras; as CAs são utilizadas conforme o consenso do consórcio; por fim, o “ordering service” (O), que é composto por um ou mais nós, se encarrega pela distribuição dos dados entre os canais; neste estudo de caso, um “ordering service” faz a ordenação das transações de todos os canais (Aggarwal e Kumar, 2021).

**Figura 11:** Concessionárias, revendedoras e oficinas autorizadas separadas em canais dentro da blockchain privada



Fonte: Resultados originais da pesquisa

#### 4. CONCLUSÃO

Ficou comprovado através da análise dos processos apresentados neste trabalho que, é viável o futuro desenvolvimento de um sistema para a utilização de uma blockchain através de uma plataforma digital para gestão de peças automotivas. Durante o desenvolvimento deste trabalho, observou-se também aplicar as mesmas funcionalidades apresentadas, a qualquer tipo de veículo além de caminhões e ônibus. Observou-se uma excelente oportunidade de negócios no ramo de maquinário agrícola. Também é possível evoluir a plataforma para incluir funcionalidades como prevenção de comercialização de peças roubadas e falsificadas, gestão da qualidade na fabricação de peças através do rastreamento de peças substituídas na manutenção, e análise para identificação de padrões de defeitos, entre outras. Blockchains privadas são alternativas ainda pouco exploradas pelas empresas no Brasil e com grande potencial de uso.

**TITLE:** USE OF BLOCKCHAIN FOR PARTS TRACKING IN THE TRUCK AND BUS SECTOR

**ABSTRACT:** With a fleet of millions of trucks, the used vehicle market shows robust results, accompanied by the auto parts sector, whose replacement volume represents a significant share of production. Maintenance history, combined with the use of original parts, contributes to vehicle value and ensures compliance with safety and quality standards. In this study, traceability is defined as the ability to track the movement history of a component, from the original part replacement to subsequent substitutions. Through applied research and an intrinsic case study, processes were proposed to support the development of a digital platform integrated with blockchain technology, aiming to record maintenance history and generate digital certification, leveraging immutability, transparency, and privacy. The solution was modeled using Unified Modeling Language (UML) for component and data flow integration, and Business Process Model and Notation (BPMN) for process representation. Smart contracts were exemplified in Go language. The results validated the feasibility of blockchain as a tool for managing vehicle maintenance records.

**KEYWORDS:** Blockchain; Traceability; Smart Contracts

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT). Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTRC. 2024. Disponível em: <<https://portal.antt.gov.br/rntrc>>. Acesso em: 14 mar. 2024.

ANDROULAKI, Elli et al. Hyperledger Fabric: A Distributed Operating System for Permissioned Blockchains. In: **EUROSYS '18 THIRTEENTH EUROSYS CONFERENCE**, 2018, Porto, Portugal. Anais [...]. p. 1-15.

ANDROULAKI, Elli; CACHIN, Christian; DE CARO, Angelo; KOKORIS-KOGIAS, Eleftherios. Channels: Horizontal Scaling and Confidentiality on Permissioned Blockchains. In: **EUROPEAN SYMPOSIUM ON RESEARCH IN COMPUTER SECURITY**, 2018, Barcelona, Espanha. Anais [...]. p. 111-131.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). Veículos rodoviários automotores - Peças – Vocabulário. NBR 15296:2005. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

ANTONOPOULOS, Andreas Markos; WOOD, Gavin. **Mastering Ethereum - Building Smart Contracts and DApps**. 1. ed. Sebastopol: O'Reilly Media Inc., 2018.

BASHIR, Imran. **Mastering Blockchain - Inner workings of blockchain, from cryptography and decentralized identities, to DeFi, NFTs and Web3**. 4. ed. Birmingham: Packt Publishing Ltd., 2023.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE (CNT). Anuário CNT do Transporte 2022 Estatísticas Consolidadas. 2022. Disponível em:

<[https://anuariodotransporte.cnt.org.br/2022/File/Rod/ROD\\_1\\_4\\_2\\_1\\_1\\_1.xlsx](https://anuariodotransporte.cnt.org.br/2022/File/Rod/ROD_1_4_2_1_1_1.xlsx)>. Acesso em: 05 mar. 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE (CNT). Pesquisa CNT de Rodovias. 2023. Disponível em: <<https://pesquisarodovias.cnt.org.br/>>. Acesso em: 11 mar. 2024.

CUNHA, Gustavo. **Tokenização do Dinheiro: Como Blockchain, Stablecoin, CBDC e o DREX Mudaram O Futuro**. 1. ed. Coimbra: Actual Editora, 2024.

DI ANGELO, Monika; SALZER, Gernot. Tokens, Types, and Standards: Identification and Utilization in Ethereum. In: **IEEE INTERNATIONAL CONFERENCE ON DECENTRALIZED APPLICATIONS AND INFRASTRUCTURES (DAPPS)**, 2020, Oxford, Reino Unido. Anais [...]. p. 1-10.

DRESCHER, Daniel. **Blockchain Básico: uma Introdução Não Técnica em 25 Passos**. 1. ed. São Paulo: Novatec Editora, 2018.

FEDERAÇÃO NACIONAL DA DISTRIBUIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (FENABRAVE). Dados de Mercado FENABRAVE Edição 216 - Informativos - Usados. 2023. Disponível em: <[https://www.fenabrave.org.br/portal/files/2022\\_12\\_2\\_usados.pdf](https://www.fenabrave.org.br/portal/files/2022_12_2_usados.pdf)>. Acesso em: 14 mar. 2024.

LEFF, Avrahan; RAYFIELD, James. Web-application development using the Model/View/Controller design pattern. In: **PROCEEDINGS FIFTH IEEE INTERNATIONAL ENTERPRISE DISTRIBUTED OBJECT COMPUTING CONFERENCE**, 2001, Seattle, Estados Unidos. Anais [...]. p. 118-127.

MOE, Tina. Perspectives on traceability in food manufacture. **Trends in Food Science & Technology**, v. 9, p. 211-214, 1998.

OBJECT MANAGEMENT GROUP (OMG). Business Process Model and Notation. 2014. Disponível em: <<https://www.omg.org/spec/BPMN>>. Acesso em: 25 ago. 2024.

PARKER, Geoffrey; ALSTYNE, Marshall van; CHOUDARY, Sangeet Paul. **Plataforma: a revolução da estratégia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2019.

RUMBAUGH, James; JACOBSON, Ivar; BOOCH, Grady. **The Unified Modeling Language Reference Manual**. 1. ed. Reading: Addison-Wesley, 1999.

SILVER, Bruce. BPMN Method and Style with BPMN Implementer's Guide. 2. ed. Altadena: Cody-Cassidy Press, 2019.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE COMPONENTES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES (SINDIPEÇAS). Anuário 2023 do Sindipeças. 2023. Disponível em: <<https://sindipecas.org.br/area-atuacao/?co=s&a=desempenho-do-setor-de-autopecas>>.

Acesso em: 10 mar. 2024.

THAPAR INSTITUTE OF ENGINEERING & TECHNOLOGY (TIET). Advances in Computers. In: AGGARWAL, S.; KUMAR, N. 2021. p. 323-343. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/bs.adcom.2020.08.016>>. Acesso em: 12 jul. 2024.

## APLICAÇÃO DO MÉTODO AHP-GAUSSIANO EM UMA COMPANHIA DE SEGUROS

Fábio José de BARROS(FAC/GUARULHOS)  
fabio.infy@gmail.com  
Simone Regina da SILVA(FMP)  
simone.silva@fmpsc.edu.br

**RESUMO:** A tomada de decisão é uma atividade constante tanto no âmbito pessoal quanto no profissional. No entanto, nas organizações, esses processos são frequentemente mais complexos, demandando o uso de ferramentas computacionais e métodos estruturados para garantir decisões eficazes e um bom desempenho organizacional. Este estudo tem como objetivo analisar a melhor solução para o problema de falta de capacidade diante do aumento na demanda de regulação de sinistros durante as épocas de alta temporada (1º e 4º trimestres). Para isso, foram identificados os principais indicadores que a companhia gostaria de maximizar ou minimizar em termos de impactos e custos, além de serem levantadas as possíveis soluções para o problema. O método AHP Gaussiano foi aplicado para chegar à melhor escolha. Como resultado, a pesquisa concluiu que a contratação de colaboradores temporários é a melhor alternativa para atender à demanda excedente.

**PALAVRAS CHAVES:** tomada de decisão; regulação de sinistros; capacidade organizacional

### 1. INTRODUÇÃO

Conforme relata Santos et al. (2021) uma decisão precisa ser tomada quando estamos diante de um problema, em que há mais de uma alternativa para chegar a uma solução e mesmo que tenha uma única alternativa, ainda existe a possibilidade de se tomar ou não a decisão.

Diante de tanta imprevisibilidade e fragilidade, tomar decisões certas com base em critérios adequados e quantificáveis tem se tornado o fator de sucesso e sobrevivência de uma organização.

Segundo Santos et al. (2023), um problema pode ser analisado e resolvido de maneira diferente, um deles pode ser o método AHP (Analytic Hierarchy Process) Gaussiano que

auxilia na tomada de decisão de situações complexas envolvendo vários critérios. Essa metodologia desenvolvida, pode ser utilizada para ajudar o tomador da decisão a escolher e justificar sua escolha.

Dessa forma o objetivo deste estudo é aplicar o método AHP-Gaussiano em uma Cia Seguradora do estado de São Paulo, mais especificamente na área de Sinistro de Ramos Elementares e Transportes para auxiliar na melhor tomada de decisão para suprir a demanda de regulação e sinistros na época de alta temporada, se é contratar mais funcionários, contratar mão de obra temporária ou transferir os sinistros para parceiros estratégicos externos (prestadores de serviços), tudo isso levando em conta alguns indicadores de menor custo e melhor qualidade.

A escolha deste método se justifica pela natureza quantitativa das variáveis da área em questão e pela característica do método AHP Gaussiano, que dispensa a necessidade de um esforço por parte do tomador de decisão na classificação da importância das variáveis. Dessa forma, o resultado que determina a melhor decisão é obtido inteiramente por meio de métodos matemáticos, eliminando qualquer viés humano.

A área em questão enfrenta anualmente um aumento significativo na demanda de sinistros nos primeiros e últimos trimestres do ano, superando a capacidade de atendimento da equipe disponível. Como resultado, os prazos para a regulação de sinistros se alongam consideravelmente, o que impacta negativamente a experiência do cliente e gera um aumento no volume de reclamações. Além disso, isso resulta em um maior retrabalho, devido à necessidade de reabertura de processos para reanálise das situações, muitas vezes em função de uma primeira avaliação inadequada.

O problema reside no fato de que, todos os anos, as decisões são tomadas de forma tardia, geralmente apenas quando a situação se torna insustentável, em razão do elevado índice de reclamações no SAC, das reaberturas de processos e dos prazos excessivos para regulação. As decisões são frequentemente realizadas sem uma análise adequada de impacto, custo e qualidade, recorrendo-se apenas a parceiros estratégicos para redirecionar o excesso de demanda a prestadores de serviços que, na maioria das vezes, também não têm tempo suficiente para ajustar suas equipes ao aumento do volume. Essa prática resulta apenas na transferência do problema original. O objetivo deste trabalho é identificar, entre as soluções possíveis oferecidas pela empresa, a melhor alternativa, de modo a possibilitar um planejamento estratégico eficaz antes da alta temporada, garantindo assim o atendimento à demanda excessiva.

## **2. MATERIAIS E MÉTODOS**

Segundo Santos et al. (2023), a tomada de decisão pode variar entre simples e complexa, estratégica e específica, e pode ou não gerar impactos de curto, médio ou longo prazo. Quando há impacto, ele pode influenciar diretamente a imagem de uma empresa ou indivíduo e até resultar em prejuízos financeiros severos. Assim, a tomada de decisão tem o potencial tanto de conduzir ao sucesso quanto ao fracasso completo.

Diante dessa complexidade inerente ao processo decisório e de suas consequências, surge, no início do século XX, a pesquisa operacional, desenvolvida e aprimorada durante a Segunda Guerra Mundial para apoiar a tomada de decisões de forma mais eficiente e embasada.

### **2.1 Pesquisa Operacional**

A Pesquisa Operacional (PO), como é comumente chamada, é um método científico voltado para a tomada de decisão. Sua origem remonta à Segunda Guerra Mundial, quando líderes militares buscaram o apoio de especialistas de diversas áreas — como economia, matemática, estatística e computação — para solucionar problemas táticos relacionados ao conflito.

De acordo com Santos et al. (2023), a aplicação oficial da PO ocorreu pela primeira vez em 1938, na Inglaterra, por um grupo de especialistas, entre eles Patrick Blackett, considerado o pai da disciplina e pioneiro na sua implementação nas forças armadas, incluindo o exército e a marinha britânica.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, o sucesso da PO no campo militar impulsionou sua expansão para diversas áreas, e desde então, ela tem sido cada vez mais utilizada na solução de problemas complexos fora do contexto militar.

### **2.2 Apoio Multicritério à Decisão**

A tomada de decisão nunca foi uma tarefa simples. Nesse contexto, o Apoio Multicritério à Decisão (AMD) surge como um processo que integra metodologias, técnicas e modelagem matemática para auxiliar na escolha mais adequada.

De acordo com Matsatsinis e Samaras (2001), os métodos AMD são ferramentas eficazes para reduzir conflitos interpessoais, uma vez que buscam alcançar o consenso, em vez de serem tendenciosos ou simplesmente promoverem concessões.

Segundo Santos et al. (2023), o processo decisório no AMD envolve três fases principais:

1. *Formulação do problema:* Esta é uma etapa essencial, pois envolve a compreensão profunda do problema, a identificação dos stakeholders, a definição dos objetivos da decisão e a estruturação das variáveis envolvidas. O resultado é um conjunto de alternativas e variáveis que orientam o processo decisório.
2. *Construção das recomendações de decisão:* Nessa fase, é fundamental selecionar o método mais apropriado, considerando os dados disponíveis, os parâmetros e a natureza do problema.
3. *Características qualitativas e apoio técnico:* A fase final consiste na aplicação do método ao contexto específico da decisão, utilizando ferramentas computacionais que possibilitam a implementação eficaz da metodologia escolhida.

### **2.3 Método AHP**

O AHP (AnalyticHierarchyProcess) é um método desenvolvido para auxiliar na tomada de decisões complexas, combinando conceitos de matemática e psicologia para fundamentar e justificar a melhor escolha.

Esse método foi criado pelo professor Thomas Saaty em meados da década de 1970 e tem se mostrado extremamente relevante em diferentes áreas de estudo para embasar decisões importantes.

O modelo AHP parte do pressuposto de que o processo decisório pode ser organizado de forma hierárquica. Nele, as alternativas são avaliadas com base nas preferências do tomador de decisão, permitindo identificar a melhor opção para atingir o objetivo estabelecido.

### **2.4 Método AHP-Gaussiano**

O método AHP-Gaussiano é uma variação do método AHP, proposta por Santos, Gomes e Costa e publicada no International Journal of the Analytic Hierarchy Process (IJAHP).

De acordo com Santos et al. (2023), a motivação para essa evolução surge do esforço cognitivo excessivo exigido pela metodologia tradicional ao construir os pesos dos critérios na avaliação par a par, especialmente quando o número de critérios supera 15 variáveis.

Nesta abordagem, são utilizados dados quantitativos, uma vez que o cálculo dos pesos é baseado em médias e desvios padrão, eliminando a influência direta do tomador de decisão. Assim, o processo torna-se mais objetivo e automatizado, reduzindo a subjetividade típica da metodologia tradicional.

De acordo com Santos et al. (2023), o método AHP-Gaussiano segue uma estrutura composta por seis etapas:

1. Estabelecimento da matriz de decisão: Definição das “a” alternativas e dos “x” critérios a serem analisados. Nessa etapa, também é necessário determinar se os critérios são monotônicos de benefício (quanto maior, melhor) ou monotônicos de custo (quanto menor, melhor).
2. Normalização dos desempenhos quantitativos: Padronização dos valores das alternativas para cada critério.
3. Cálculo da média e do desvio padrão: Determinação da média e do desvio padrão das alternativas em cada critério.
4. Cálculo do fator gaussiano: Aplicação do fator gaussiano para cada critério com base nos dados normalizados.
5. Agregação das importâncias: Integração dos pesos dos critérios considerando os fatores gaussianos calculados.
6. Obtenção da ordenação das alternativas: Geração do ranking final das alternativas com base nas importâncias agregadas.

Para cumprir cada etapa do processo será necessário a utilização das seguintes fórmulas:

1. Para os critérios monotônicos de custo, será necessário serem convertidos(1):

$$a_{ij} = \left( \frac{1}{a_{ij}} \right) \quad (1)$$

2. A normalização dos dados se dará pela fórmula (2):

$$a_{ij} = \left( \frac{a_{ij}}{\sum_{i=1}^n a_{ij}} \right) \quad (2)$$

3. A média e desvio padrão são calculadas pelas fórmulas (3 e 4):

$$a) \text{ Média} = \underline{x}_j = \frac{\sum_{i=1}^n x_{ij}}{n} \quad (3)$$

$$b) \text{ Desvio Padrão} = \sigma_j = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x_{ij} - \underline{x}_j)^2}{n}} \quad (4)$$

4. Cálculo do fator gaussiano, utiliza-se as fórmulas (5 e 6):

$$a) \text{ Fator gaussiano} = g_j = \frac{\sigma_j}{\underline{x}_j} \quad (5)$$

b) Construção dos pesos dos critérios =  $w_j = \frac{g_j}{\sum_{j=1}^m g_j}$  (6)

5. Para o cálculo do processo de agregação utilizamos as fórmulas (7):

$$v_i = \sum_{j=1}^m w_j x_{ij} \quad (7)$$

6. Por último quanto maior for o valor agregado ( $v_i$ ), mais favorável será a alternativa ( $a_i$ );

Conforme mencionado anteriormente, o objeto deste estudo é uma companhia de seguros do estado de São Paulo, mais especificamente na área de Sinistros de Ramos Elementares + Transportes. O problema identificado está relacionado à insuficiência de capacidade operacional para atender à demanda de regulação de sinistros durante a alta temporada. A área responsável levantou três possíveis soluções:

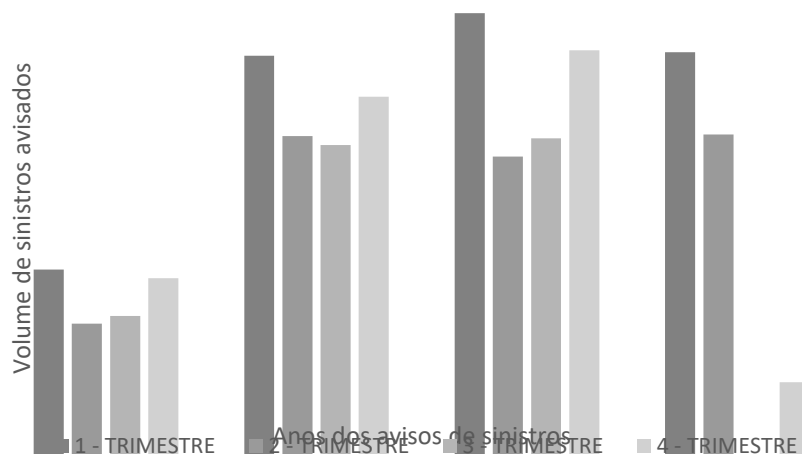
- A. Contratar mais funcionários para suprir a demanda de forma permanente;
- B. Contratar colaboradores temporários para atender exclusivamente na alta temporada;
- C. Firmar acordos com parceiros estratégicos (prestadores de serviços) para absorver o excedente de demanda, mediante pagamento de um honorário fixo por sinistro regulado.

A escolha entre essas opções levou em consideração cinco indicadores, buscando a solução com menor custo e melhor qualidade.

A área de sinistros, onde o estudo será aplicado, é composta por 150 funcionários de diferentes cargos e funções, dos quais 70% atuam diretamente nas operações relacionadas ao atendimento e regulação de sinistros, enquanto o restante se dedica às funções de back-office e gestão. Essa equipe é responsável por analisar, regular, aprovar ou recusar aproximadamente 166.000 sinistros por ano.

A entrada de sinistros não é linear ao longo do ano, apresentando uma sazonalidade significativa, como mostrado na Figura 1. O volume atinge seu pico no 1º e 4º trimestres devido a eventos climáticos, e registra uma redução no 2º e 3º trimestres. A capacidade operacional interna da companhia é dimensionada para processar 35.000 sinistros por trimestre. No entanto, no 4º trimestre de 2023, houve um excedente de 7.700 sinistros além dessa capacidade, e no 1º trimestre de 2024, o volume excedente foi de 7.500 sinistros.

Figura 1: volume de sinistros avisados por trimestre e por ano



Fonte: Dados informados pela Cia Seguradora

O objetivo deste estudo é aplicar o método AHP-Gaussiano para identificar a melhor alternativa nas épocas de aumento de volume (1º e 4º trimestres): contratar funcionários temporários, ampliar o quadro efetivo ou direcionar o excedente da capacidade para prestadores de serviços externos.

No contexto do setor segurador, de acordo com um relatório da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) de 2021, o mercado brasileiro lidera em volume de negócios na América Latina e ocupa a 18ª posição no ranking mundial. O setor atualmente representa 6,3% do PIB brasileiro, e o objetivo, conforme o relatório anual de atividades da CNseg de 2023, é atingir 10% do PIB até 2030.

Além disso, segundo um artigo publicado pela CNseg em janeiro de 2024, até novembro de 2023, as seguradoras devolveram à sociedade 207 bilhões de reais em indenizações, resgates, benefícios e sorteios. Esse montante representa um aumento de 22% em relação ao que foi desembolsado pelo Governo Federal com o Bolsa Família no mesmo período (169,2 bilhões de reais, em 12 meses).

### 3. RESULTADOS PRELIMINARES

A primeira fase deste estudo consistiu na identificação do problema, que, conforme descrito anteriormente, está relacionado à falta de mão de obra suficiente para atender à alta demanda nas épocas de maior sazonalidade (1º e 4º trimestres do ano). Para resolver essa questão, foram identificadas três possíveis soluções:

1. Contratar mão de obra temporária para atuar nos períodos de maior sazonalidade (1º e 4º trimestres);
2. Firmar parceria estratégica com prestadores de serviços para transferir a responsabilidade pela regulação e conclusão do volume de sinistros que excede a capacidade interna;
3. Ampliar o quadro de funcionários efetivos para suprir totalmente a demanda.

Com base na problemática e nas alternativas propostas, e considerando o objetivo de obter a melhor qualidade ao menor custo, foram definidos os seguintes critérios para análise e tomada de decisão:

1. Custo: quanto menor, melhor;
2. Prazo Médio de Indenização: quanto menor, melhor;
3. Indenização Média: quanto menor, melhor;
4. Índice de Reabertura: quanto menor, melhor;
5. Índice de Reclamação (SAC): quanto menor, melhor.

Utilizando os dados fornecidos pela companhia, bem como as informações sobre o problema, os critérios e as alternativas, as análises foram realizadas com o apoio de uma **ferramenta desenvolvida pelo IME** (Instituto de Matemática e Estatística). O modelo foi implementado em **MS-Excel** com a colaboração dos professores BALDINI, Fabio; SANTOS, Marcos; COELHO, Leandro dos Santos; MARIANE, Viviane Cocco.

Figura 2 – Inputs das alternativas, critérios e monotônicos de custo

| Tipo   | MIN    | MIN                        | MIN               | MIN        | MIN               |
|--|--------|----------------------------|-------------------|------------|-------------------|
|  | Custo  | Prazo Médio de Indenização | Indenização Média | Índice SAC | Índice Reabertura |
| Contratar Funcionários   | 109,55 | 5,00                       | 3.378,67          | 2,30       | 11,00%            |
| Contratar mão de obra temporária                                 | 59,40  | 6,00                       | 3.411,33          | 3,20       | 11,00%            |
| Utilização de prestador de serviços com custo fixo por regulação | 96,00  | 5,50                       | 3.823,61          | 2,40       | 26,00%            |

Fonte: Dados informados pela Cia Seguradora.

O primeiro passo (1ª etapa do fator de decisão do AHP-Gaussiano) consistiu em inserir os dados das alternativas e critérios, bem como classificar os critérios como monotônicos de custo (MIN) ou monotônicos de ganho (MAX), conforme ilustrado na Figura

2. Os dados foram fornecidos pela companhia seguradora em análise, e cada critério foi definido da seguinte forma:

- **Custo:** Refere-se ao custo de regulação associado a cada uma das alternativas avaliadas.
- **Prazo Médio de Indenização:** Representa a média de dias entre a entrega de todos os documentos necessários para a análise do sinistro e o pagamento da indenização.
- **Indenização Média:** Corresponde ao valor médio das indenizações pagas aos segurados.
- **Índice de Reclamação (SAC):** Calculado pela divisão do número total de reclamações pelo número de sinistros comunicados, multiplicado por 1.000.
- **Índice de Reabertura:** Refere-se à proporção de sinistros que exigiram retrabalho (reabertura) em relação ao total de sinistros regulados.

No caso dos dados analisados, todos os critérios são monotônicos de custo, ou seja, o objetivo é minimizar cada um deles para encontrar a melhor alternativa.

Conforme demonstrado na Figura 2, a decisão não é simples quando baseada apenas nos números apresentados. Embora a contratação de colaboradores próprios seja a melhor escolha em quase todos os indicadores, seu custo é elevado. Por outro lado, a contratação de mão de obra temporária apresenta o menor custo, mas exibe os piores resultados nos demais critérios. A utilização de prestadores de serviços, por meio de um custo fixo por sinistro regulado, oferece bons desempenhos na maioria dos indicadores, com exceção dos índices de reabertura e custo. Diante dessa situação, surge a dúvida: estatisticamente, qual seria a melhor opção a ser seguida?

Figura 3 – Matriz de Decisão Normalizada, Média, Desvio Padrão e Fator Gaussiano

|  | Custo   | Prazo Médio de Pagamento | Indenização Média | Índice Sac | Índice de Reabertura |
|--|---------|--------------------------|-------------------|------------|----------------------|
| Contratar Funcionários   | 0,25091 | 0,36464                  | 0,34794           | 0,37354    | 0,41270              |
| Contratar mão de obra temporária                                 | 0,46276 | 0,30387                  | 0,34461           | 0,26848    | 0,41270              |
| Utilização de prestador de serviços com custo fixo por regulação | 0,28633 | 0,33149                  | 0,30745           | 0,35798    | 0,17460              |
| Média  | 0,33333 | 0,33333                  | 0,33333           | 0,33333    | 0,33333              |
| Desvio Padrão  | 0,11347 | 0,03043                  | 0,02248           | 0,05670    | 0,13746              |
| Fator Gaussiano  | 0,34042 | 0,09129                  | 0,06743           | 0,17010    | 0,41239              |
| Fator G. Norma.  | 0,31473 | 0,08440                  | 0,06234           | 0,15726    | 0,38127              |

Fonte: Resultado obtido através da aplicação desenvolvida por BALDINI, Fabio (2021) e colaboradores (2021).

A Figura 3 apresenta as etapas 2, 3, 4 e 5 do processo de decisão pelo AHP-Gaussiano.

Figura 4 – Matriz de Decisão Normalizada, Média, Desvio Padrão e Fator Gaussiano

|  | AHP-G  | RANK |
|--|--------|------|
| Contratar Funcionários   | 34,75% | 2    |
| Contratar mão de obra temporária                                 | 39,23% | 1    |
| Utilização de prestador de serviços com custo fixo por regulação | 26,01% | 3    |

Fonte: Resultado obtido através da aplicação desenvolvida por BALDINI, Fabio (2021) e colaboradores (2021).

A última etapa (6ª etapa do AHP-Gaussiano), conforme ilustrado na Figura 4, apresenta o percentual de cada alternativa e a ordenação final. Como é possível observar, a opção mais viável neste caso é a contratação de terceiros, que obteve um percentual de 39,2%.

Figura 5 – Inputs das alternativas, critérios e monotônicos de custo

| Tipo   | MIN         | MIN                        | MIN               | MIN                    | MIN                 |
|--|-------------|----------------------------|-------------------|------------------------|---------------------|
|  | Custo Total | Prazo Total de Indenização | Indenização Total | Vol. Reclamações (SAC) | Sinistros Reabertos |
| Contratar Funcionários   | 832.580     | 38.000                     | 25.677.892        | 17                     | 836                 |
| Contratar mão de obra temporária                                 | 451.440     | 45.600                     | 25.926.108        | 24                     | 836                 |
| Utilização de prestador de serviços com custo fixo por regulação | 729.600     | 41.800                     | 29.059.436        | 18                     | 1.976               |

Fonte: Dados informados pela Cia Seguradora.

Com base nos resultados apresentados e considerando a média dos sinistros excedentes no 4º trimestre de 2023 (7.500 sinistros além da capacidade) e no 1º trimestre de 2024 (7.700 sinistros além da capacidade), chegou-se a uma média de 7.600 sinistros excedentes em relação à capacidade interna.

Diante disso, foi realizado um novo teste utilizando o AHP-Gaussiano, considerando esse excedente como premissa, para verificar se a classificação final das opções mudaria ao

aplicar os critérios ao valor total (cada variável multiplicada pelos 7.600 sinistros). O resultado dessa nova análise é apresentado na Figura 5.

Figura 6 – Matriz de Decisão Normalizada, Média, Desvio Padrão e Fator Gaussiano

|  | AHP-G  | RANK |
|--|--------|------|
| Contratar Funcionários   | 34,75% | 2    |
| Contratar mão de obra temporária                                 | 39,23% | 1    |
| Utilização de prestador de serviços com custo fixo por regulação | 26,01% | 3    |

Fonte: Resultado obtido através da aplicação desenvolvida por BALDINI, Fabio (2021) e colaboradores (2021).

Conforme demonstrado na Figura 6, o resultado permaneceu inalterado. Assim, é possível concluir que, para um excedente de 7.600 sinistros, a melhor alternativa com base nas variáveis e nos valores fornecidos é a contratação de mão de obra temporária.

Figura 7 – Comparação de dos indicadores dos temporários x funcionários e prestador

| Tipo   | MIN         | MIN                        | MIN               | MIN                    | MIN                 |
|--|-------------|----------------------------|-------------------|------------------------|---------------------|
|  | Custo Total | Prazo Total de Indenização | Indenização Total | Vol. Reclamações (SAC) | Sinistros Reabertos |
| Contratar Funcionários   | 832.580     | 38.000                     | 25.677.892        | 17                     | 836                 |
| Contratar mão de obra temporária                                 | 451.440     | 45.600                     | 25.926.108        | 24                     | 836                 |
| Utilização de prestador de serviços com custo fixo por regulação | 729.600     | 41.800                     | 29.059.436        | 18                     | 1.976               |
| Temporário x Funcionário   | -381.140    | 7.600                      | 248.216           | 7                      | 0                   |
| Temporário x Prestador   | -278.160    | 3.800                      | -3.133.328        | 6                      | -1.140              |

Fonte: Dados informados pela Cia Seguradora.

Ao analisar os resultados totais e comparar as opções de contratação de mão de obra temporária (Temporário), de funcionários (Funcionário) e a utilização de prestadores de serviços com custo fixo por regulação (Prestador), conforme a Figura 7, é possível constatar algumas diferenças significativas. Embora a opção de contratar funcionários apresente um prazo de indenização, indenização total e volume de reclamações ligeiramente menores em relação à contratação de temporários, esta última se destaca no quesito de custo total. A

contratação de temporários gera uma economia de R\$ 381.140 em comparação aos funcionários. Mesmo ao considerar o custo adicional com indenizações, o ganho total ainda é de R\$132.924, o que indica que a economia no custo total supera o aumento nas despesas com indenizações.

Ao comparar temporários com prestadores de serviços, o benefício é ainda mais expressivo. Apesar do aumento no volume de reclamações, a contratação de temporários apresenta melhorias significativas em todos os outros indicadores, resultando em uma redução total de custos (Custo + Indenização) de R\$ 3.411.488.

#### **4. CONCLUSÃO**

Com base no método AHP Gaussiano, foi possível determinar a melhor opção para lidar com os sinistros excedentes na companhia de seguros estudada. Além de considerar indicadores de qualidade, a análise permitiu identificar uma significativa redução de custos, ou um custo evitado de pelo menos R\$ 132.924. Em relação à prática usual da companhia, que é encaminhar todo o excedente para prestadores de serviços, o novo modelo proposto apresenta um custo evitado de R\$ 3.411.488.

Para pesquisas futuras, seria relevante realizar uma análise detalhada do fluxo de processos, revisar as bases históricas de sinistros e identificar os riscos que podem ser assumidos. Também seria interessante explorar o uso de modelos de inteligência artificial para avaliar os potenciais ganhos da implementação de serviços autônomos e de modelos produtivos mais eficientes.

**TITLE:** APPLICATION OF THE AHP-GAUSSIAN METHOD IN NA INSURANCE COMAPNY

**ABSTRACT:** Decision-making is a constant activity in both personal and professional contexts. However, in organizations, these processes are often more complex, requiring the use of computational tools and structured methods to ensure effective decisions and good organizational performance. This study aims to analyze the best solution for addressing capacity shortages due to the increased demand for claims regulation during peak seasons (1st and 4th quarters). To achieve this, the indicators that the company seeks to maximize or minimize in terms of impact and costs were identified, along with potential solutions to the problem. The Gaussian AHP method was applied to determine the Best choice. The study concluded that hiring temporary worker is the most effective option for managing the excess demand.

**KEYWORDS:** decision-making; claims regulation; organizational capacity

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. M. Aplicação do método AHP-GAUSSIANO para determinação do melhor veículo seminovo a ser adquirido através de empresa de consultoria automotiva para um cliente. [s.l: s.n.].

BARROSO, D. Método AHP (AnalyticHierarchyProcess-Gaussiano) na determinação de aquisição de um aparelho celular. **Revista Eletrônica Ciência & Tecnologia Futura**, v. 1, n. 1, 2022.

MORITZ, G. de Oliveira; Pereira, M. F. **Processo decisório**. Disponível em: <[http://arquivos.eadadm.ufsc.br/somente-leitura/EaDADM/UAB3\\_2013-2/Modulo\\_5/Processo%20decisorio/material\\_didatico/Processo%20Decisorio%20UAB%203ed-alterado.pdf](http://arquivos.eadadm.ufsc.br/somente-leitura/EaDADM/UAB3_2013-2/Modulo_5/Processo%20decisorio/material_didatico/Processo%20Decisorio%20UAB%203ed-alterado.pdf)>. Acesso em: 5 out. 2024.

SANTOS, M. dos; COSTA, I. P. de Araújo; Gomes, C. F. S. MULTICRITERIA DECISION-MAKING IN THE SELECTION OF WARSHIPS: A NEW APPROACH TO THE AHP METHOD. Disponível em: <<http://file:///C:/Users/Dell/Downloads/egray,+833-Article+Text-5716-1-11-20210506.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2024.

FALCONI, V. **O Verdadeiro Poder**. [s.l.] Falconi, 2023.

Gestão de empresas com pessoas a bordo – Editora D´Ideias - 1ª edição (maio 2022) Conjuntura CNseg nº 99. Disponível em: <<https://cnseg.org.br/publicacoes/conjuntura-c-nseg-n-99>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

RAMOS, P.; RIBEIRO, V. **Gestão de empresas com pessoas a bordo**. [s.l.] D´Ideias, 2022.

Relatório 2021 - Confederação Nacional das Seguradoras. Disponível em: <<https://cnseg.org.br/publicacoes/relatorio-2021-confederacao-nacional-das-seguradoras.html>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

Relatório Anual de Atividades da CNseg 2023. Disponível em: <<https://cnseg.org.br/publicacoes/relatorio-anual-de-atividades-da-c-nseg-2022>>. Acesso em: 29 mar. 2024.

SAATY, T. L. Applicationsofanalyticalhierarchies. **Mathematicsandcomputers in simulation**, v. 21, n. 1, p. 1–20, 1979.

SANTOS, M. dos et al. **Ferramentas Computacionais de Apoio à Tomada de Decisão.** [s.l.] Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil, 2023.

SANTOS, M. dos; COSTA, I. P. de A.; GOMES, C. F. S. Multicriteria decision-Making In: **the selection of warships: A new approach to the ahp method.** International Journal of the Analytic Hierarchy Process, v. 13, n. 1, 2021.

WEISTROFFER, H. R.; LI, Y. Multiple criteria decision analysis software. **International Series in Operations Research & Management Science.** New York, NY: Springer New York, 2016. p. 1301–1341.